



A Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Instituições Particulares de Solidariedade Social

Cláudia Cristina Pinto Soares

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



A Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Instituições Particulares de Solidariedade Social

Cláudia Cristina Pinto Soares

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do
Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob
orientação do Professor Doutor Eurico Cirne de Lima Basto**

Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri.

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

“Quem sabe concentrar-se numa coisa e insistir nela como único objectivo, obtém, ao fim e ao cabo, a capacidade de fazer qualquer coisa.”

Mohandas Karamchand Gandhi

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos”.

Isaac Newton

Resumo

Dada a atual conjuntura económica internacional, a Economia Social tem vindo a aumentar consideravelmente a sua importância. Desta forma, torna-se importante conhecer o normativo contabilístico que é aplicado em Portugal. No caso concreto das Entidades do Setor Não Lucrativo, surgiu a necessidade de se encontrarem formas mais eficientes de gerir os recursos para dar resposta às necessidades sociais emergentes, e por isso, estas entidades foram, em 2011, enquadradas num novo contexto legal.

O sucesso, o crescimento e a sobrevivência de uma entidade dependem da sua capacidade para gerar fluxos de caixa e/ou obter os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade. Neste sentido, é a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) que fornece aos seus utilizadores uma base para avaliar a capacidade da entidade gerar e utilizar os seus fluxos de caixa.

Esta dissertação aborda uma área de estudo, ainda pouco investigada, a Economia Social e, em particular, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sendo notório que o interesse por esta área tem vindo a acentuar-se nos últimos anos. Assim, fazendo o respetivo enquadramento teórico e normativo, avalia-se a importância da DFC, mais especificamente, a importância do relato dos fluxos nas IPSS.

Para a realização desta dissertação, foi feita a análise em profundidade do relato da DFC nas IPSS, recorrendo à metodologia qualitativa, nomeadamente, à investigação descritiva, aos métodos e técnicas de recolha de dados, e, por último, à análise de conteúdo para tratar os dados qualitativos, tais como, as entrevistas. Para tratar alguns dados estatísticos foi utilizado o Microsoft Excel do Microsoft Office.

A presente dissertação demonstra que o relato dos fluxos da DFC é extremamente importante, pois proporciona informação financeira que é importante no processo de tomada de decisão e na avaliação do desempenho financeiro das IPSS.

Palavras chave: Entidades do Setor Não Lucrativo, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Relato Financeiro.

Abstract

Given the current international economic situation Social Economy has increased its importance. Thus, it is important to know the accounting standards which are applied in Portugal. In the specific case of the Nonprofit Sector Entities it became necessary to find more effective ways to manage resources to meet emerging social needs, and therefore, these entities were, in 2011, framed in a new legal context.

The success, growth and survival of an organization depends on its ability to generate cash flows and / or obtain the necessary financial resources for the development of its activity. Therefore, it is the Cash Flow Statement (CFS) that provides its users with a basis for assessing the entity's ability to generate and use their cash flows.

This study addresses an area of study that is still poorly investigated, the social economy, more specifically, Social Solidarity Private Institutions (SSPI), being clear that the interest in this area has been increasing during the last years. Thus, making the respective theoretical and normative framing, it is assessed the importance of CFS, particularly, the importance of reporting flows in the SSPI.

To carry out this study it was done an in-depth analysis of the report of CFS in SSPI, using qualitative methodology, namely, a descriptive research, methods and data collection techniques, and, finally, an content analysis to treat qualitative data, such as interviews. To treat some statistical data it was used Microsoft Excel, from Microsoft Office.

This work demonstrates that the report of CFS flows is extremely important as it provides financial information that is important in the decision-making process and in evaluating the financial performance of the SSPI.

Key words: Nonprofit Sector Entities, Private Social Solidarity Institutions, Accounting Standards and Financial Reporting for Nonprofit Sector Entities, Cash Flow Statement, Financial Reporting.

Agradecimentos

Concluída mais uma etapa muito importante da minha vida, não poderia deixar de expressar o meu agradecimento a todos os que me apoiaram, ajudaram, contribuíram e permitiram a concretização desta dissertação.

Ao Doutor Eurico Cirne de Lima Basto, o meu maior agradecimento por toda a disponibilidade, paciência, dedicação, acompanhamento prestado e pelo apoio incondicional e compreensão que sempre manifestou.

Ao Instituto da Segurança Social, I.P. e às Instituições Particulares de Solidariedade Social estudadas, o meu agradecimento pela disponibilidade e colaboração que permitiram a realização desta dissertação.

Ao Centro de Estudos em Ciências Empresariais e Jurídicas, o meu agradecimento pelo tempo disponibilizado e cooperação.

À minha família, agradeço todo o apoio e coragem que sempre me transmitiram, em especial, ao meu marido, pela ajuda, compreensão e confiança que depositou em mim ao longo de todo o meu percurso académico, e ao meu filho pela paciência e força que sempre me deu.

Aos meus amigos, agradeço por terem estado sempre presentes nesta etapa da minha vida.

Lista de Siglas e Abreviaturas

Lista de Siglas

CE – Comunidade Europeia

CIRC – Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DF – Demonstração Financeira

DF's – Demonstrações Financeiras

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DR – Demonstração de Resultados

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

EC – Estrutura Concetual

EES – Entidades da Economia Social

ESFL – Entidades Sem Fins Lucrativos

ESNL – Entidades do Setor Não Lucrativo

ETI – Equivalente a Tempo Inteiro

FASB - Financial Accounting Standards Board

FSE – Fornecimento de Serviços Externos

GP – Gross Profit

IAS – International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IS – Imposto do Selo

ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

ISV – Imposto Sobre Veículos

IUC – Imposto Único de Circulação

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

LBES – Leis de Bases da Economia Social

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF-ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo

NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades

NI – Normas Interpretativas

NIC's – Normas Internacionais de Contabilidade

OCFL – Organizações Com Fins Lucrativos

OCIP – Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social

OSFL – Organizações Sem Fins Lucrativos

PCIPSS – Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social

PCUP – Pessoas Coletivas de Utilidade Pública

SIC – Standing Interpretations Committee

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNL – Setor Não Lucrativo

Lista de Abreviaturas

art.^o – Artigo

i. e. – *id est* (isto é)

n.^o - Número

p. – Página(s)

Índice geral

Resumo	iv
Abstract	v
Agradecimentos.....	vi
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	vii
Índice geral.....	ix
Índice de tabelas	xii
Índice de figuras	xii
Índice de quadros	xii
Índice de gráficos.....	xiii
Introdução	1
Capítulo I – Revisão de Literatura	4
1.1. Setor Não Lucrativo	4
1.1.1. Caraterização do Setor Não Lucrativo	4
1.1.1.1. Conceituação e distinção entre os 3 setores da Economia.....	4
1.1.1.2. Caraterização do Terceiro Setor	6
1.1.1.3. A importância do Terceiro Setor.....	9
1.1.2. Entidade do Setor Não Lucrativo	10
1.1.3. Instituições Particulares de Solidariedade Social	11
1.1.4. Importância do normativo contabilístico aplicável ao setor	15
1.1.5. Síntese	17
1.2. Normativo Contabilístico do Setor Não Lucrativo.....	17
1.2.1. Breve enquadramento da evolução do normativo contabilístico do Setor Não Lucrativo.....	18
1.2.2. Sistema de Normalização Contabilística	20
1.2.3. Estrutura Conceptual para ESNL.....	21
1.2.3.1. Objetivos e utentes das Demonstrações Financeiras	22
1.2.3.2. Pressupostos e Características qualitativas das Demonstrações Financeiras.....	23
1.2.3.3. Elementos das Demonstrações Financeiras.....	24
1.2.3.4. Critérios de reconhecimento dos elementos das Demonstrações Financeiras	25
1.2.3.5. Critérios de mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras.....	26
1.2.3.6. Conceitos de capital e manutenção de capital.....	27

1.2.4. Normativo contabilístico aplicável às ESNL em Portugal.....	27
1.2.4.1. Regime de Caixa	28
1.2.4.2. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).....	29
1.2.5. Síntese	32
1.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	32
1.3.1. Caraterização.....	33
1.3.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF-ESNL	33
1.3.3. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 2	34
1.3.3.1. Objetivo, Âmbito e Definições	35
1.3.3.2. Apresentação de uma Demonstração de Fluxos de Caixa.....	36
1.3.3.3. Fluxos de Caixa Operacionais	37
1.3.3.4. Fluxos de Caixa de Investimento	37
1.3.3.5. Fluxos de Caixa de Financiamento	37
1.3.3.6. Relato de Fluxos de Caixa	38
1.3.3.7. Alterações do Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho.....	40
1.3.4. Vantagens e Limitações da Demonstração dos Fluxos de Caixa	41
1.3.4.1. Vantagens	41
1.3.4.2. Limitações	42
1.3.5. Dicotomia Regime de Acréscimo Versus Regime de Caixa.....	43
1.3.6. Síntese	43
Capítulo II – Metodologia de Investigação	44
2.1. Objetivos e incidência do estudo.....	44
2.1.1. Objetivos do estudo.....	44
2.1.2. Incidência do estudo	44
2.2. Questões de investigação.....	45
2.3. Instrumento e procedimento para a obtenção dos resultados.....	45
2.3.1. Base de dados	46
2.3.2. Análise documental.....	46
2.3.3. Entrevista.....	47
2.3.4. Registo de áudio	47
2.4. Síntese.....	48

Capítulo III – Apresentação e Análise de Resultados.....	49
3.1. Apresentação de resultados	49
3.1.1. Resultados do Protocolo - Instituto da Segurança Social, I.P.	49
3.1.2. Resultados das Entrevistas	59
3.2. Análise de resultados	72
3.3. Conclusão dos resultados.....	75
3.4. Síntese.....	76
Capítulo IV – Conclusões	77
Capítulo V – Futuras Linhas de Investigação	80
Referências Bibliográficas	81
Anexos.....	93
Anexo 1 – Listagem de todas as empresas por Naturezas	93
Anexo 2 – Balanço – NCRF-ESNL	94
Anexo 3 – DR por Naturezas – NCRF-ESNL.....	95
Anexo 4 – DR por Funções – NCRF-ESNL	96
Anexo 5 – DFC – NCRF-ESNL.....	103
Anexo 6 – Anexo – NCRF-ESNL.....	97
Anexo 7 - Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais – NCRF-ESNL.....	98
Anexo 8 – Pagamentos e Recebimentos, Património Fixo e Direitos e Compromissos Futuros – Regime de Caixa	105
Anexo 9 - DFC – NCRF 2.....	106
Anexo 10 - Quadro Síntese de Contas	107
Apêndices	108
Apêndice 1 – Trabalho assalariado em cooperativas, mutualidades, associações na União Europeia (2009-2010)	108
Apêndice 2 – Classificação Internacional das ESNL.....	109
Apêndice 3 – Instituições Particulares de Solidariedade Social registadas na Segurança Social.....	110
Apêndice 4 – Diplomas específicos das ESNL	111
Apêndice 5 – Tratamento da Informação Contabilística nas ESFL organizadas	112
Apêndice 6 – Entrevista	113

Índice de tabelas

Tabela 1 – Características ideais dos três setores.....	5
Tabela 2 - Benefícios Fiscais das IPSS.....	14
Tabela 3 - Entidades Não Lucrativas vs Cooperativas em termos Contabilísticos.....	15
Tabela 4 – Etapas da Contabilidade em Portugal.....	19
Tabela 5 - Métodos e técnicas de recolha de dados.....	45

Índice de figuras

Figura 1 – Normativo contabilístico aplicado às ESNL.....	19
---	----

Índice de quadros

Quadro 1 - Resultado da resposta à questão 1 do protocolo.....	50
Quadro 2 - Resultado da resposta à questão 2 do protocolo.....	51
Quadro 3 - Resultado da resposta à questão 3 do protocolo.....	52
Quadro 4 - Resultado da resposta à questão 4 do protocolo.....	53
Quadro 5 - Resultado da resposta à questão 5 do protocolo.....	54
Quadro 6 - Resultado da resposta à questão 6 do protocolo.....	55
Quadro 7 - Resultado da resposta à questão 7 do protocolo.....	56
Quadro 8 - Resultado da resposta à questão 8 do protocolo.....	57
Quadro 9 - Resultado da resposta à questão 9 do protocolo.....	58
Quadro 10 - Resultado da resposta à questão 1 da entrevista.....	59
Quadro 11 - Resultado da resposta à questão 2 da entrevista.....	60
Quadro 12 - Resultado da resposta à questão 3 da entrevista.....	60
Quadro 13 - Resultado da resposta à questão 4 da entrevista.....	61
Quadro 14 - Resultado da resposta à questão 5 da entrevista.....	62
Quadro 15 - Resultado da resposta à questão 6 da entrevista.....	63
Quadro 16 - Resultado da resposta à questão 7 da entrevista.....	63
Quadro 17 - Resultado da resposta à questão 8 da entrevista.....	64
Quadro 18 - Resultado da resposta à questão 9 da entrevista.....	65
Quadro 19 - Resultado da resposta à questão 16 da entrevista.....	68

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 1 do protocolo.....	50
Gráfico 2 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 2 do protocolo.....	51
Gráfico 3 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 3 do protocolo.....	52
Gráfico 4 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 4 do protocolo.....	53
Gráfico 5 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 5 do protocolo.....	54
Gráfico 6 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 6 do protocolo.....	55
Gráfico 7 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 7 do protocolo.....	56
Gráfico 8 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 8 do protocolo.....	57
Gráfico 9 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 9 do protocolo.....	58
Gráfico 10 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 9 do protocolo	58
Gráfico 11 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 1 da entrevista	59
Gráfico 12 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 2 da entrevista	60
Gráfico 13 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 3 da entrevista	61
Gráfico 14 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 4 da entrevista	62
Gráfico 15 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 5 da entrevista	62
Gráfico 16 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 6 da entrevista	63
Gráfico 17 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 7 da entrevista	64
Gráfico 18 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 8 da entrevista	65
Gráfico 19 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 9 da entrevista	65
Gráfico 20 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 16 da entrevista	69

Introdução

Neste ponto são abordados alguns aspetos que se vão numerar, nomeadamente, o enquadramento e fundamentação do tema, objetivos da investigação e metodologia utilizada e, por último, a estrutura da dissertação.

1) Enquadramento e fundamentação do tema

A Economia Social compreende um conjunto de diversas organizações que podem apresentar diversas formas legais, nomeadamente, entidades como as fundações, as associações, as cooperativas, as mútuas, as sociedades laborais, entre outras, que desenvolvem as suas atividades dentro do conjunto da economia. As organizações da Economia Social podem desempenhar um papel chave na luta contra o desemprego e exclusão social. Para o desenvolvimento eficiente da sua atividade e para atingir os objetivos e cumprir a sua missão é preciso dispor de uma adequada informação contabilística, a qual não é só um mecanismo de controlo e verificação, mas também um instrumento de transparência da gestão realizada e da concretização dos objetivos inicialmente propostos (Pérez & Perdomo, 2010).

A Contabilidade é muito importante, uma vez que constitui um meio de comunicação entre a empresa e os seus *Stakeholders*, utilizadores das Demonstrações Financeiras (DF's), pois estes têm interesse em conhecer a sua situação patrimonial. Assim sendo, as empresas terão de elaborar DF's adequadas e que transmitam informações verdadeiras e apropriadas.

A introdução de um novo normativo, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), por analogia às International Accounting Standards (IAS) e às International Financial Reporting Standards (IFRS) pretende transmitir uma maior confiança na qualidade da informação sobre a posição financeira, performance e as suas alterações, sendo útil na tomada de decisão.

“A adoção do SNC faz-se, assim, num contexto de integração internacional em que cada vez mais países estão a acolher as IFRS como modelo de relato financeiro de referência, existindo um claro processo global de convergência das normas de relato financeiro em torno das IFRS. Sintomático deste processo é o esforço crescente de aproximação que se tem registado nos últimos anos entre o organismo responsável pela emissão de normas contabilísticas e de relato financeiro nos Estados Unidos da América – Financial Accounting Standards Board (“FASB”) e o organismo responsável pela emissão das IFRS – International Accounting Standards Board (“IASB”)” (Boto, 2009, p. 4).

Como é sabido, no caso português e no âmbito da vigência do Plano Oficial de Contabilidade coexistiam diversos planos de contas setoriais que procuravam dar resposta às especificidades do Setor Não Lucrativo (SNL). No caso das IPSS o normativo aplicado era o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º

78/89, de 3 de março, revogado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, revogado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, aplicado nos períodos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Conforme consta do § 2.2 do Anexo II ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e no mesmo sentido do proposto pelo Financial Accounting Standards Board (FASB), as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) apresentam três características básicas distintivas relativamente às entidades com finalidades lucrativas, que devem ser refletidas e explicam o respetivo regime de normalização contabilística:

- *“O seu financiamento pode resultar do seu próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou colectivas; em caso algum os recursos atribuídos estão sujeitos ou condicionados a contraprestações derivadas da obtenção de benefícios por parte da entidade;*
- *Respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a actividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito “benefício”;*
- *Ausência de títulos de propriedade-controlo que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espera algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas actividades e ser objecto de liquidação”.*

Dado o crescimento das organizações da Economia Social é necessário um maior conhecimento das suas práticas de gestão, e, é importante o conhecimento do seu processo contabilístico. Assim, as ESNL com a aprovação do regime da normalização contabilística para as ESNL, que faz parte integrante do SNC, ficam obrigadas a adotar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Mas, simultaneamente, dada a heterogeneidade e a frequente pequena ou média dimensão das entidades que integram o Setor Não Lucrativo (SNL), são aplicadas a estas entidades normas e procedimentos contabilísticos simplificados, o chamado “regime de caixa”.

Foi criado um normativo contabilístico próprio ou adaptado para as ESNL, adequado às especificidades destas entidades. Em resultado da aprovação do regime da normalização contabilística, estas entidades têm que apresentar um Balanço, a Demonstração de Resultados (DR) por Natureza ou por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e um Anexo, podendo ainda apresentar uma Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais, quer por opção, quer por exigência de algum utente da informação financeira.

A DFC é uma Demonstração Financeira (DF) que traduz uma perspetiva de fluxos de dinheiro (recebimentos e pagamentos), que vem complementar as outras perspetivas já presentes nas outras DF's. Assim, esta DF para além de um importante documento de informação financeira é uma indispensável ferramenta de gestão, não só no âmbito da mera gestão de tesouraria mas igualmente nos demais amplos domínios da gestão operacional, financeira ou de investimentos de qualquer entidade. Trata-se também de um elemento relevante na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência.

A DFC proporciona ao gerente financeiro a elaboração do melhor planeamento financeiro, permitindo-lhe saber, o momento certo para contrair empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro (Pereira M.). Uma boa administração do caixa é feita na sua origem (saber em quê e quando se gasta, porquê se adquire um material e não o outro, e, porque agora e não depois) e não quando a conta chega (Ferreira J. , 2013).

Verifica-se que a DFC é importante na vida de uma empresa, pois auxilia de maneira o empresário nas suas tomadas de decisão (Silva & Lima, 2008). Assim, dado o crescimento das ESNL, nomeadamente, das IPSS, e dada a informação proporcionada pela DFC, a presente dissertação, visa estudar a importância do relato dos fluxos dessas entidades.

2) Objetivos e metodologia

O objetivo principal desta dissertação consiste em avaliar a importância da DFC, mais especificamente, a importância do relato dos fluxos nas IPSS.

Este objetivo justifica-se pelo facto das IPSS que adotaram a NCRF-ESNL, a partir dos exercícios económicos com início em ou após 1 de janeiro de 2012, serem obrigadas a apresentar a DFC, nomeadamente, terem que proceder à sua entrega junto de alguns utentes.

Para atingir os objetivos da investigação, a metodologia utilizada é de natureza qualitativa, dada a necessidade de fazer uma análise em profundidade do relato da DFC. A recolha de informação faz-se através de bases de dados, da análise documental e entrevista.

3) Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos com vista à prossecução dos objetivos predefinidos:

- No capítulo I realiza-se a revisão bibliográfica acerca do Setor Não Lucrativo, do normativo contabilístico aplicado ao setor, e, por último, da Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- No capítulo II enuncia-se os objetivos e incidência da investigação, questões de investigação e os instrumentos e procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados;
- No capítulo III é feita a apresentação e análise de resultados, bem como, as respetivas conclusões;
- No capítulo IV são apresentadas as considerações finais desta dissertação e possíveis limitações; e,
- Por último, no capítulo V são indicadas futuras linhas de investigação.

Capítulo I – Revisão de Literatura

Este capítulo subdivide-se em três partes principais, com o objetivo principal de analisar e interpretar a área em estudo.

1.1. Setor Não Lucrativo

No primeiro subcapítulo aborda-se o Setor Não Lucrativo (SNL), onde é feita a sua caracterização, bem como, é definido o seu conceito e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), visto ser sobre estas entidades que incide a investigação, referindo ainda a importância do normativo aplicável a este setor, terminando o subcapítulo com uma breve síntese.

1.1.1.Caraterização do Setor Não Lucrativo

O SNL, também designado por Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), *“desempenham um papel muito importante na sociedade nas áreas de atividade social, contribuindo para a criação de emprego, para a cidadania ativa e democracia do país, visto que oferecem uma vasta gama de serviços, representam os interesses dos cidadãos junto dos poderes públicos, promovem e salvaguardam os direitos humanos, bem como as políticas de desenvolvimento”* (Ferreira, Cruz, & Azevedo, 2012, p. 2).

1.1.1.1.Conceituação e distinção entre os 3 setores da Economia

A Economia é constituída por 3 grandes setores, conforme considera o art. 82.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) (2005). O 1º Setor, denominado por Setor Público (Estado/ Governo), o 2º Setor denominado por Setor Privado (Entidades privadas), e, por último, o 3º Setor denominado o Setor da Iniciativa Privada/ Fins Públicos (Almeida M. , 2013).

O Setor Público, de acordo com o art. 82.º, n.º 2 da CRP, é constituído pelos meios de produção cuja propriedade e gestão pertencem ao Estado ou a Entidades Públicas. Este setor visa dar resposta a necessidades comuns dos cidadãos às quais o setor privado não consegue responder (Francisco, 2005).

O Setor Privado, segundo o mesmo artigo, n.º 3, é constituído pelos meios de produção cuja propriedade ou gestão pertence a pessoas singulares ou coletivas privadas. Francisco (2005) identifica este setor como aquele em que há como pressuposto o lucro.

O Terceiro Setor, segundo o mesmo artigo, nº 4, compreende os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, comunitários, objeto de exploração por trabalhador e possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem caráter lucrativo, sendo o seu objetivo principal a

solidariedade social. Este setor surge da iniciativa dos cidadãos, para responder a necessidades específicas, em que o objetivo não é o lucro mas sim satisfazer determinada necessidade ou lutar por determinada causa (Francisco, 2005).

Os três setores de atividade referidos apresentam as características constantes na tabela a seguir (Waddell, 2002).

Tabela 1 – Características ideais dos três setores

	Setor Privado	Setor Público	Terceiro Setor
Interesse primário	Económico	Político	Social
Sistema de poder	Remunerativo	Coercivo	Normativo
Objetivos incluem	Criação de riqueza	Ordem social	Expressão de valores
Competências incluem	Produção de bens e serviços	Imposição de padrões	Mobilização comunitária
Recursos incluem	Capital financeiro	Lei/política	Energia voluntária
Deficiências incluem	Visão de longo prazo	Rigidez	Fragmentação

Fonte: Adaptado de Waddell, 2002, pg. 48

As características de cada um dos setores podem ainda ser descritas da seguinte forma: Primeiro Setor (ou Governo) – legítima e organiza as suas ações por meio de poderes coercitivos (forma de atuar está regulada e limitada por uma estrutura legal); Segundo Setor (ou Mercado) – a lei de mercado baseia-se de troca de bens e serviços, sendo que o objetivo principal é a obtenção de lucro e os clientes têm toda a liberdade para escolher o que comprar e onde; e, o Terceiro Setor – as atividades não têm característica lucrativa ou coercitiva (Coelho, 2002).

No Setor Privado, as Organizações Com Fins Lucrativos (OCFL), definem uma estratégia que permita alcançar os objetivos fixados, tal como acontece no Terceiro Setor, as OSFL, para concretizar os diversos objetivos a que se propuseram cumprir definem uma estratégia, ou seja, a sua missão (Fernandes, 2011).

A distinção entre OCFL e OSFL *“reside no facto de, no caso das primeiras, o desempenho financeiro constituir um fim em si mesmo, enquanto que, nas segundas, o desempenho financeiro é apenas um meio através do qual se garante que se manterão vivas para poderem atingir os seus fins próprios, não meramente financeiros, mas sim a sua missão”* (Santos A. , 2008, p. 459). Carvalho (2005) refere que o que distingue as organizações lucrativas das não lucrativas é o tipo de clientes que servem. Há ainda quem refira que a diferença está relacionada com o objetivo, pois as OSFL não têm como principal objetivo o lucro, e que, para além da missão das OSFL ser um fator distintivo, estas dependem da boa vontade das pessoas que se voluntariam e instituições que doam (Andrade & Franco, 2007).

Importa ainda referir que existem alguns pontos em que as organizações do Terceiro Setor podem ser comparadas ao Setor Privado, ao nível dos fins sociais (Fonseca M. , 2007). O autor, citado por Ferreira A. (2012. p. 14-15), explica que a responsabilidade social assume as dimensões económicas, legal, ética e filantrópica, por exemplo:

- a) *“A dimensão económica nas empresas de produção de bens e/ou de distribuição de bens e serviços desempenham um papel social importante de criação de empregos, de geração de rendimentos e de satisfação das necessidades através dos consumos que viabiliza. Esta dimensão manifesta-se de igual modo nas organizações do Terceiro Setor através da criação de emprego e prestação de serviços com papel social importante.*
- b) *As empresas modernas promovem a promoção da comunidade onde estão inseridas, dos empregados, sendo igualmente um serviço à comunidade. Tal facto também se verifica nas organizações do Terceiro Setor com a particularidade de as mesmas poderem ter a comunidade ou grupos organizados da comunidade como alvos da sua atuação para melhor qualidade de vida e consequentemente promoção das mesmas.*
- c) *As empresas zelam pela qualidade e conservação dos produtos, garantia e produtos pós venda, informações sobre as características dos produtos, cumprimentos dos prazos, política de preços. No mesmo sentido existem organizações do Terceiro Setor que se preocupam com a conformidade do produto/serviço, a qualidade do serviço, os prazos e política de preço.*
- d) *Responder pela qualidade de vida no trabalho, saúde dos trabalhadores, participação na vida da empresa, políticas de emprego que dão oportunidades a portadores de deficiência. Estas preocupações são partilhadas, igualmente, pelas organizações do Terceiro Setor.*
- e) *Nas relações com os acionistas e o Governo a responsabilidade social das empresas está contemplada ainda na prestação de informações fidedignas. Para as organizações do Terceiro Setor põe-se o problema para com os sócios ou membros associados e financiadores.*
- f) *Nas relações com outras empresas impõe a restrição a práticas fraudulentas e com uma sã concorrência. Nas organizações do Terceiro Setor é uma exigência, seja com outras organizações do setor seja com qualquer outra.*
- g) *Nas áreas de apoio e ajuda filantrópica, com participação direta nas atividades das comunidades, proteção ambiental e na infraestruturação. A filantropia supõe-se ser implícita à atuação das organizações do Terceiro Setor”.*

1.1.1.2.Caraterização do Terceiro Setor

O termo “Terceiro Setor” embora seja o mais consensual tem tido outras denominações, tais como, “Setor Não Lucrativo” e “Setor Sem Fins Lucrativos”, “Economia Social”, “Economia Solidária”, “Organizações Não Governamentais” ou “Organizações da Sociedade Civil”

(Carvalho A. , 2006). Ainda existem outras denominações, tais como, “Terceiro Sistema”, “Economia Alternativa” e “Setor das Organizações da Sociedade Civil” (Franco, Sokolowsky, Hairel, & Salamon, 2005). São várias as denominações, tanto em Portugal como internacionalmente, o que contribui para alguma lentidão na afirmação do setor como um setor, como por exemplo, o setor público e o setor privado empresarial (Andrade & Campos, 2009).

A expressão *“economia social, ao incluir entidades tão heterogêneas como cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações, está equiparada a este “setor cooperativo e social”*” que é, por assim, dizer o Terceiro Setor (INE, 2013). O Terceiro Setor é definido como *“um sector privado não voltado à busca de lucro, que actua na esfera do público, não vinculado ao Estado”* (Falconer, 1999, p. 36). De referir ainda que, para além do objetivo principal destas entidades não ser o lucro, estas, não podem distribuir qualquer ganho económico ou financeiro direto aos seus membros ou contribuintes, ou seja, qualquer lucro que exista tem de ser reinvestido nos seus objetivos, que são objetivos de interesse público (Marcelo, 2012).

Embora a designação de Economia Social seja usualmente utilizada em Portugal, existem autores que defendem que o termo Terceiro Setor se apropria mais à realidade do nosso país, e que *“vai ao encontro do que é defendido pelos princípios constitucionais vigentes, no artigo 82.º, os quais consideram a existência de três sectores, designadamente, Público, Privado e Cooperativo e Social”* (Nunes, Reto, & Carneiro, 2001, p. 67).

Segundo o Comité Económico e Social Europeu (2007, p. 9), a definição de Economia Social proposta é a seguinte:

“conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão directamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles”.

Refere ainda que, a Economia Social *“também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não mercado” a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam”.*

Em Portugal, assistiu-se recentemente à consolidação do conceito de Economia Social (Meira, 2013), através da publicação da Lei de Bases da Economia Social (LBES), Lei n.º 30/2013 de 8 de maio. Assim, nos termos do n.º 1 do art.º 2.º da LBES, entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no art.º 4º da LBES. As entidades referidas são, nomeadamente, as cooperativas, as

associações mutualistas, as misericórdias, as fundações, as associações (com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local), as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário (integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social), e, por último, outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.

O designado SNL, também referido frequentemente por Terceiro Sector, engloba assim um largo conjunto de instituições muito diversificadas entre si prosseguindo uma multiplicidade de objetivos, mas que integram em si, em maior ou menor grau, marcas identificadoras próprias. É essa diversidade, nas finalidades, na dimensão, no modo de funcionamento, etc., que igualmente dificulta a tentativa de uma definição acabada e consensual.

Podemos separar estas entidades em dois tipos, as Entidades da Economia Social (EES) (sociedades laborais, empresas de inserção, mútuos e centros de emprego) e as Entidades Não Lucrativas (fundações e associações) (Perdomo, 2014). A diferença entre estas entidades e as restantes, conforme referido por Perdomo (2014), são os seus valores/ princípios. Assim sendo, de acordo com art.º 5.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, as entidades da economia social são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo diversos princípios orientadores, nomeadamente,

“o primado das pessoas e dos objetivos sociais; a adesão e participação livre e voluntária; o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; a afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada”.

Uma Organização Privada Sem Fins Lucrativos pode ser definida como uma entidade de iniciativa privada, que fornece bens, serviços e ideias para melhorar a qualidade de vida em sociedade, onde poderá existir trabalho voluntário, e que não remunera os detentores e fornecedores de capital (Carvalho J. , 2008). O SNL tem como princípio base a não distribuição de lucros decorrentes da atividade. O seu objeto não lucrativo está assente no pressuposto da não distribuição de lucros e não no pressuposto da gestão ou criação de valor (Carvalho A. , 2006).

O Terceiro Setor tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante na vida económica e social a nível local, regional, nacional e internacional, gerando auxílios, produzindo bens e prestando

serviços em áreas sociais diversas (Ferreira R. , 2005). Nos termos da LBES, as EES *“desenvolvem uma atividade económico-social que visa a prossecução do interesse geral da sociedade, pelo que estas devem evidenciar o seu comportamento socialmente responsável, de forma transparente”* (Tomé, 2014, p. 56).

1.1.1.3.A importância do Terceiro Setor

A Economia Social na Europa é muito importante tanto do ponto de vista humano como económico, empregando mais de 14 milhões de pessoas, conforme demonstra o Apêndice 1 (Monzón & Chaves, 2012).

De acordo com o estudo do Ciriec (2000), o Terceiro Setor em Portugal está em emergência (Pousado, 2012). Portugal assume-se assim, por um lado, com características de um grau de desenvolvimento intermédio ao nível das ligações internas entre organizações do Terceiro Setor, da sua visibilidade na comunidade científica e média e, por outro lado, ao nível do reconhecimento no que diz respeito às autoridades públicas (Nunes et. al., 2001). O número de teses e dissertações académicas sobre o Terceiro Setor tem aumentado de forma muito significativa e várias medidas políticas têm de certa forma avançado com efeitos diretos ou indiretos neste setor (Paiva, 2001).

A maior parte dos serviços sociais, no caso português, são prestados por Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL), pelo que é um setor com contribuições sociais e económicas, entre outras, muito importantes, o que aumenta a necessidade de informação sobre o seu desempenho (Azevedo, Franco, & Meneses, 2010). A pressão para que os financiamentos públicos atribuídos às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) fiquem sujeitas a um controlo cada vez mais rigoroso, é cada vez maior e, segundo Azevedo et. al (2010), o peso na receita total das ESNL em Portugal ronda os 40%.

Em 2013 foi publicada a Conta Satélite da Economia Social 2010 que veio atualizar informações estatísticas relativas ao setor, demonstrando o peso do Terceiro Setor em Portugal. Assim, este setor representa 14.748,6 Milhões de euros em despesas (2,8% do VAB) e, em termos de trabalhadores, é constituído por 226.935 trabalhadores ETI (Equivalente a Tempo Inteiro), 5,5% do emprego remunerado e cerca de 1.038.464 voluntários (INE, 2013). O Anexo 1 demonstra a % de emprego e do volume de negócios que estas entidades representam na Economia do País, de acordo com o Banco de Portugal (2013).

As OSFL desempenham um papel muito importante na sociedade nas áreas de atividade social, contribuindo para a criação de emprego, para a cidadania ativa e democracia do país, visto que oferecem uma vasta gama de serviços, representam os interesses dos cidadãos junto dos poderes públicos, promovem e salvaguardam os direitos humanos, bem como as políticas de desenvolvimento.

A importância do Terceiro Setor, segundo Quintão (2004), pode ser analisada em vários domínios:

- Do ponto de vista económico, por produzir bens e serviços em numerosas áreas de atividade económica (serviços sociais, saúde, ambiente, cultura, educação, desporto, inserção social profissional de públicos desfavorecidos, serviços de proximidade) e por, dinamizarem novas áreas de atividade, novos produtos, novos mercados, em resposta a necessidades sociais não satisfeitas pelos outros setores;
- Do emprego e da luta contra o desemprego, por ser um setor empregador, com potencial de criação de emprego, e algumas das organizações dedicarem-se à formação e à inserção socioprofissional, designadamente de públicos desfavorecidos;
- Da luta contra a exclusão social e do potencial para a construção do modelo social europeu, uma vez que o Terceiro Setor emergiu em reação ao agravamento de problemas de pobreza e exclusão social tendo criado novas respostas à satisfação de necessidades sociais e novas soluções institucionais, nomeadamente, recusam a divisão entre a economia e o social;
- Do desenvolvimento local, pela contribuição do Terceiro Setor em dar respostas às situações, públicos e regiões mais deficitárias, à criação de emprego e ao estímulo à participação.

1.1.2. Entidade do Setor Não Lucrativo

O SNL é também designado por Terceiro Setor, Economia Social, Setor Voluntário ou Setor das OSFL, engloba um grande conjunto de instituições, muito diversificadas entre si e organizadas sob diferentes formas jurídicas, mas têm uma característica em comum que é pelo facto de no desenvolvimento das suas atividades prosseguirem o bem-estar social (Santos, Lima, & Raimundo, 2011). O SNL, na área social, encontra-se numa posição de complementaridade, ou mesmo de substituição do papel e atividades públicas, relativamente ao setor público e privado (Santos, Raimundo, & Lima, 2012).

No entanto, convém referir, que também é utilizada a designação “Instituições Sem Fins Lucrativos”, contudo, esta expressão abrange não apenas instituições privadas sem fins lucrativos, mas também as instituições públicas, por estas não terem como objetivo primordial o lucro (Carvalho J. , 2004; Resende, 2007).

As ESFL, também designadas por ESNL, puras são identificadas como aquelas que fornecem serviços baseados inteiramente nas necessidades de tais serviços (Pérez & J., 2006; Henke, 1992). Segundo o art.º 3.º n.º 1 al. g) do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, são ESNL as *“entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, fundações e pessoas coletivas públicas de tipo associativo,*

devendo a aplicação do SNC a estas entidades sofrer as adaptações decorrentes da sua especificidade”.

Pérez e Perdomo (2006), bem como Perdomo (2014), referem que o objetivo das ESFL não é obter um benefício de natureza financeira para os seus proprietários, sócios ou diretores, pois estas entidades não têm donos/proprietários, não perseguem o lucro, apesar de poderem obter benefícios, mas os benefícios têm que se destinar ao interesse geral, os objetivos são assim sociais e não empresariais. Apesar da diversidade das fontes de financiamento, existem algumas entidades que têm apenas uma fonte, têm uma relação especial com a Administração Pública, há uma grande importância das doações, sendo que o voluntariado constitui um valor fundamental para as organizações, e, por último, estas têm capacidade de gerar emprego e inserção social.

As ESFL como já foi referido não perseguem o lucro, no entanto, o lucro não é só medido em termos monetários, pode, por exemplo, ser medido em vidas salvas e/ou ser medido na qualidade dos serviços prestados (saúde, educação, prática desportiva, apoio humanitário, proteção do ambiente, etc.) (Carvalho J. , 2005; Santos A. , 2008).

Importa referir que a realização de lucro não se encontra interdita, desde que as atividades lucrativas desenvolvidas sejam meramente instrumentais para as suas finalidades principais, sendo que, esse resultado é afeto obrigatoriamente à realização dos objetivos próprios dessas organizações (Franco & Gonçalves, 2006).

Conforme referido por Péres e Perdomo (2006), as ESFL não poderiam existir sem as contribuições do fator humano, o voluntariado, porque muitas das vezes o trabalho que realiza em todo o mundo diz respeito a prestações de serviços que as empresas lucrativas não estariam dispostas a realizar pela sua falta de rentabilidade. Para melhor conhecer este setor e o tipo de entidades nele incluídas, a classificação internacional das ESNL, recomendada pela ONU, aplicada à realidade portuguesa, consta no Apêndice 2.

Em geral, a natureza não lucrativa das instituições estudadas conduz a uma elevada importância e eficácia dos controlos pessoais e culturais na atividade das mesmas, nomeadamente, pela sua missão com carácter social, a ausência da figura do acionista, a componente humana, e as características dos colaboradores e voluntários (Resende, 2007). Face ao exposto, verifica-se que as ESNL têm especificidades próprias que as diferenciam das entidades dos restantes setores, nomeadamente, ao nível dos objetivos, dos agentes e das transações.

1.1.3. Instituições Particulares de Solidariedade Social

As instituições que atuam primeiramente e principalmente na área da proteção social são genericamente designadas como IPSS e encontram-se abrangidas por um estatuto especial,

sendo também referidas na CRP, pelo que se sustenta que o Estado deve apoiar as atividades destas entidades (Freitas & Braz, 2008).

Conforme referido por Muehombo (2013, p. 18), as IPSS *“constituem apenas uma categoria de organizações não lucrativas, inseridas num quadro geral, composto por associações de diversos fins, incluindo as associações mutualistas, as cooperativas, as organizações de voluntários, de prestação de serviços, de assistência social e de saúde”*. As IPSS *“constituem apenas uma categoria de organizações não lucrativas, ou entidades sem ânimo ou escopo lucrativo e de interesse geral, *nom profit organization* (NPO), na terminologia anglo-saxónica”* (Lopes, 2009, p. 209).

Segundo o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, as IPSS *“são instituições constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico”* (CASES, 2010; Teixeira F. , 2014). O Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio, menciona ainda que as IPSS não podem distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho, de acordo com o art.º 1.º do Estatuto, as IPSS passaram a ter a seguinte definição: *“são instituições particulares de solidariedade social, adiante designadas apenas por instituições, as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”*.

“As IPSS dedicam-se sobretudo à prestação de serviços sociais, nomeadamente no apoio a crianças, jovens e famílias, na promoção da integração social e comunitária, na proteção dos mais idosos e das pessoas com invalidez. Existem também algumas instituições que trabalham na promoção e prestação de cuidados de saúde, na educação e formação profissional de cidadãos ou na resolução de problemas habitacionais. Tratam-se portanto de organizações que atuam na prevenção e apoio de situações de fragilidade, exclusão ou carência humana promovendo a inclusão e a integração social” (Oliveira, 2013, p. 11 e 12).

As IPSS preenchem algumas lacunas do Estado no que concerne às respostas de equipamentos sociais pois são mais bem adaptadas às necessidades concretas da população do que as respostas estatais (Romão, 2002). As respostas sociais prestadas por estas entidades constituem assim muitas vezes um ponto crucial na garantia de equilíbrio social tendo em conta a sua intervenção ao nível dos mais desfavorecidos (Pereira S. , 2013). Para as IPSS os valores sociais são mais importantes do que as questões financeiras. Este argumento remete-nos para o facto de se considerar os beneficiários como o interveniente mais importante (Padanyi & Brenda, 2004).

As IPSS podem revestir uma das diversas formas, nomeadamente, a forma de Associações de solidariedade social, Associações de Voluntários de ação social, Associações de socorros mútuos, Fundações de solidariedade social, Irmandades da misericórdia, e respetivas, Uniões, Federações e Confederações, de acordo com Santos et al. (2011).

Como já referido, as IPSS, entre outras características, pela ausência de fins lucrativos, surgem *“por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral da solidariedade e de justiça entre os indivíduos”* (Almeida V. , 2009). Assim, desde logo, está estatuído na CRP, no n.º 5 do seu art.º 63.º que *“o Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista á prossecução dos objetivos de solidariedade social”*.

Tendo em conta os fins que prosseguem, as IPSS são consideradas uma das espécies de instituições particulares de interesse público, na medida em que sendo organizações privadas que prosseguem objetivos de interesse público, substituem e complementam o Estado nos seus deveres de solidariedade e proteção social (Alfaro, 2003). Por este facto, ficam sujeitas a um regime de tutela estatal, encontrando-se a sua constituição e funcionamento regulados pelo Estatuto das IPSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro.

As IPSS encontram-se sujeitas a registo no ministério respetivo, determinado em função dos objetivos que, em concreto, cada um visar. Nos termos da lei, este registo confere automaticamente o reconhecimento às IPSS do estatuto de utilidade pública (Valga, 2010).

As Pessoas Coletivas de Utilidade Pública (PCUP), cujo Estatuto consta de Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, são constituídas por *“associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a administração local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de “utilidade pública”*. O processo de reconhecimento da utilidade pública compete ao Governo, através de requerimento apresentado pela entidade interessada, sendo normalmente a respetiva declaração apenas emitida ao fim de três anos de efetivo e relevante funcionamento, salvo se especialmente dispensadas desse prazo em razão de circunstâncias excecionais (n.ºs 1 e 2 do art.º 4.º do Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública). Assim sendo, de acordo com o disposto no art.º 8.º do Estatuto das IPSS, estas instituições adquirem automaticamente a natureza de PCUP, situação extensível, igualmente, às cooperativas de solidariedade social (explicitamente equiparadas aquelas pela Lei n.º 101/97, de 13 de setembro), às Casas do Povo que prossigam os objetivos previstos no artigo 1.º do Estatuto das IPSS (Decreto-Lei n.º 171/98, de 25 de junho), às Organizações Não-Governamentais de Ambiente (art.º 4.º da Lei n.º 35/98, de 18 de julho) e às Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (art.º 12.º da Lei n.º 66/98, de 14 de outubro).

A uma entidade considerada como PCUP é imposto diversos deveres e o cumprimento de obrigações, quer de informação regular às entidades competentes, quer de colaboração com o

Estado e autarquias locais na prestação de serviços e na cedência de instalações para a realização das atividades constantes do seu objeto social. Assim sendo, as IPSS, para os exercícios económicos a partir de 2012, são obrigadas a estarem inscritas na Segurança Social e como tal são obrigadas a apresentar o Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (OCIP) (Teixeira F. , 2014).

As IPSS usufruem de benefícios fiscais e parafiscais uma vez que beneficiam da redução da taxa de contribuições para a Segurança Social e são isentas do pagamento da generalidade dos impostos (Enes, 2013). No plano fiscal, as IPSS *“merecem, por parte da lei, uma protecção relevante, através do estabelecimento de um regime fiscal privilegiado específico”* (Alfaro, 2003). Segundo o mesmo autor, este regime privilegiado, vertido nos normativos fiscais traduz-se em quatro instrumentos jurídicos, ou seja, existem quatro tipos de categorias em que se incluem os benefícios destas instituições, nomeadamente, regimes específicos de não tributação, isenções de impostos e redução de taxas, atribuição de benefícios fiscais específicos e, por último, regime de obrigações acessórias menos exigentes.

Conforme demonstra a tabela abaixo, as IPSS, em Portugal, têm benefícios fiscais no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), no Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), no Imposto do Selo (IS), no Imposto sobre Veículos (ISV), no Imposto Único de Circulação (IUC), na Consignação Fiscal, Contribuições para Sistemas de Segurança Social, Mecenato Social e Donativos, Isenções de taxas municipais, e por fim, Subsídios (Valga, 2010).

Tabela 2 - Benefícios Fiscais das IPSS

Benefício	Não Tributação	Isenção de Imposto e Redução de Taxa	Benefícios Fiscais	Obrigações Acessórias Menos Exigentes
IRC	x	x		x
IVA			X	x
IMI		x	X	
IMT		x		
IS	x	x		
IV		x		
IUC		x		
Consignação Fiscal			X	
Taxa Segurança		x		
Donativos			X	
Taxas Municipais		x		
Subsídios	n/a	n/a	n/a	n/a

n/a – não aplicável por não resultar de legislação fiscal

Fonte: Valga (2010, p. 32)

Os dados estatísticos têm exposto a evolução e expansão das IPSS, pelo que permitem perceber que estas instituições estão a ganhar cada vez mais peso no campo social enquanto organizações de pessoas com iniciativa e capacidade de resposta para necessidades sociais

importantes. A relevância destas instituições para a sociedade é comprovada pelo número de IPSS em Portugal (Carneiro, 2006). Na atualidade, contabilizam-se aproximadamente 5 000 IPSS em Portugal o que demonstra um peso substancial no conjunto de fatores que contribuem para o desenvolvimento económico bem como o seu contributo para a estabilidade social (Quintão, 2011), de acordo também com o Apêndice 3.

As despesas do Estado com o funcionamento e respetiva manutenção dos serviços e equipamentos sociais geridos pelas IPSS e instituições equiparadas, em termos do Orçamento do Estado, têm um peso enorme, sendo que representam cerca de 92% do orçamento total destinado para a ação social (Franco & Carrapiço, 2010).

1.1.4.Importância do normativo contabilístico aplicável ao setor

Conforme referido por Pérez e Perdomo (2010), o processo de harmonização contabilístico na União Europeia constitui um importante desafio para a elaboração da informação económica e financeira das empresas europeias. Há um conjunto de países comunitários que estão implementando as Normas Internacionais do International Accounting Standards Board (IASB), com o objetivo de aplicar no mercado interior e promover a expansão das empresas europeias nos mercados internacionais. Este novo modelo contabilístico vai ter uma ampla repercussão em todas as empresas europeias e também afetar as organizações da Economia Social. As empresas públicas e empresas de negócios têm que desempenhar uma gestão eficiente dos seus recursos, necessitando dispor de uma série de instrumentos para avaliar a sua atuação e o cumprimento da missão. Neste sentido, a contabilidade pode cumprir com este papel ao proporcionar informação económica e financeira da atividade e dos projetos realizados. A informação financeira constitui-se não só em mecanismo de controlo mas também como instrumento de transparência e responsabilidade, tendo em consideração as particularidades das entidades, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 3 - Entidades Não Lucrativas vs Cooperativas em termos Contabilísticos

	Entidades não Lucrativas	Cooperativas
Estrutura e conteúdo	Normas específicas e gerais – SNC – ESNL	Normas específicas - SNC
Obrigatoriedade	Grupo pequeno: - Fundações - Associações	Todas
Modelo Contabilístico	Organizações não lucrativas (modelo desenhado para elas)	Empresas de negócios

Fonte: Perdomo (2014)

De referir ainda que, as diferenças entre as organizações lucrativas e as não lucrativas têm impacto bastante significativo na preparação e apresentação da informação financeira, por isso

há necessidade de uma atenção na qualidade da informação financeira das entidades lucrativas e não lucrativas (Barros & Santos, 1998). Há duas razões fundamentais, pelo menos até aqui, que justificam a criação de regras contabilísticas próprias aplicáveis às ESNL: a primeira tem a ver com a propagação que as entidades têm vindo a conhecer e com o importante papel e peso que exercem na economia nacional, o que implica uma exigência de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, principalmente através da obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão de recursos que lhes são confiados, bem como dos resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades. E a segunda, porque as entidades que integram o setor não lucrativo respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços. (Geraldês, Ricon, Martins, & Matos, 2012).

A necessidade de haver um maior controlo, sobre as operações e sobre o seu registo, conduz as ESNL a acelerar o interesse pela aplicação das modernas técnicas de gestão (Francisco, 2005). Conforme refere o mesmo autor, acresce a necessidade de informação que, tal como em relação às empresas com finalidade lucrativa, tem os interessados nas ESNL. A Contabilidade deverá estar apta a satisfazer as necessidades de informação dos diferentes tipos de interessados em cada organização. Nas ESNL, os utilizadores da informação financeira são as entidades que entregam recursos (quotas, legados, donativos), os credores, as pessoas que realizam prestações gratuitas (assistência ou trabalhos de voluntários), o Governo e a Administração pública entre outros.

Outro motivo para as ESNL terem um normativo próprio é o facto de a informação preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites não ser suficiente para a gestão interna de uma empresa. Este é um forte para a necessidade de adaptação dos princípios e técnicas da contabilidade de gestão às ESNL (Arroyo, 1990). Também se torna importante para as autoridades fiscais, pois estão interessadas na regulamentação da contabilidade para este tipo de organizações, dado ser uma forma de controlarem situações de abuso e manipulação, em que estas possam estar envolvidas e relacionadas com os benefícios fiscais que lhe são concedidos (Francisco, 2005).

A conversão dos recursos em serviços sociais requer o estabelecimento de objetivos operacionais que o permitam, assim sendo, será necessário uma organização administrativa e contabilística que assegure uma correta e controlada prestação, quer dos serviços da instituição aos interessados quer das contribuições por ela recolhidas para o seu desempenho (Ferreira R. , 2005).

A informação contabilística é útil para a tomada de decisões económicas pelos diversos destinatários internos e externos dessa informação. Assim sendo, trata-se de um modelo de informação único com objetivos múltiplos que satisfazem ambos os utentes (Viçoso, 2008). O autor defende que os objetivos da informação financeira das ESFL devem ser estabelecidos de harmonia com as necessidades dos principais utilizadores.

O referido anteriormente reforça assim a importância de um normativo contabilístico específico para estas entidades. Neste sentido, em Portugal foi elaborada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), integrado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Importa ainda referir que o Financial Accounting Standards Board (FASB) está a realizar um projeto no sentido de melhorar o relato financeiro das Demonstrações Financeiras (DF's) das ESNL. O referido projeto tem como objetivo melhorar a utilidade das DF's, proporcionando uma melhor informação sobre a liquidez, desempenho financeiro e fluxos de caixa para os utentes das DF's (Smith & Euwema, 2015).

1.1.5. Síntese

Em suma, verifica-se que existem múltiplas denominações para o setor da economia estudado, pelo facto de este englobar um conjunto diversificado de organizações, nomeadamente, nas finalidades, dimensão e modo de funcionamento.

O Terceiro Setor funciona como complemento ou substituto do Setor Público, em várias áreas da sociedade. As principais características das organizações deste setor dão ênfase a uma necessidade de fim social, tendo a habilidade de combinar o empreendedorismo com a consciência social, sendo independentes do Estado. O SNL *“tem como princípio base a não distribuição de lucros decorrentes da atividade, sendo que o seu objeto não lucrativo está assente no pressuposto da não distribuição de lucros e não no pressuposto da gestão ou criação de valor”*. (Mariz, 2014, p. 7).

Em Portugal, as ESNL desenvolvem atividades em diversas áreas, como por exemplo, cultura e lazer, educação e investigação, saúde, serviços sociais, ambiente, defesa de causas, religião e associações empresariais, profissionais e sindicais. Estas entidades podem organizar-se, nomeadamente, em associações, fundações, misericórdias, cooperativas, sendo algumas reconhecidas como IPSS.

Face ao exposto, no próximo subcapítulo é abordado o normativo contabilístico aplicado ao setor em estudo, sendo relevante fazer um breve enquadramento para posteriormente se analisar o normativo atual.

1.2. Normativo Contabilístico do Setor Não Lucrativo

O atual normativo contabilístico, criado para regular as ESNL, foi desenvolvido atendendo aos distintos objetivos e especificidades deste tipo de entidades (Bandeira, 2013). Assim sendo, é abordado o normativo contabilístico do SNL, iniciando-se com um breve enquadramento da evolução do normativo contabilístico aplicado a este setor, de seguida o SNC, seguido da Estrutura Conceptual (EC) para as ESNL e do Normativo Contabilístico aplicado a estas entidades em Portugal, terminando o subcapítulo com uma breve síntese.

1.2.1. Breve enquadramento da evolução do normativo contabilístico do Setor Não Lucrativo

Alguns autores consideram que é a partir dos anos 80 que sobressai o crescente desenvolvimento das ESFL, provindo da constante intervenção, por parte de estudantes universitários e profissionais, dedicados ao estudo e ao aprofundamento das questões estruturais dessas entidades (Barros & Santos, 1998).

A forma como eram elaboradas as contas das IPSS começaram por revelar-se inadequadas e insuficientes tendo em conta o que este tipo de instituições representava e pelo volume dos fluxos financeiros envolvidos (Anthony & Young, 1999; Zorita, 2003). O Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS) (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março) surge da necessidade de dotar estas instituições de normas que possibilitassem a apresentação das suas contas segundo conceitos e procedimentos contabilísticos uniformes (Booth, 1995; Carvalho J. , 2005). Tudo isto surge das necessidades de gestão do sistema, de modo a permitir a modernização do mesmo e por forma a contribuir para uma leitura mais fácil das contas das IPSS por parte dos interessados (Hay & Wilson, 1992).

No que diz respeito à aplicação de planos de contabilidade sectoriais ou do SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, as entidades que aplicassem o PCIPSS não estariam obrigadas a adotar o SNC, uma vez que o PCIPSS foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março, e não foi objeto de revogação pelo diploma que aprovou o SNC.

Todavia, o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, vem revogar o diploma referido anteriormente. O Decreto-Lei em causa aprova quatro medidas primordiais sendo que uma delas passa por aprovar o regime da normalização contabilística para as ESNL. A criação de regras contabilísticas próprias aplicáveis às ESNL justifica-se, segundo o presente Decreto-Lei, por duas razões primordiais. Assim, por um lado, em virtude do importante papel e peso que desempenham na economia, e por outro lado, porque as entidades que integram o sector não lucrativo dão resposta a itens de um valor que ultrapassam a venda de produtos ou prestação de serviços (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março).

O presente diploma, no art.º 9.º-E do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho (a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016), refere que às ESNL aplica-se a NCRF-ESNL, sendo que estas entidades podem *“optar pela aplicação do conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no SNC, com as necessárias adaptações, ou pela aplicação das normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, desde que observado o disposto no artigo 4.º”*. Na sequência deste Decreto-Lei foram posteriormente publicados outros diplomas em Diário da República, ficando o ordenamento jurídico constituído de acordo com o Apêndice 4.

De acordo com o mencionado, os principais momentos da história da Contabilidade, em Portugal resumem-se na tabela abaixo.

Tabela 4 – Etapas da Contabilidade em Portugal

Época	Acontecimentos
...	Ausência de um plano oficial
1977	Plano Oficial da Contabilidade (POC)/77 – Decreto-Lei n.º 47/77
1959	POC 89 – Decreto-Lei n.º 410/89 ,revoga o 1º POC/77 com adesão de Portugal à Comunidade Europeia (CE)
1990	Decreto-Lei n.º 78/89, adapta o PCIPSS ajustadas às necessidades das IPSS, reflete as principais estruturas e conceitos do POC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, bem como as alterações introduzidas pela 4ª Diretiva (POC/89), com aplicação obrigatória a partir de 01/01/1990
2010	Decreto-Lei n.º 158/2009, SNC, que revoga o POC, com exceção dos planos sectoriais
2011	Decreto-Lei n.º 36-A, que integra o SNC, revoga os planos setoriais baseados no POC, com obrigatoriedade em 01/01/2012, e por opção a partir de 2011
2015	Decreto-Lei n.º 98/2015, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

Fonte: Adaptado de Ferreira M. (2011, p.45)

As normas aprovadas significam um passo importante na homogeneização e adaptação das normas de contabilidade para as ESNL que contribuirá para a melhoria da qualidade do relato financeiro. O normativo atual aplicado às ESNL é conforme demonstra a Figura abaixo.

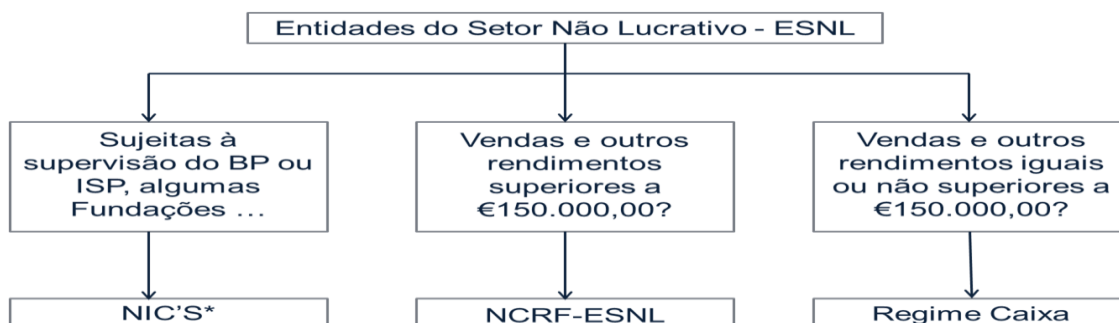


Figura 1 – Normativo contabilístico aplicado às ESNL

*Normas Internacionais de Contabilidade

Fonte: Santos et al. (2011)

Importa ainda saber, de acordo com o Apêndice 5, como era tratada a informação contabilísticas nas ESFL organizadas antes da entrada em vigor da NCRF-ESNL e após a sua entrada em vigor (Marcelo, 2012). Esta análise permite verificar “que a informação financeira constitui um elemento fundamental no processo de tomada de decisão, constituindo em si um fator determinante para o eficaz funcionamento das entidades” (Teixeira Z. , 2014, p. 73).

1.2.2. Sistema de Normalização Contabilística

O SNC, publicado pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi o resultado dos trabalhos efetuados pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), com o objetivo de homologação, em Portugal, das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB/ IFRS- International Financial Reporting Standards), adotadas pela União Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho. E por sua vez, devido às particularidades do setor das ESNL, deu-se também uma fase que consta da homologação do Normativo para as ESNL, através do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e agora através do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho (entra em vigor em 1 de janeiro de 2016) que integra os normativos aplicados às ESNL.

Fazendo parte integrante do SNC, o normativo para as ESNL corresponde à *“criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, nomeadamente associações, fundações, clubes, federações e confederações”* (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março).

A criação de regras contabilísticas próprias e adequadas às especificidades das entidades integrantes do setor não lucrativo é objeto defensável e amplamente reconhecido, por várias razões. Desde logo, e no dizer do legislador nacional:

“a disseminação que estas entidades têm vindo a conhecer ao importante papel e peso que desempenham na economia, justifica que se reforcem as existências de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, nomeadamente através da obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhe são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades. Seguidamente, porque as entidades que integram o setor não lucrativo respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços” (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março).

De acordo com as regras que resultam do regime aplicável às ESNL, as entidades a ele sujeitas são obrigadas à elaboração de diversas peças contabilísticas, nomeadamente, o Balanço (ver anexo 2), a Demonstração dos Resultados (DR) por Natureza (ver anexo 3) ou por Funções (ver anexo 4), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (ver anexo 5) e o Anexo (ver anexo 6), podendo ainda apresentar a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais (ver anexo 7), quer por opção, quer por exigência das entidades públicas financiadoras. Encontra-se previsto um regime especial para as ESNL cujas vendas e outros rendimentos sejam igual ou inferior a €150.000,00 – regime especial de caixa. O relato financeiro destas entidades assenta em mapas financeiros em detrimento de DF's, não aplicando a NCRF-ESNL, salvo se optarem, ou integrarem o perímetro de consolidação ou por

imposição legal, estatutária ou de terceiros. Salientamos ainda que estas entidades ficam sujeitas a certificação legal das contas sempre que apresentem contas consolidadas ou ultrapassem os limites referidos no artigo 262.º do Código das sociedades Comerciais (CSC), nos termos nele previsto (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro).

1.2.3. Estrutura Conceptual para ESNL

A EC das ESNL é uma aplicação da teoria geral da contabilidade, que desenvolve fundamentos conceituais que se baseiam na informação financeira destinada a satisfazer propósitos gerais, com o objetivo de adotar um sustento racional das regras contabilísticas gerais para a informação das ESNL (AECA, 2008).

São várias as definições de EC. Existem autores que defendem que a EC deve ser entendida como uma *“interpretação da teoria geral da contabilidade, mediante a qual se estabelecem, através de um itinerário lógico-dedutivo, os fundamentos teóricos em que se apoia a informação financeira”* (Pereda, 1996, p. 8). Gabás, citado por Cravo (2009, p. 38) descreve a EC da Contabilidade como uma *“teoria contabilística de carácter geral que apresenta uma estrutura lógico-dedutiva do conhecimento contabilístico e define uma orientação básica para o organismo responsável pela elaboração de normas contabilísticas de cumprimento obrigatório”*.

Para Cañibano e Gonzalo, citado por Cravo (2009) a EC é um *“produto de e para a regulação contabilística”*. Há quem defina a EC como sendo uma declaração de princípios geralmente aceites para o desenvolvimento de novas práticas de relato, bem como desafiar e avaliar as existentes (Weetman, 1996). Existe ainda quem defenda que a EC serve de instrumento ao órgão regulador para elaborar normas contabilísticas coerente com a realidade económica e assim evitar conflitos de negociação (Bellostas, 1997).

A EC do SNC foi homologada pelo Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, que foi revogado pelo Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho. De acordo com o prefácio da EC do SNC, as DF's são *“preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes”*.

Segundo Martinez (citado por Cravo, 2000, p.42) *“é necessário estabelecer uma linguagem comum para a elaboração das demonstrações financeiras que, por um lado, seja compreensível para todos os utentes e, por outro, se acomode ao progresso económico com o qual mantém uma constante inter-relação, já que será este que determina a quantidade e a qualidade da informação procurada”*.

Facilmente se percebe que é de extrema importância a existência de uma EC que estabeleça um quadro de referência que permita suprimir ou reduzir a influência de opiniões, fornecendo uma base conceptual de orientação e revisão das normas de Contabilidade Financeira contribuindo para o aumento da fiabilidade, da relevância, da compreensibilidade e da

comparabilidade da informação financeira. Não sendo a EC uma NCRF, não define normas para qualquer mensuração particular ou tema de divulgação, constitui um quadro de conceitos de referência e de alicerces às mesmas (Cipriano, 2008). Em caso de conflito entre a EC e uma NCRF, os requisitos da NCRF prevalecem em relação à EC.

De acordo com o § 2 a EC tem como finalidades: ajudar os preparadores das DF's na aplicação das NCRF e no tratamento de tópicos que ainda tenham de constituir assunto de uma dessas Normas; ajudar a formar opinião sobre a aderência das DF's às NCRF; ajudar os utentes na interpretação da informação contida nas DF's preparadas; e, proporcionar aos que estejam interessados no trabalho da CNC informação acerca da sua abordagem à formulação das NCRF. A EC de um sistema de informação contabilístico visa criar um conjunto de princípios orientadores ao funcionamento e utilização da informação de natureza contabilística.

A EC do SNC que tem por base a EC do IASB e trata de diversos pontos fundamentais, nomeadamente, o objetivo das DF's, os utentes das mesmas, as suas características qualitativas, os seus elementos assim como os seus critérios de reconhecimento e de mensuração, e, o conceito de capital e manutenção de capital. Assim sendo, de seguida analisa-se os diversos pontos.

1.2.3.1. Objetivos e utentes das Demonstrações Financeiras

O objetivo das DF's é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade, ou mais, que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas (§ 3.1.3 do anexo II do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março). A fim de satisfazerem os seus objetivos, as DF's são preparadas de acordo com o pressuposto de continuidade e segundo o regime do acréscimo (periodização económica).

As DF's são geralmente preparadas tendo por base a ideia de que uma entidade continuará a operar no futuro previsível, ou seja, que prosseguirá a sua atividade sem necessidade de liquidar ou diminuir significativamente o nível das suas transações. Com o pressuposto do acréscimo, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos sempre que estes ocorram (e não quando esses acontecimentos sejam recebidos ou pagos) sendo registados contabilisticamente e relatados nas DF's dos períodos com os quais se relacionem. De acordo com o § 3.3.1 do anexo II do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, *“uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, exceto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica)”*. Portanto, as DF's são preparadas e elaboradas na mesma base económica, salvo a DFC que, pelo seu objetivo, é preparada numa base de caixa.

O caráter particular destas ESNL revela-se, por um lado, nos interessados da informação financeira, que constam no §1.7 do anexo I do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Os

destinatários da informação financeira são: os doadores/financiadores/associados que pretendem acompanhar o cumprimento dos objetivos da entidade; os credores, que querem obter informação sobre a capacidade da entidade de desenvolver os seus compromissos; os seus membros, que estão interessados em acompanhar a utilização dos seus donativos e outros fundos; os voluntários, que desejam saber os resultados da sua dedicação; e o Estado, uma vez que ao facultar recursos para a atividade das entidades, tem necessidade de controlar os fluxos/meios que possibilitem o cumprimento dos fins sem diminuir o património; e por último, o público em geral, dos quais fazem parte contribuintes, grupos de interesse ou pressão, associações de defesa do consumidor e todos os interessados, direta ou indiretamente, no futuro da atividade da ESNL, que devem ter a possibilidade de avaliar o contributo da entidade no seu bem-estar ou no desenvolvimento económico do setor onde está inserida (Marques & Armando, 2011).

1.2.3.2. Pressupostos e Características qualitativas das Demonstrações Financeiras

É necessário atender ainda aos seguintes princípios que proporcionam informação relevante, fiável, comparável e compreensível, tal como definidas no Anexo II ao Decreto - Lei n.º 36 - A/2011, de 9 de março:

- Continuidade: manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade da entidade cumprir os fins propostos.
- Regime de acréscimo: reconhecer os seus itens usando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), exceto na informação de fluxos de caixa. Os itens, os elementos das DF's no regime contabilístico de acréscimo, são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos, gastos, entre outras, desde que satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.
- Consistência de apresentação das DF's: a apresentação e classificação de itens nas Df's devem ser mantidas de um período para outro, exceto se houver alterações significativas na natureza das operações da entidade.
- Materialidade e agregação ou desagregação das quantias das rubricas nas DF's: apresentar os itens materiais semelhantes na mesma classe e os dissemelhantes em classes distintas.
- Compensação: todos os ativos e passivos, rendimentos e gastos não devem ser compensados.
- Prestação da informação comparativa: a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior e o período corrente.

Sempre que existam alterações às políticas contabilísticas, as quantias reveladas devem ser explicadas quanto à sua: natureza da classificação; quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada e razão para a reclassificação.

A informação proporcionada pelas DF's, para ter qualidade e utilidade para os utentes, deve possuir quatro características qualitativas principais (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro), nomeadamente:

- **Compreensibilidade:** a informação das DF's deve ser rapidamente compreensível pelos utilizadores com conhecimento da atividade económica e contabilística.
- **Relevância:** a informação tem de ser relevante para a tomada de decisões. A informação é relevante quando influencia as decisões económicas dos utilizadores, permitindo ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou a confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas.
- **Fiabilidade:** a informação é fiável quando não tiver erros materiais e de preconceitos. A informação para ser fiável tem que representar fidedignamente, tem de aumentar na substância sobre a forma, tem de ser neutra e completa (plenitude).
- **Comparabilidade:** a informação financeira deve ser comparável no tempo e no espaço, ou seja, no tempo comparando informação de diferentes anos e no espaço comparando informação de uma entidade com o setor. Os utentes têm de ser capazes de comparar as DF's de uma entidade a fim de compreender o seu desempenho ao longo dos tempos. Também têm de comparar as DF's de diferentes entidades para poder avaliar a sua posição financeira e o seu desempenho.

Devido a algumas limitações das características qualitativas da relevância e da fiabilidade, em determinadas ocasiões, provocam um constrangimento à informação relevante e fiável. Por isso, há necessidade que a informação seja tempestiva, ou seja, a informação deverá chegar aos utilizadores da informação financeira atempadamente. Também se deve ter em conta a relação entre custo e benefício e fazer um balanceamento entre as várias qualidades da informação financeira para poder adequá-las às situações em concreto (§§ 43-45 do Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro). O objetivo é que as DF's tenham uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira da entidade.

1.2.3.3.Elementos das Demonstrações Financeiras

Os efeitos financeiros das transações e de outros acontecimentos são representados nas DF's na figura de grandes classes denominadas por elementos das DF's. Os elementos relacionados com a mensuração da posição financeira (Balanço) são os ativos, os passivos e os fundos patrimoniais, e, os elementos relacionados com a mensuração do desempenho (DR) são os rendimentos e os gastos.

Dadas as especificidades que caracterizam as ESNL, as definições dos elementos da posição financeira apresentados na EC têm de ser adaptados pelas ESNL. Assim sendo, um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que permita atividades presentes e futuras para a entidade. Passivo é uma obrigação

presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte uma saída de recursos que incorporam a possibilidade de desenvolver atividades futuras para a entidade. Por fim, o fundo patrimonial é um interesse residual nos ativos depois de deduzidos os passivos. Nas ESNL o fundo patrimonial é constituído pelos fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros, pelos fundos acumulados e outros excedentes, bem como pelos subsídios ou doações que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade determinem que sejam de incorporar no mesmo (§ 3.5 do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março).

Dadas as características das ESNL o conceito de ativo alterou, eliminando-se a expectativa de obtenção de benefícios económicos futuros, nesse sentido, os conceitos de rendimento e gasto têm de ser adaptados a estas entidades. Deste modo, rendimentos são aumentos dos recursos económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuição de passivos que resultem em aumentos no fundo patrimonial, que não sejam os relacionados com as contribuições para o fundo social. Gastos são diminuições nos recursos económicos na forma de exfluxos ou diminuição de ativos ou no aumento de passivos que resultem em diminuições do fundo patrimonial, pela via do resultado (Ferreira A. , 2012).

1.2.3.4. Critérios de reconhecimento dos elementos das Demonstrações Financeiras

O reconhecimento é “o processo de incorporar no Balanço e na demonstração dos resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento ” (§ 3.2 do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março). Tal envolve a descrição do item por palavras e por uma quantia monetária e a inclusão desse valor no Balanço ou na DR, caso satisfaçam os critérios de reconhecimento específicos (§§ 3.3-3.7 do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março).

Os critérios de reconhecimento dos elementos das DF's, para as ESNL, tendo em contas as suas especificidades, são:

- Ativo: quando for provável que permita atividades presentes e futuras para a entidade e tenha um custo/valor que possa ser mensurado com fiabilidade;
- Passivo: quando haja obrigação presente que implique a necessidade de, para a liquidar, ter de abdicar de recursos que incorporam a possibilidade de poder realizar atividades futuras e tenha um custo/valor mensurável com fiabilidade;
- Rendimentos/gastos: quando tenha surgido um aumento/diminuição dos recursos económicos da entidade relacionados com um aumento/diminuição num ativo ou uma diminuição/aumento de um passivo, que possam ser mensurados com fiabilidade (não relacionado com contributos para o fundo social).

Um critério para o reconhecimento de um item é que este tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade, ou seja, que cumpra os critérios de representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência e plenitude (Barbosa, 2011).

1.2.3.5. Critérios de mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras

A mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das DF's devam ser reconhecidos e inscritos no Balanço e na DR, sendo previstas no § 98 da EC as seguintes bases de mensuração:

- Custo histórico: os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios;
- Custo corrente: os ativos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um ativo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação. Este custo assume especial importância na mensuração dos inventários que não virão a gerar fluxos de caixa;
- Valor realizável (de liquidação): os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser correntemente obtida ao vender o ativo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação, isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagas para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios;
- Valor presente: os ativos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios; e,
- Justo valor: quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas (Barbosa, 2011).

Dadas as especificidades das ESNL, quando a entidade obtenha a título gratuito um ativo fixo tangível, em que o seu custo é desconhecido, para efeitos de mensuração no reconhecimento, o ativo é mensurado ao justo valor, ou ao valor pelo qual se encontram segurados, ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade (§ 7.5 do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março).

1.2.3.6. Conceitos de capital e manutenção de capital

Os conceitos referentes a este ponto são apresentados nos §§ 100 a 108 da EC. O conceito de capital na preparação das DF's é analisado segundo duas perspetivas: financeiro e físico. Relativamente ao conceito financeiro de capital este é sinónimo de ativos líquidos ou de capital próprio da empresa. Por outro lado, o conceito físico de capital é entendido como a capacidade produtiva da empresa, ou seja, representa a sua capacidade operacional.

O conceito de manutenção de capital está associado à forma como uma empresa define o capital que procura manter, considerando-se que uma empresa mantém o seu capital se tiver tanto capital no fim do período como tinha no início do mesmo. Num conceito de manutenção de capital financeiro o lucro só é obtido se a quantia financeira (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder a quantia financeira dos ativos líquidos do começo do período, depois de excluir quaisquer distribuições aos, e contribuições dos, proprietários durante o período. Numa perspetiva de manutenção do capital físico o lucro só é obtido se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou os fundos necessários para conseguir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no começo do período, depois de excluir quaisquer distribuições aos, e contribuições dos, proprietários durante o período (Barbosa, 2011).

1.2.4. Normativo contabilístico aplicável às ESNL em Portugal

As ESNL tinham formas diferentes de contabilização e relato financeiro das entidades com fins lucrativos, muito devido aos objetivos de cada uma delas serem diferentes. De entre essas diferenças, temos, por exemplo, o registo das entradas e saídas de dinheiro num regime de caixa, a contabilização de contribuições e o reporte de despesas mais detalhado no SNL (Gross, McCarthy, & Shelmon, 2005).

Para além das alterações legislativas que se prendem nas novas exigências em termos contabilísticos e fiscais a este setor, a crescente importância das ESNL na atividade económica da sociedade tem-se verificado um aumento da procura de informação financeira e não financeira sobre estas entidades. (Costa A. , 2011). Acredita-se *“que com este novo enquadramento contabilístico nacional, o mesmo possa contribuir com vital importância ao nível interno das entidades para a melhoria das práticas contabilísticas e de gestão, no enquadramento comparativo destas entidades, com outros normativos de outros países, pertencentes ao terceiro sector”* (Ferreira M. , 2011, p. 13).

Para uma melhor perceção e conhecimento do normativo aplicado, analisa-se o regime de caixa e a NCRF-ESNL.

1.2.4.1. Regime de Caixa

O legislador nacional, no seguimento, aliás, da especificidade do regime aplicado às microentidades, entendeu dispensar de um conjunto de obrigações às ESNL de pequena dimensão e atividade, criando por isso o designando “Regime de Caixa”.

Conforme mencionado no art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, ficam dispensadas da aplicação da normalização contabilística para as ESNL as entidades cujas vendas e outros rendimentos não excedam €150.000,00 em nenhum dos dois exercícios anteriores (sendo que no exercício do início de atividade, o limite referido se reporta ao valor anualizado do total dos rendimentos estimados), salvo quando estas integrem o âmbito de consolidação de contas ou estejam obrigadas à apresentação de qualquer uma das DF's referidas no n.º 1 do art.º 11.º (Balanço, DR por Natureza ou por Funções, DFC e Anexo), por disposição legal ou estatutária ou por exigência das entidades públicas financiadoras, ou, ainda, por opção pela aplicação por parte da própria entidade. É importante referir a articulação entre o regime de caixa e o normativo constante no Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC). O legislador fixou, tanto no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 como no artigo 124.º do CIRC um limite de €150.000,00. De acordo com o art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016, ficam dispensadas da aplicação da normalização contabilística para as ESNL as entidades cujo volume de negócios líquido não exceda €150.000,00.

Para as entidades dispensadas e que não optem pela aplicação da normalização contabilística para as ESNL, foram aprovados, na Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (agora revogada pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, com eficácia a partir de 1 de janeiro de 2016), os seguintes modelos de mapas financeiros: Pagamentos e Recebimentos, Património Fixo e Direitos e Compromissos Futuros (ver anexo 8).

A contabilidade fundamentada na base de caixa tem como característica o facto de o reconhecimento ser feito apenas quando se verifique uma entrada ou uma saída de dinheiro, ou seja, considera-se o momento do desembolso de uma quantia o exfluxo de um meio líquido de pagamento, e o momento de entradas de meios líquidos de pagamento o influxo. A principal vantagem desta base é a sua simplicidade de execução, bem como, a facilidade com que os utilizadores menos conhecedores podem entender a informação apresentada. Contudo, existe a limitação de acesso a financiamentos, designadamente subsídios comunitários, dado que obrigam a adoção do regime do acréscimo e das DF's (Ferreira A. , 2012).

No que respeita ao Mapa de Recebimentos e Pagamentos, os recebimentos são agrupados pelas suas atividades próprias comerciais, capitais ou prediais, e os pagamentos são agrupados por funcionamento e por investimento. No Mapa de Património Fixo podem de ser criadas colunas extras para a identificação da data de aquisição, identificação do fornecedor e o número do documento. Neste modelo aparece separadamente o que já existia anteriormente e as aquisições do corrente exercício, de modo a evidenciar as quantias do mesmo. No Mapa

de Direitos e Compromissos Futuros, pretende-se que sejam elaboradas relações discriminativas de cada uma das rubricas e no caso de compromissos de natureza plurianual na coluna “Ano Previsto de Pagamento” deve-se indicar o período respetivo.

Importa referir que a Contabilidade é um sistema de informação e que, assim sendo, estes quadros são apenas meros modelos base, ou seja, devem e podem ser alterados. Assim, a entidade que utilizar o regime de caixa pode adaptar os mapas à sua realidade. Estes mapas são apresentados no final do período, contudo, a entidade deve criar mapas para poder cumprir com as obrigações fiscais e com as obrigações para com os seus financiadores ou mecenas.

1.2.4.2. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Antes da obrigatoriedade de aplicação desta norma, não existiam regras de contabilização, nem de informação fiscal. Agora, existem regras específicas e critérios a seguir que as empresas em geral têm, nomeadamente, a obrigatoriedade de apresentar DF's e seguir os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação. Assim sendo, esta Norma tem como objetivo de estabelecer os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação, com as adaptações inerentes às ESNL (Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março).

Muito resumidamente, vou numerar os aspetos abordados por esta norma:

- 1) Âmbito: onde refere que “*sempre que na presente norma existam remissões para as normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem às adoptadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3/11*” (§ 2.2 da norma) e que na eventualidade desta norma não responder a aspetos particulares de contabilização ou relato financeiro que surjam a dada entidade, ou seja, no caso de lacunas desta Norma deverão ser superadas, supletivamente e pela ordem indicada: às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI); às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respetivas interpretações (SIC e IFRIC), emitidas pelo IASB.
- 2) Reconhecimento: em que refere que, em geral, os conceitos em causa se baseiam na EC para a Preparação e Apresentação das DF's, com alterações decorrentes da especificidade destas entidades. As ESNL têm a particularidade de os rendimentos resultarem, em geral, de subsídios. Segundo Ferreira et al., 2012, estas entidades têm como principal diferença nas condições gerais de reconhecimento para com as entidades com fins lucrativos, o conceito de ativo. Isto porque foi eliminado a condição

de probabilidade de obtenção de benefícios económicos futuros, passando a ser condição permitir atividades presentes e futuras. A nível de mensuração este setor destaca-se no custo corrente na mensuração dos inventários que não irão gerar fluxos de caixa (Ferreira, Cruz, & Azevedo, 2012).

- 3) Estrutura e conteúdo das DF's: cujas mesmas devem ser claramente identificadas e distinguidas de outra informação publicada.
- 4) Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL: onde refere o regime de transição ou seja, que as entidades abrangidas pelas NCRF-ESNL têm de elaborar um balanço de abertura, que será o ponto de partida da contabilização de acordo com esta Norma e servirá de comparativo nas primeiras DF's elaboradas. Na elaboração desse balanço de abertura deve ser respeitado o § 5.2 da Norma. Quaisquer quantias relativas a diferenças de transição devem ser reconhecidas no fundo patrimonial (resultados transitados, conta 56), à data da transição.
- 5) Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: com a seleção e aplicação de políticas contabilísticas, a sua consistência, as possíveis alterações nas políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas e erros. A partir de janeiro de 2016, as alterações nas políticas contabilísticas serão aplicadas retrospectivamente, exceto se um capítulo da norma dispuser diferentemente, se tal aplicação for impraticável ou se os gastos superarem os benefícios daí resultantes.
- 6) Ativos Fixos Tangíveis: em que se mantêm os princípios gerais de reconhecimento de um Ativo Fixo Tangível. Contudo, nas ESNL, podem existir bens a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido. Nestes casos os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados, ou ao valor pelo qual figuravam anteriormente na sua contabilidade. No que respeita às depreciações, a NCRF-ESNL estabelece particularmente que os eventuais bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação. A partir de 1 de janeiro de 2016, as Propriedades de Investimento são reconhecidas como Ativos Fixos Tangíveis.
- 7) Ativos Intangíveis: seguem os critérios gerais de reconhecimento dos Ativos Intangíveis. A partir de 1 de janeiro de 2016, um Ativo Intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos. A vida útil de um ativo intangível deve ser revista a cada período para determinar se há ou não alteração da mesma, havendo alteração deve ser contabilizada como alteração numa estimativa.
- 8) Locações: que segue, no geral, a NCRF 9 – Locações. Uma distinção deste capítulo da NCRF – ESNL que se refere às locações (capítulo 9) para com a NCRF 9 é que este não refere qualquer tratamento das locações nas DF's dos locadores, já que muito dificilmente este tipo de entidades se encontrará na posição de locadores.

- 9) Custo de empréstimos obtidos: incluem, tal como acontece nas entidades com fins lucrativos: juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto/longo prazo; amortização de custos acessórios incorridos com a obtenção de empréstimos; encargos financeiros com locações financeiras; e, diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos, em moeda estrangeira. A partir de janeiro de 2016, os custos de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo devem ser capitalizados, desde que seja provável que resultem benefícios económicos futuros para a entidade e possam ser mensurados com fiabilidade.
- 10) Inventários: que seguem a regra geral, mas as ESNL têm a particularidade de poder deter inventários não diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa. O inventário permanente, a partir de janeiro de 2016, é obrigatório para as entidades que apliquem o SNC ou IAS/IFRS,
- 11) Rédito: que diz que neste tipo de entidades as quotizações próprias de cada setor são consideradas prestações de serviços.
- 12) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: tratamento contabilístico no SNL não tem nada a destacar em relação ao regime geral.
- 13) Contabilização dos subsídios e Outros Apoios: onde se realça o facto de neste capítulo, em comparação com o capítulo homólogo da NCRF-PE, ser retirada a expressão “Governo” nas diversas situações e a expressão “Capitais Próprios” ser substituída pela expressão “Fundos Patrimoniais”.
- 14) Os efeitos das alterações em taxas de câmbio: com os aspetos de reconhecimento inicial de uma transação, do seu relato em datas de balanço posteriores e de reconhecimento de diferenças de câmbio.
- 15) Imposto sobre o rendimento: cujo tratamento contabilístico é o método do imposto a pagar e a mensuração é pela quantia que se espera que seja paga ou recuperada às autoridades fiscais, usando as taxas e leis fiscais aprovadas à data do balanço.
- 16) Instrumentos financeiros: com os aspetos de reconhecimento e mensuração, as condições de imparidade e desreconhecimento dos mesmos. A partir de janeiro de 2016, a perda por imparidade deverá ser mensurada pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.
- 17) Benefícios dos empregados: onde se aplicam apenas os benefícios de curto prazo e de cessação de emprego, não fazendo, devido ao objeto das entidades desta norma, qualquer referência a planos de participação nos lucros e gratificações.
- 18) Acontecimentos após a data de balanço: a partir de janeiro de 2016, os acontecimentos

que dão lugar a ajustamentos, ajustar quantias reconhecidas; os acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos, divulgar se materiais.

19) Agricultura: a partir de janeiro de 2016, aplicado na contabilização de ativos biológicos, produto agrícola no ponto de colheita e subsídios das entidades públicas.

20) Data de Eficácia, que refere que esta norma começa a ser aplicada, obrigatoriamente, nos períodos a partir de Janeiro de 2012, e em janeiro de 2011, por opção.

A presente norma veio dar resposta às insuficiências verificadas no anterior regime, nomeadamente, no que diz respeito ao aumento da exigência de qualidade do relato financeiro, tornando a informação relevante, fiável, comparável e compreensível (Teixeira Z. , 2014).

O Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, homologou a NCRF-ESNL, substituindo a NCRF-ESNL constante do Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março. Assim, sendo a sua data de eficácia para os períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades deverão proceder à sua aplicação prospetiva e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

1.2.5.Síntese

Verificou-se que, ao longo dos anos, vários autores relataram a sua opinião, e que não existe uma definição única de EC. No que diz respeito ao normativo contabilístico, todas as ESNL estão obrigadas desde o início de 2012, a adotar as NCRF-ESNL ou o regime de caixa, de acordo a disposição legal. Foi um período de muitas alterações contabilísticas e fiscais para este setor que viu, de uma maneira geral, os seus custos aumentarem, as suas formas de relato melhorarem e os seus procedimentos administrativos alterarem.

Como referem Ferreira, Cruz e Azevedo (2012, p. 7), *“a criação de regras contabilísticas próprias e adequadas às especificidades das entidades integrantes do setor não lucrativo é objeto defensável e amplamente reconhecido, por várias razões. Desde logo, e no dizer do legislador nacional”*. Após o estudo da NCRF-ESNL, verifica-se que esta *“segue a mesma estrutura da NCRF-PE, podendo-se dizer que é uma transposição desta com as adaptações necessárias tendo em vista as entidades a que se destina”* (Ferreira A. , 2012, p. 82).

Para terminar o primeiro capítulo, passa-se então ao próximo e último subcapítulo, a DFC, onde se aprofunda o estudo desta Demonstração Financeira (DF), pois é sobre esta DF que incide a dissertação.

1.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

No terceiro subcapítulo é abordada a DFC, onde se faz a sua caracterização, de seguida analisa-se a DFC, em primeiro lugar de acordo com a NCRF-ESNL e, de seguida, de acordo

com a NCRF 2, e ainda se aborda quais as suas vantagens e limitações, bem como, a dicotomia Regime de Acréscimo vs Regime de Caixa, terminando-se o subcapítulo com uma breve síntese.

1.3.1.Caraterização

A DFC é um importante documento de informação financeira e indispensável ferramenta de gestão, no âmbito da gestão de tesouraria e nos mais latos domínios do governo corporativo. Deve ser utilizada como um instrumento de deteção de sinais de alerta contra possíveis riscos de fragilidade momentânea ou, até mesmo, de insolvência e ajudar na determinação e/ou correção do caminho a seguir no negócio (Pena, 2010). Conforme refere o pai da administração moderna, *“há muito tempo que uma empresa pode operar sem lucros por muitos anos, desde que possua um fluxo de caixa adequado. O oposto não é verdade. De facto, um aperto de liquidez costuma ser mais prejudicial do que um aperto nos lucros”* (Druker, 1992, p. 174).

De facto, a tomada de decisões económico-financeiras carece de informação de qualidade que, além de relatar o passado e ilustrar o presente, permita antever o futuro. Assim sendo, a DFC veio demonstrar a forma como a empresa gera e utiliza dinheiro, num determinado período, através dos fluxos líquidos de caixa relacionados com as atividades operacionais, dos pagamentos e recebimentos relacionados com as atividades de investimento e de financiamento, e, da variação ocorrida nas contas de caixa e equivalentes entre o início e o fim do período. Os fluxos de caixa representam uma variável essencial na análise da liquidez, da viabilidade e da flexibilidade financeira e na definição estratégica dos negócios das empresas, sobretudo, ao nível do investimento e financiamento (Santos L. , 1999). Assim sendo, verifica-se que a DFC é um importante instrumento de controlo de gestão e de previsão orçamental.

1.3.2.Sistema de Normalização Contabilística – NCRF-ESNL

Conforme referem Ferreira et al. (2012, p.7), as entidades sujeitas à NCRF-ESNL *“são obrigadas à elaboração de diversas peças contabilísticas, nomeadamente, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza ou por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, podendo ainda apresentar a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, quer por opção, quer por exigência das entidades públicas financiadoras”*.

Segundo o § 3.1.3 do anexo II do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, *“o objectivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões”*. Refere ainda que a informação proporcionada pelas DF's *“ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros*

fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza”. A mesma legislação no seu § 3.1.5 refere que “*as demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade*”.

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, no § 3.1.8, refere que “*a informação acerca dos fluxos de caixa de uma entidade, quando usada conjuntamente com as restantes demonstrações financeiras, revela-se útil, ao proporcionar aos utentes das mesmas uma base para determinar a capacidade da entidade para gerar dinheiro e equivalentes e determinar as necessidades da entidade de utilizar esses fluxos de caixa*”. Refere ainda que “*as decisões que sejam tomadas pelos utentes exigem uma avaliação da capacidade de uma entidade de gerar dinheiro e seus equivalentes e a tempestividade e certeza da sua geração*”. De acordo com o § 3.3.1 do anexo II do mesmo Decreto, “*uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, excepto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica)*”.

O FASB, no projeto que está a realizar para melhorar a apresentação e divulgação das DF's das ESNL, está a propor realinhar a transferência de vários itens, entre operacional, financiamento e investimento, para que seja mais consistente a forma como os itens são apresentados na DF, e que, para no relato dos fluxos de caixa das atividades operacionais seja utilizado o método direto, por dois motivos principais. Primeiro, o método direto é mais compreensível para o utilizador médio das DF's, e segundo, não se esperam custos de implementação significativos, pois universidades e outras entidades já utilizam o método direto (Smith & Euwema, 2015).

Uma vez que a NCRF-ESNL não tem parágrafos próprios referentes à DFC (apesar de ter a DF – ver anexo 5), contrariamente ao Balanço, à DR e ao Anexo (§§ 4.5-4.20), e como o próprio normativo refere, em caso de lacuna remete para as normas do SNC e NIC's, assim sendo, analisa-se com algum detalhe a NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

1.3.3.Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 2

A NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa (Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro, homologada pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho - com eficácia para períodos a partir de 1 de janeiro de 2016) baseia-se na IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro. A DFC, anexo 9, é uma das DF's prevista no texto legal da criação do SNC, sendo referida especificamente como tal, na alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, sendo no entanto, dispensada a sua apresentação às Microentidades e Pequenas Entidades definidas no mesmo texto legal (n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho). A Declaração de Retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro, retifica o Aviso n.º

8256/2015, de 29 de julho, que homologou a Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

1.3.3.1. Objetivo, Âmbito e Definições

A DFC tem como objetivo principal a apresentação de informação sobre os recebimentos e os pagamentos de uma empresa, ocorridos durante um determinado período e pode auxiliar os investidores, os credores e outros a aceder a: informações relativas à capacidade da empresa gerar fluxos de caixa positivos no futuro e solver os seus compromissos e pagar dividendos, à necessidade de recorrer ao financiamento externo, à relação entre o resultado patenteado nos documentos de prestação de contas e os fluxos líquidos de caixa originados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento e à explicação das variações ocorridas na situação financeira entre o início e o final de um período contabilístico (Caiado & Daniel, 2000).

Quanto à utilidade da DFC, o International Accounting Standards Committee (IASC) defende que, a informação acerca dos fluxos de caixa de uma empresa é útil ao proporcionar aos utentes das DF's uma base para determinar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e equivalentes, e determinar as necessidades da empresa e forma de utilizar esses fluxos de caixa. Segundo a CNC, a DFC, quando apresentada juntamente com as demais peças das DF's permite aos utentes melhorar o conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira (incluindo a liquidez e a solvabilidade) e a capacidade de gerar meios de pagamento e em que tempo, com vista designadamente, a adaptar-se a situações de mudança e de oportunidade de mercado (flexibilidade financeira).

As decisões económicas que sejam tomadas pelos utentes exigem uma avaliação da capacidade de uma empresa de gerar dinheiro e seus equivalentes e a tempestividade e certeza da sua geração.

A presente Norma (NCRF 2) tem assim, como objetivo, de acordo com o disposto no seu § 1 *“exigir informação acerca das alterações históricas de caixa e seus equivalentes de uma entidade por meio de uma demonstração de fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa durante o período em operacionais, de investimento e de financiamento”*. Devido à sua importância, a DFC deve ser elaborada com os requisitos apresentados pela norma, devendo a entidade apresentá-la como parte integrante das DF's.

Os utentes das DF's de uma empresa estão interessados em como a empresa gera e usa o dinheiro e os seus equivalentes, pois esta necessita de dinheiro para conduzir as suas operações, para pagar as suas obrigações e para proporcionar retornos aos seus investidores.

Para melhor se entender a DFC, torna-se necessário saber o significado específico de alguns termos, que constam no § 3 da NCRF 2:

- Caixa: compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem.
- Equivalentes de caixa: são investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.
- Fluxos de caixa: são influxos (recebimentos, entradas) e exfluxos (pagamentos, saídas) de caixa e seus equivalentes.
- Atividades operacionais: são as principais atividades produtoras de rédito da entidade e outras atividades que não sejam de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio contribuído e nos empréstimos obtidos pela entidade.

1.3.3.2. Apresentação de uma Demonstração de Fluxos de Caixa

As entidades sujeitas ao SNC, com exceção das Microentidades e Pequenas Entidades (PE), são obrigadas a apresentar a DFC, conforme previsto no art.º 11º do Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Julho, e no art.º 11.º do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho (a partir de 1 de janeiro de 2016). Segundo o mesmo decreto, as entidades estão dispensadas de apresentar a DFC, quando não ultrapassem dois dos seguintes três limites, inclusive: Total do balanço: €1.500.000,00 (€4.000.000,00, a partir de 2016); Volume de negócios líquido: €3.000.000,00 (€8.000.000,00, a partir de 2016); e, Número médio de empregados durante o período: 50.

Para se construir a DFC é necessário recorrer a três fontes: Balanços comparativos (indicam o montante das variações nas rubricas do ativo, do passivo e do capital próprio, do início para o final do período); Demonstrações dos Resultados (ajudam a determinar o montante de caixa originado ou a ser utilizado operações durante o período); e alguns dados complementares (dados obtidos das contas do razão, necessários para determinar como a caixa e equivalentes foi provisionada ou utilizada durante o período). A primeira fase para a elaboração da DFC consiste na determinação da variação, de caixa e seus equivalentes, ocorrida desde o início ao final de período contabilístico em análise. Após esta primeira fase determinar os fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento. Esta classificação permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes, bem como, avaliar as relações entre as atividades definidas no mapa (Caiado & Daniel, 2000).

A DFC deve relatar os fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A classificação por atividades proporciona informação que permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da empresa e nas quantias de caixa e seus equivalentes (§ 7 e § 8 da NCRF 2). Esta

informação pode ser também usada para avaliar as relações entre estas atividades. A NCRF 2 refere ainda que os movimentos entre caixa e seus equivalentes são excluídos dos fluxos de caixa, já que se tratam de operações de gestão de caixa, incluindo o investimento de excessos de caixa, e não fluxos operacionais, de investimento ou financiamento.

1.3.3.3.Fluxos de Caixa Operacionais

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são principalmente derivados das principais atividades produtoras de réditos da entidade (comercial/industrial/prestação de serviços) e também de outras atividades que não sejam de investimento ou de financiamento, como por exemplo: recebimento de caixa provenientes da venda de bens e da prestação de serviços; recebimentos de caixa provenientes de royalties, honorários, comissões e outros réditos; pagamentos de caixa a fornecedores de bens e serviços; e, pagamentos de caixa a e por conta de empregados. Assim, as atividades operacionais geram fluxos de caixa para pagamentos de empréstimos, dividendos, fazer investimentos e manter a capacidade operacional (Pires & Gomes, 2011). A quantia de fluxos de caixa proveniente de atividades operacionais é um indicador chave da medida em que as operações da entidade geraram fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem recurso a fontes externas de financiamento.

1.3.3.4.Fluxos de Caixa de Investimento

Os fluxos de caixa de atividades de investimentos são divulgados separadamente porque representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente a recursos destinados a gerar rendimento e fluxos de caixa futuros. É natural que este fluxo seja negativo, porque o valor de compra de novos ativos é normalmente superior ao valor de venda dos mesmos. As atividades de investimento dizem respeito a aquisição de ativos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, por exemplo, pagamentos de caixa para aquisição de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo, recebimentos de caixa por alienação de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo e investimentos em subsidiárias e associadas, isto é, recursos destinados a gerarem rendimento e fluxos de caixa futuros (Pires & Gomes, 2011).

1.3.3.5.Fluxos de Caixa de Financiamento

No que concerne aos fluxos de caixa de atividades de financiamento, a sua divulgação é feita igualmente em separado, sendo útil na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais à entidade. As atividades de financiamento têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos

obtidos pela entidade, são exemplos, o recebimentos provenientes da emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo e recebimentos de caixa provenientes da emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio (aumentos de capital e prestações suplementares) (Pires & Gomes, 2011).

1.3.3.6. Relato de Fluxos de Caixa

O relato de fluxos de caixa da atividade operacional difere do relato de fluxos de caixa da atividade de investimento e financiamento, assim sendo, vamos analisar em pormenor como é que o relato de cada atividade é feito.

1.3.3.6.1. Atividade Operacional

Existem dois métodos de relato de fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais, no entanto, a NCRF 2, no § 14, preconiza apenas o método direto (Pires & Gomes, 2011). Contrariamente, a posição do IASB, expressa na IAS 7, permite a apresentação dos fluxos de caixa operacionais quer pelo método direto, quer pelo método indireto, salientando que a IAS 7, recomenda o uso do método direto, por se considerar que este proporciona informação útil na estimativa dos fluxos de caixa futuros (Rodrigues, 2009). Esta diferenciação (apresentação quer pelo método direto quer pelo indireto) é relevante apenas para as atividades operacionais (Borges, Rodrigues, & Rodrigues, 2003). De referir ainda que, *“a preparação de ambos os métodos tem vantagens para os utilizadores de demonstrações financeiras, apresentando sob diferentes perspetivas a origem, aplicação e evolução dos fluxos de tesouraria”* (Carrapiço, 2013).

Método Direto

É aquele em que são divulgadas as principais componentes dos recebimentos e pagamentos de caixa em termos brutos, permitindo aos utentes compreender o modo como a empresa gera e utiliza os meios líquidos para efetuar pagamentos. Segundo Caiado e Daniel (2000), para percebermos as principais componentes dos recebimentos e dos pagamentos em termos brutos, é possível por duas vias, diretamente dos registos contabilísticos, mediante a adoção de contas apropriadas – nomeadamente a classe 0 – Contabilidade dos Fluxos de Caixa, e/ou, pelo ajustamento de rubricas da DR que respeitem a variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dívidas operacionais de e a terceiros, outra rubricas não relacionadas com caixa e/ou outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

Método Indireto

Segundo Caiado e Daniel (2000), o método indireto é aquele em que o resultado líquido é ajustado de forma a excluam-se os efeitos de transações que não sejam a dinheiro, acréscimos ou diferimentos relacionados com recebimentos ou pagamentos passados ou futuros e contas de proveitos/rendimentos ou custos/gastos relacionados com fluxos de caixa respeitantes às atividades de investimento ou de financiamento. A determinação do fluxo líquido de caixa das atividades operacionais é feita a partir do resultado líquido do exercício ajustando-o pelos efeitos das variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dívidas operacionais de, e a, terceiros, das rubricas não relacionadas com a caixa tais como depreciações e amortizações, provisões, ajustamentos, imparidades, impostos diferidos, diferenças de câmbio não realizadas, resultados não distribuídos de associadas e interesses minoritários e todas as outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

São vários os autores que consideram que a forma mais correta de elaboração da DFC é através do método direto porque, por um lado, este método proporciona informação de maior qualidade, por outro lado, é o método mais adequado, pois a informação pode ser útil na estimativa de fluxos de caixa futuros (Caiado & Gil, 1996; Santos L. , 2004; Silva & Martins, 2012).

1.3.3.6.2. Atividade de Investimento e Financiamento

De acordo com o § 17 da NCRF 2, *“uma entidade deve relatar separadamente as principais classes dos recebimentos brutos de caixa e dos pagamentos brutos de caixa ..., exceto até ao ponto ... sejam relatados numa base líquida”*.

A mesma Norma no § 18 refere que, *“podem ser relatados numa base líquida:*

- a) recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente e não os da entidade; e*
- b) recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos”*.

1.3.3.6.3. Fluxos de Caixa em Moeda Estrangeira

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira devem ser registados na moeda funcional mediante a aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa, de acordo com as regras descritas na NCRF 23 – Os efeitos das alterações em taxas de câmbio. Os ganhos e as perdas não realizados provenientes de alterações de taxas de câmbio de moeda estrangeira não são considerados como fluxos de caixa. No entanto, o efeito das alterações das taxas de

câmbio é relatado na DFC a fim de reconciliar caixa e seus equivalentes no começo e no fim do período (Pires & Gomes, 2011). Esta quantia é apresentada separadamente da dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui as diferenças, se as houver, caso esses fluxos de caixa tivessem sido relatados às taxas de câmbio do fim do período.

1.3.3.6.4. Juros, Dividendos, Impostos Sobre os Rendimentos

A NCRF 2 requer que os juros e dividendos recebidos e pagos sejam apresentados separadamente na DFC, devendo cada um deles ser classificado de forma consistente, de período a período como atividade operacional (dado que concorrem para a formação dos resultados e a fim de ajudar os utentes a determinar a capacidade de uma entidade pagar dividendos), de investimento (retorno dos investimentos) ou de financiamento (custos de obtenção de recursos financeiros). No caso dos juros que tenham sido capitalizados, nos termos da NCRF 10 – Custo de empréstimos obtidos, devem os mesmos ser incluídos na DFC. No que diz respeito aos fluxos de caixa provenientes de impostos sobre o rendimento devem ser divulgados separadamente devendo ser classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento e de investimento (Pires & Gomes, 2011).

1.3.3.6.5. Investimentos em Subsidiárias, em Associadas e em Empreendimentos Conjuntos

No caso de investimento em subsidiária ou associada pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método do custo, apenas deve relatar na DFC, os fluxos entre a entidade e a sua participada, nomeadamente dividendos e adiantamento; no entanto, no caso de relatar os seus interesses numa entidade conjuntamente controlada usando o método da consolidação proporcional incluirá na sua Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa a sua parte proporcional dos fluxos de caixa da entidade conjuntamente controlada (Pires & Gomes, 2011). A NCRF 2 requer a divulgação nas notas às DF's da informação relativa a aquisições e a alienações de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, a transações de investimento e de financiamento que não exijam o uso de caixa e seus equivalentes e saldos significativos de caixa e seus equivalentes detidos pela entidade, que não estejam disponíveis para uso pelo grupo (Rodrigues, 2009).

1.3.3.7. Alterações do Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho

Com o Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, a NCRF 2 sofreu algumas alterações, nomeadamente, foram introduzidos novos parágrafos que abordam:

- As alterações nos interesses de propriedade em subsidiárias e outras atividades empresariais (§§ 29-33); e,
- Transações que não sejam por caixa (§§34-35).

No que diz respeito às alterações nos interesses de propriedade em subsidiárias e outras atividades empresariais, a Norma nos §§29 e 32 referem que, os fluxos de caixa *“agregados provenientes da obtenção ou perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento”*, no entanto, os fluxos de caixa *“resultantes de alterações nos interesses de propriedade numa subsidiária que não resultam em perda de controlo devem ser classificados como fluxos de caixa de atividades de financiamento”*. Relativamente às transações que não sejam por caixa, no § 34 refere que, as *“transações de investimento e de financiamento que não exijam o uso de caixa ou seus equivalentes devem ser excluídas da demonstração de fluxos de caixa. Tais operações devem ser divulgadas noutra parte das demonstrações financeiras de tal maneira que proporcionem toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento”*.

1.3.4. Vantagens e Limitações da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC apresenta diversas vantagens e limitações, conforme já se referiu ao longo da presente dissertação. No entanto, nos pontos seguintes são apresentadas algumas dessas vantagens e limitações.

1.3.4.1. Vantagens

A DFC não é apresentada isoladamente, assim e com base nas opiniões do IASB, esta Demonstração em conjunto com outras DF's, *“facilita aos utentes avaliar as alterações nos ativos líquidos de uma empresa”*, sendo, *“útil na determinação da capacidade da empresa de gerar dinheiro e seus equivalentes e facilitar aos utentes, desenvolver modelos para determinar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa, futuros de diferentes empresas”*, permite, *“a comparabilidade do relato do desempenho operacional por diferentes empresas porque elimina os efeitos do uso de diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas operações e eventos”*.

A elaboração da DFC, tal como todas as outras DF, podem ser históricas ou previsionais. A informação do fluxo de caixa histórico é muitas vezes usada como indicador da quantia, tempestividade e certeza de fluxos de caixa futuros e, é também usada na verificação do rigor de avaliações passadas de fluxos de caixa futuros e no exame do relacionamento entre lucratividade e fluxo de caixa líquido e no impacto de variações de preços. A elaboração da

DFC previsional é de primordial importância para investidores e credores, devido à estimativa do impacto das atividades operacional, de investimento e de financiamento, respetivamente.

Esta Demonstração traz inúmeros benefícios nomeadamente à análise financeira da empresarial, pois, para uma empresa sobreviver é necessário que tenha ou administre dinheiro. A DFC mostra a capacidade de uma empresa gerar fluxos monetários, bem como a qualidade dos seus resultados, o que é importante porque, os acionistas, potenciais investidores, credores e outros utentes da informação contabilística estão preocupados com a capacidade da empresa de fazer face às suas obrigações à data do seu vencimento (Caiado & Daniel, 1996).

Juntamente com o Balanço e a DR, o mapa em causa permite que os utentes avaliem melhor as alterações havidas na situação financeira, incluindo a liquidez e a solvabilidade e possibilita o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros das empresas. A análise da DFC permite assim, entre outros, verificar a capacidade da entidade em pagar dividendos, solver responsabilidades em geral (fornecedores, pessoal, financiadores, credores diversos), gerar fluxos de caixa positivos (para eventual aplicação financeira) e verificar (antecipar) a necessidade de recurso a financiamento externo e possibilita uma mais fiável comparação entre diferentes empresas, por exemplo, através do prazo médio de recebimento, e/ou prazo médio de pagamento. Assim sendo, a empresa é capaz de adaptar-se a situações de mudança e de oportunidade de mercado.

1.3.4.2.Limitações

Apesar de Caiado e Daniel (2000) serem uns dos maiores defensores portugueses da elaboração da DFC, esse facto não o impossibilita de ter uma visão crítica de alguns aspetos desta DF, nomeadamente, uma metodologia baseada nos movimentos de caixa, não traduz a complexidade dos aspetos da gestão financeira da empresa, designadamente os que estão próximos de caixa ou da liquidez e as informações proporcionadas pela DFC são em si próprias, limitadas. Assim, apesar de as vantagens ultrapassarem os inconvenientes na DFC, tem-se que ter sempre em consideração as possíveis limitações desta, desde logo porque não aborda aspetos que podem influenciar a vertente financeira, como são exemplo, as depreciações/amortizações, as provisões, os ajustamentos, as imparidades e os lucros, apesar de dar mais informações, não deixam de ser mais limitadas (tal como, tipologia e características dos financiamentos) e a omissão de rubricas dificilmente mensuráveis (tais como, ativos e passivos contingentes) (Barata, 1999).

É importante ter presente que a análise da DFC, por si só, pode ser insuficiente e, como tal, a análise deve ser realizada sempre em conjunto com os restantes documentos de prestação de contas da empresa e deve ser analisada tendo presente o seu carácter de complementaridade relativamente às informações prestadas pelos outros documentos de prestação de contas.

1.3.5. Dicotomia Regime de Acréscimo Versus Regime de Caixa

Vários são os autores, nomeadamente Guimarães (2009) e Costa (2010), que têm emanado as suas opiniões sobre esta temática. Se considerarmos a “vida da empresa” o que importa é a ótica do caixa, isto é, dinheiro no início e dinheiro no fim. Se considerarmos o período (exercício) económico e a necessidade legal ou não de apurarmos resultados do período já importa a ótica do acréscimo (especialização económica). Assim, na ótica do acréscimo os gastos/custos são reconhecidos no período contabilístico em que os recursos são consumidos e os rendimentos/proveitos são reconhecidos quando obtidos independentemente de quando são pagos/recebidos. Na ótica do caixa os gastos/custos são reconhecidos no período contabilístico em que são pagos e os rendimentos/proveitos são reconhecidos quando são recebidos. Associando os dois conceitos podemos concluir que se num dado período (exercício económico ou vida da empresa) todos os gastos/custos e todos os rendimentos/proveitos forem pagos e recebidos, respetivamente, o resultado do período corresponde ao saldo de caixa (excluindo o saldo inicial) (Costa J. , 2010).

Verifica-se que estes dois conceitos se justificam, i.e., não se substituem, antes se complementam, perspetiva defendida por vários autores (Santos L. , 1999; Guimarães, 2009; Costa J. , 2010). Desta forma, as DF's preparadas e divulgadas, na ótica do acréscimo, são o Balanço e a DR, e na ótica do caixa é a DFC.

1.3.6. Síntese

O setor da economia em estudo engloba um conjunto diversificado de organizações, nomeadamente, nas finalidades, dimensão e modo de funcionamento. As características das ESNL têm implicações nos utentes das DF's, dado que os principais interessados na informação financeira são os doadores/financiadores/associados, os seus membros e o Estado. Dada a especificidade do setor em estudo, tem um código de contas específico, as DF's elaboradas são diferentes dos outros setores, em particular, nas rubricas.

No que diz respeito à DFC, verifica-se que *“é um importante documento de informação financeira e indispensável ferramenta administrativa, não só no âmbito de uma mera gestão de tesouraria, mas igualmente nos mais latos domínios do governo corporativo”* (Silva & Martins, 2012, p. 25). No entanto, apesar de *“ter um papel importante na análise financeira e ajudar a uma tomada de decisão mais informada, os administradores, gerentes, diretores e, de uma forma geral, os utilizadores da informação financeira, não tomam decisões nem valorizam esta demonstração”* (Fonseca A. , 2014, p. 67).

A realização desta dissertação pretende contribuir para uma maior perceção da realidade do relato dos fluxos da DFC nas IPSS, assim sendo, passamos ao segundo capítulo onde se identifica qual a metodologia de investigação utilizada para atingir os objetivos do estudo propostos.

Capítulo II – Metodologia de Investigação

Nesta secção apresentam-se os objetivos específicos a alcançar em concordância com o objetivo geral da investigação, formulam-se as diversas questões de investigação, e, por último, exemplifica-se quais os instrumentos e procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados, terminando o capítulo com uma breve síntese.

2.1. Objetivos e incidência do estudo

No primeiro subcapítulo são definidos os objetivos e incidência do estudo.

2.1.1. Objetivos do estudo

O objetivo principal da investigação consiste em avaliar a importância da DFC, mais especificamente, a importância do relato dos fluxos nas IPSS.

Para além do objetivo principal foram identificados alguns objetivos específicos, nomeadamente:

1. Verificar se as IPSS que têm obrigatoriedade de elaborar a DFC estão a cumprir com a sua realização;
2. Analisar quais as entidades a quem as IPSS têm que proceder à entrega da DFC;
3. Analisar se os diversos utentes da DFC têm acesso à Demonstração Financeira e onde é que a mesma se encontra disponível;
4. Analisar a importância do relato da DFC para as ESNL; e,
5. Analisar a importância do relato da DFC para os diversos utentes das Demonstrações Financeiras das ESNL.

2.1.2. Incidência do estudo

A análise que se pretende efetuar incide sobre as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que adotem a NCRF-ESNL ou as NIC'S, dado estas terem a obrigação de apresentar a DFC, tendo como objetivos os definidos anteriormente. Para saber quantas IPSS existem em Portugal recorreu-se ao do Banco de Portugal, anexo 1, e à Segurança Social, apêndice 3, sabendo para além do número de IPSS que existem em Portugal (5.095), quantas existem por distrito e o seu peso na economia nacional (0,01%).

Para a realização das entrevistas, teve-se necessidade de definir alguns critérios. Assim sendo, os critérios que se utilizaram para definir o público-alvo foram: as IPSS do distrito do Porto, e, as entidades que apresentassem um volume de negócios próximo ou superior a €500.000,00. Das entidades contactadas obteve-se a colaboração de 16 IPSS.

Para identificar o público-alvo, foi realizada uma pesquisa que contou com colaboração do Centro de Estudos em Ciências Empresariais e Jurídicas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

2.2. Questões de investigação

Ambiciona-se que esta dissertação contribua para uma maior perceção da realidade do relato dos fluxos da DFC nas IPSS, e simultaneamente, responda às seguintes questões de investigação:

- Q1. As IPSS que adotam a NCRF-ESNL ou as NIC'S apresentam a DFC?
- Q2. Junto de que entidades as IPSS têm que entregar a DFC?
- Q3. Onde é que os diversos utentes têm acesso à DFC?
- Q4. Qual a importância do relato da DFC para as ESNL?
- Q5. Qual a importância do relato da DFC para os utentes das DF's das ESNL?

2.3. Instrumento e procedimento para a obtenção dos resultados

Para atingir os objetivos do estudo recorre-se: ao método qualitativo, dada a necessidade de fazer uma análise em profundidade do relato da DFC; à investigação descritiva pois pretendeu-se saber se o relato da DFC está ou não a ser feito e junto de que entidades; aos métodos e técnicas de recolha de dados, através de bases de dados, da análise documental e entrevista; à análise de conteúdo para tratar os dados qualitativos, como a entrevista e as respostas à entrevista enviadas via correio eletrónico; e, à metodologia quantitativa, através do uso do Microsoft Office, nomeadamente, Microsoft Excel, para o tratamento de alguns dados estatísticos. Assim sendo, os métodos e técnicas de recolha utilizados para atingir os objetivos definidos constam na tabela abaixo.

Tabela 5 - Métodos e técnicas de recolha de dados

Objetivo	Técnicas
Avaliar a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	Base de dados e Análise documental
Verificar se as IPSS que têm obrigatoriedade de elaborar a DFC estão a cumprir com a sua realização.	Base de dados e Análise documental
Analisar quais as entidades a quem as IPSS têm que proceder à entrega da DFC.	Análise documental, Entrevista
Analisar se os diversos utentes da DFC têm acesso à Demonstração Financeira e onde é que a mesma se encontra disponível.	Análise documental, Entrevista
Analisar a importância do relato da DFC para as ESNL.	Entrevista
Analisar a importância do relato da DFC para os diversos utentes das Demonstrações Financeiras das ESNL.	Entrevista

Fonte: Elaboração própria

2.3.1.Base de dados

Uma base de dados é um simples repositório de informação, relacionada com um determinado assunto ou finalidade, armazenada em computador em forma de ficheiros, assim sendo, no processo de recolha de dados da investigação, foram utilizadas as seguintes bases de dados:

- a) Base de dados do Banco de Portugal;
- b) Base de dados de Instituto Nacional de Estatística; e,
- c) Base de dados do Instituto da Segurança Social, I.P.

Em relação à primeira base de dados pretendida, após a solicitação por correio eletrónico da base de dados relativa às DF's das IPSS, entre o período de 2011 a 2013, foi obtida resposta, na qual informaram como se deve fazer para consultar os dados. No entanto, pela pesquisa efetuada, verifica-se que os dados disponíveis não respondem à informação necessária. No que diz respeito à segunda base de dados, a informação pretendida era a mesma, mas a base de dados diz respeito ao ano de 2010, antes da entrada em vigor da NCRF-ESNL. A terceira base de dados contém a mesma informação pretendida nas bases anteriores. Após a solicitação por correio eletrónico da base de dados obteve-se a seguinte resposta: *“solicitação de dados relativos a Demonstrações Financeiras das IPSS, a utilizar em dissertação de mestrado, informamos que este tipo de pedidos deve ser enquadrado através do processo de Protocolos celebrados entre o ISS,IP e as entidades de ensino superior”*. De imediato procedeu-se à solicitação da criação deste protocolo à presidência do ISCAP, ao qual se obteve uma resposta positiva. Assim sendo, realizou-se a criação do protocolo, através do qual conseguiu-se obter algumas informações importantes para o estudo.

Esta técnica apresenta como principal vantagem a fiabilidade da informação obtida e como principal desvantagem a dificuldade de obtenção da base de dados, o que poderá condicionar o estudo.

2.3.2.Análise documental

A análise de textos e documentos é um processo regularmente utilizado na investigação qualitativa, não sendo essencial um envolvimento do investigador em interações sociais (Vieira, Major, & Robalo, 2009). Este método reveste-se de grande importância porque constitui uma fonte estável e rica que permite identificar informações verdadeiras nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse (Ludke & André, 1986).

Acrescente-se que a análise documental é uma técnica de recolha de informação necessária em qualquer tipo de investigação, porque os investigadores não podem abdicar da utilização de alguma documentação relacionada com o seu objeto de estudo (Pardal & Correia, 1995).

Nesta investigação, recorre-se à revisão dos seguintes documentos: legislação, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, artigos científicos, publicações, relatórios de contas que

contemple informação que permita concretizar o objetivo principal, bem como, o primeiro, segundo e terceiro objetivo específico.

Esta técnica de recolha de dados apresenta como principal vantagem o aproveitamento da riqueza documental e como principal desvantagem a dificuldade de obtenção, o que condiciona o estudo.

2.3.3. Entrevista

A entrevista é um dos métodos mais utilizados na pesquisa qualitativa. Esta desencadeia um processo de geração de informação para compreender em profundidade determinado fenómeno, tendo por base a experiência vivida pelo entrevistado (Vieira et al., 2009).

A entrevista é individual e teve como público-alvo, os Diretores Financeiros das instituições atrás referidas (ponto 2.1.2.). A estrutura da entrevista é uma estrutura semi-estruturada, ver apêndice 6, dada a existência de um guião previamente preparado que serviu de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista, permitindo assim aos participantes responderem às mesmas questões, sem uma ordem rígida, e, que o desenvolvimento da entrevista se adaptasse ao entrevistado, o que implicou um elevado grau de flexibilidade na exploração das questões. O tipo de entrevista utilizada aplica-se a investigações que têm como objetivo de estudo a verificação e aprofundamento, assim sendo, este é o tipo de estrutura adequado à investigação que se desenvolveu.

As entrevistas semi-estruturadas são as mais utilizadas na investigação qualitativa em contabilidade, procurando-se recolher o máximo de informação por parte dos entrevistados, seguindo uma linha orientadora que permita focalizar o objetivo de investigação (Silva & Silva, 2013).

Esta técnica apresenta como principal vantagem a obtenção de um elevado número de dados diversificados e como principal desvantagem a limitação do número de sujeitos do estudo. No entanto, encontrou-se outra grande desvantagem, a falta de colaboração por parte das instituições, tendo realizado apenas uma entrevista. Dada a baixa colaboração das instituições e também por solicitação de algumas, enviou-se por correio eletrónico a estrutura da entrevista, tendo-se assim desta forma obtido algumas respostas.

2.3.4. Registo de áudio

O método de áudio tem sido regularmente utilizado na investigação qualitativa porque tem o potencial de gerar informação mais fiável da linguagem utilizada, da entoação dada, das pausas ocorridas durante a entrevista, entre outros (Vieira et al., 2009).

Neste estudo pretendia-se que as entrevistas a realizar fossem alvo de registo áudio para possibilitar a sua transcrição, sendo requerida uma autorização prévia de todos os entrevistados, mas não foi possível porque as pessoas entrevistadas não se sentiam confortáveis.

Esta técnica apresenta como principal vantagem a apresentação de informação fiável que poderá ser analisada detalhadamente por diversas vezes e como principal desvantagem o facto de poder retrair os intervenientes.

2.4. Síntese

Para se conseguir realizar os objetivos do estudo, para além da investigação descritiva, da pesquisa documental e da análise de conteúdo efetuada, foi muito importante a recolha de dados.

A recolha de dados foi efetuada através da realização da criação de um protocolo entre o ISCAP e o Instituto da Segurança Social, I.P., da entrevista realizada, e, das respostas obtidas por correio eletrónico. Apesar da baixa adesão, porque apenas foi realizada uma entrevista, obteve-se respostas por correio eletrónico, visto que para as entidades contactadas a realização da entrevista não foi possível por diversas razões. Relativamente à entrevista realizada, o objetivo era efetuar o registo áudio da mesma, mas como a pessoa entrevistada sentia-se desconfortável e o registo áudio não foi realizado.

Na elaboração da dissertação tem-se imensas dificuldades, nomeadamente, quando para a sua realização é necessário a colaboração de terceiros.

Capítulo III – Apresentação e Análise de Resultados

O terceiro capítulo diz respeito à apresentação e análise de resultados, e, encontra-se dividido em quatro subcapítulos.

A análise e interpretação de dados são dois processos conceitualmente distintos mas que aparecem sempre estreitamente correlacionados, i.e., a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados para proporcionar a obtenção de respostas ao problema proposto pela investigação e a interpretação tem como objetivo procurar um sentido mais amplo das respostas, mediante a sua ligação a outros conhecimentos obtidos previamente (Gil, 2008).

Para se proceder à interpretação dos dados é utilizada a análise de conteúdo, assim sendo, pretende-se que esta seja ajustada aos objetivos da investigação.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise que permite viabilizar a descrição do conteúdo da comunicação. Esta pode apresentar-se sob forma escrita ou sob forma não escrita (Pardal & Correia, 1995).

3.1. Apresentação de resultados

Os resultados que se vão apresentar, como referido anteriormente, foram obtidos através da criação do protocolo com o Instituto da Segurança Social, I.P. e das entrevistas, sendo que, conforme já foi referido só foi realizada uma entrevista, as restantes respostas foram enviadas por correio eletrónico. Neste sentido, os resultados são apresentados em separado.

3.1.1. Resultados do Protocolo - Instituto da Segurança Social, I.P.

Uma vez que todas as IPSS são obrigadas a entregar as contas na Segurança Social, o objetivo da criação do protocolo foi o de verificar se as entidades estavam ou não a apresentar a DFC, respondendo assim à primeira questão de investigação (As IPSS que adotam a NCRF-ESNL ou as NIC'S apresentam a DFC?). No ano de 2011, primeiro ano de adoção da NCRF-ESNL, a entrega da DFC era facultativa, ou seja, era permitida a entrega desta DF com valores zero, assim sendo, os resultados apresentados são referentes aos anos de 2011, pelo motivo referido, ano de 2012, ano em que a entrega da DF passou a ser obrigatória, e, ano de 2013, porque é o último ano constante dos dados estatísticos na base de dados. De acordo com o Instituto de Informática, I.P.\ Departamento de Gestão de Informática, tendo em conta a situação da base de dados em 06/07/2015, obteve-se os resultados a seguir apresentados por Serviço de Origem e ano, exceto a última questão, que é apresentada por tipo de instituição e ano.

Questão 1 – N.º de IPSS que apresentaram a DFC?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	298	295	290
Beja	97	96	94
Braga	379	366	342
Bragança	117	116	107
Castelo Branco	158	157	149
Coimbra	254	254	246
Évora	154	149	144
Faro	136	136	136
Guarda	280	262	253
Leiria	190	183	177
Lisboa	719	701	667
Portalegre	102	100	99
Porto	443	432	419
Santarém	222	217	210
Setúbal	198	192	183
Viana Castelo	125	124	123
Vila Real	113	105	101
Viseu	241	240	228
Total Geral	4.226	4.125	3.968

Quadro 1 - Resultado da resposta à questão 1 do protocolo

Em termos de representação gráfica,

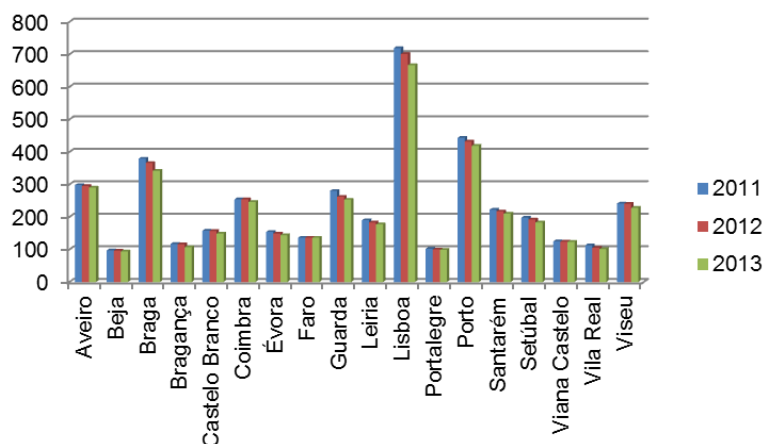


Gráfico 1 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 1 do protocolo

Questão 2 – N.º de IPSS que apresentaram a DFC com valores zero?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	243	*	13
Beja	83		*
Braga	284	8	11
Bragança	84	*	3
Castelo Branco	110	4	5
Coimbra	175	*	13
Évora	109		*
Faro	111		3
Guarda	174	3	6
Leiria	141	*	12
Lisboa	428	14	24
Portalegre	81		*
Porto	318	9	9
Santarém	165	*	7
Setúbal	149	5	5
Viana Castelo	87	*	4
Vila Real	82	3	5
Viseu	166	*	4
Total Geral	2.990	55	129

Quadro 2 - Resultado da resposta à questão 2 do protocolo

* Os dados violam o segredo estatístico e não podem ser divulgados.

Em termos de representação gráfica,

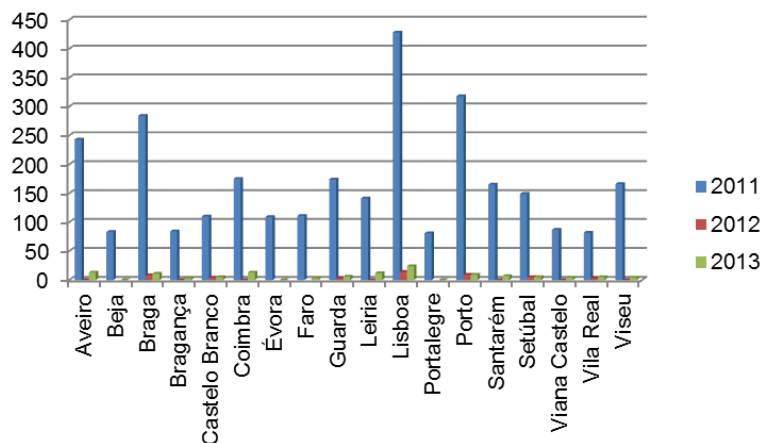


Gráfico 2 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 2 do protocolo

Questão 3 – N.º de IPSS com volume de negócios superior a €150.000,00?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	94	109	116
Beja	54	57	59
Braga	109	125	128
Bragança	45	52	50
Castelo Branco	58	63	69
Coimbra	94	94	104
Évora	47	48	53
Faro	66	70	66
Guarda	80	84	82
Leiria	72	82	86
Lisboa	393	403	400
Portalegre	45	48	55
Porto	147	150	157
Santarém	80	95	90
Setúbal	89	88	90
Viana Castelo	33	34	36
Vila Real	39	42	307
Viseu	73	84	608
Vazio-Desconhecido/a			137
Total Geral	1.618	1.728	2.693

Quadro 3 - Resultado da resposta à questão 3 do protocolo

Em termos de representação gráfica,

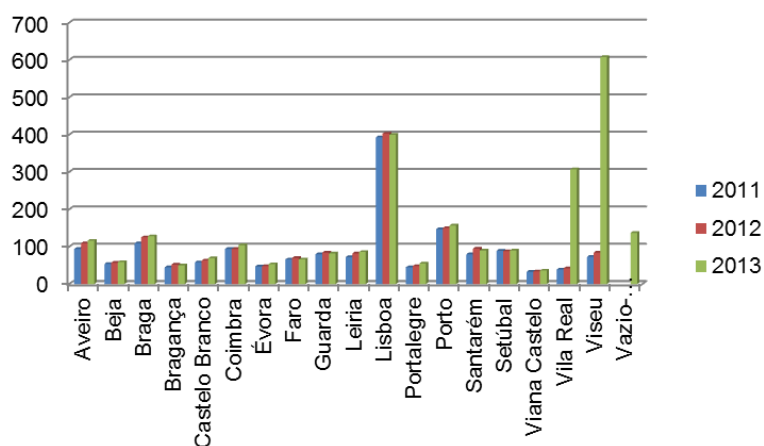


Gráfico 3 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 3 do protocolo

Questão 4 – N.º de IPSS com volume de negócios superior a €150.000,00 e apresentaram a DFC?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	74	82	89
Beja	39	40	41
Braga	63	76	77
Bragança	26	32	33
Castelo Branco	42	45	50
Coimbra	69	68	76
Évora	36	37	39
Faro	44	45	43
Guarda	62	66	67
Leiria	56	62	65
Lisboa	227	227	219
Portalegre	36	37	42
Porto	91	89	93
Santarém	59	67	69
Setúbal	49	48	47
Viana Castelo	24	25	27
Vila Real	27	26	26
Viseu	63	71	72
Total Geral	1.087	1.143	1.175

Quadro 4 - Resultado da resposta à questão 4 do protocolo

Em termos de representação gráfica,

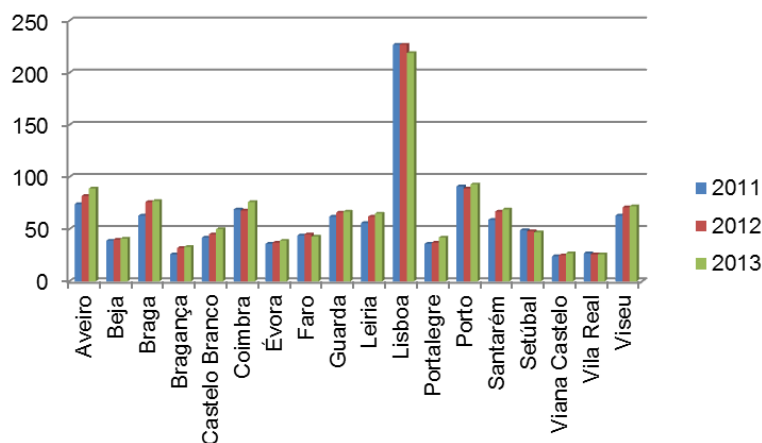


Gráfico 4 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 4 do protocolo

Questão 5 – N.º de IPSS com volume de negócios superior a €150.000,00 e apresentaram a DFC com valores zero?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	65		4
Beja	36		*
Braga	49	3	3
Bragança	22	*	3
Castelo Branco	32		*
Coimbra	48		3
Évora	28		
Faro	38		
Guarda	39		3
Leiria	46		5
Lisboa	138	*	3
Portalegre	29		
Porto	67	3	*
Santarém	46	*	3
Setúbal	39	*	
Viana Castelo	17		
Vila Real	24		*
Viseu	49		
Total Geral	812	11	31

Quadro 5 - Resultado da resposta à questão 5 do protocolo

* Os dados violam o segredo estatístico e não podem ser divulgados.

Em termos de representação gráfica,

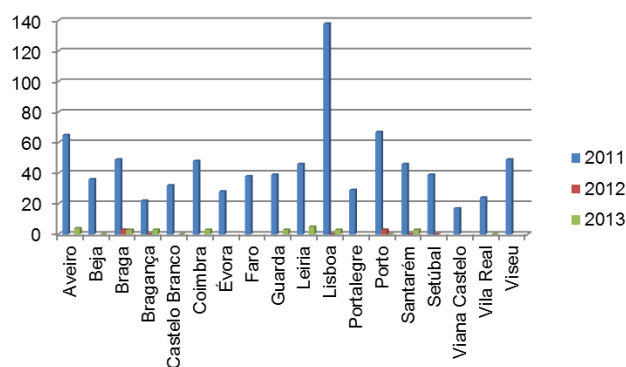


Gráfico 5 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 5 do protocolo

Questão 6 – N.º de IPSS com volume de negócios superior a €500.000,00?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	16	19	19
Beja	5	4	6
Braga	27	28	27
Bragança	8	9	9
Castelo Branco	13	13	14
Coimbra	25	27	26
Évora	10	10	11
Faro	5	5	6
Guarda	8	9	10
Leiria	10	11	12
Lisboa	91	101	96
Portalegre	8	8	9
Porto	33	31	36
Santarém	16	19	20
Setúbal	17	17	16
Viana Castelo	6	4	4
Vila Real	3	3	3
Viseu	7	10	13
Total Geral	308	328	337

Quadro 6 - Resultado da resposta à questão 6 do protocolo

Em termos de representação gráfica,

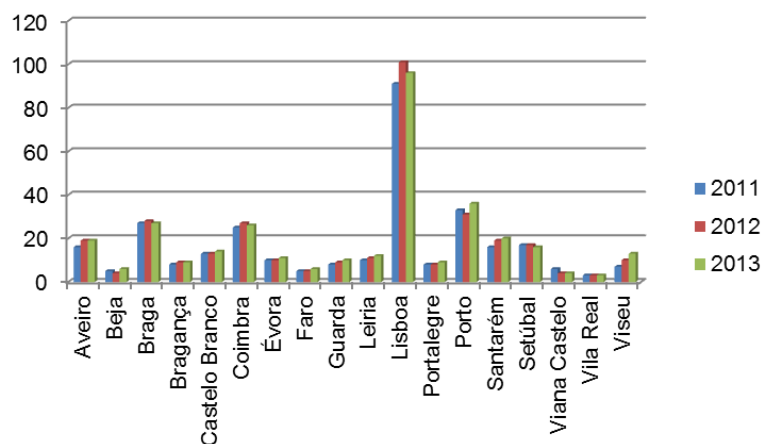


Gráfico 6 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 6 do protocolo

Questão 7 – N.º de IPSS com volume de negócios superior a €500.000,00 e apresentaram a DFC?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	13	14	14
Beja	5	4	5
Braga	19	19	17
Bragança	5	7	6
Castelo Branco	11	11	12
Coimbra	20	22	21
Évora	8	7	8
Faro	5	5	6
Guarda	6	7	8
Leiria	9	9	10
Lisboa	57	65	63
Portalegre	8	7	8
Porto	23	22	25
Santarém	13	15	17
Setúbal	13	12	12
Viana Castelo	4	3	3
Vila Real	3	3	3
Viseu	5	7	10
Total Geral	227	239	248

Quadro 7 - Resultado da resposta à questão 7 do protocolo

Em termos de representação gráfica,

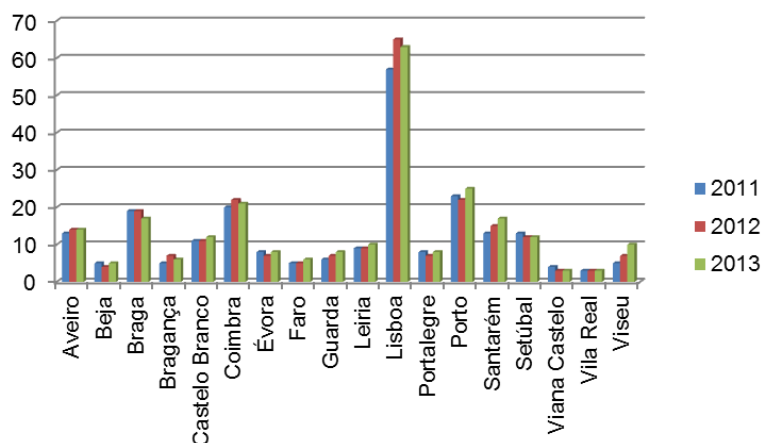


Gráfico 7 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 7 do protocolo

Questão 8 – N.º de IPSS com volume de negócios superior a €500.000,00 e apresentaram a DFC com valores zero?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
Aveiro	13		
Beja	4		
Braga	14		
Bragança	4		*
Castelo Branco	9		
Coimbra	16		
Évora	4		
Faro	*		
Guarda	4		
Leiria	5		
Lisboa	30		*
Portalegre	6		
Porto	20		*
Santarém	12		*
Setúbal	10	*	
Viana Castelo	*		
Vila Real	*		
Viseu	4		
Total Geral	163	*	5

Quadro 8 - Resultado da resposta à questão 8 do protocolo

* Os dados violam o segredo estatístico e não podem ser divulgados.

Em termos de representação gráfica,

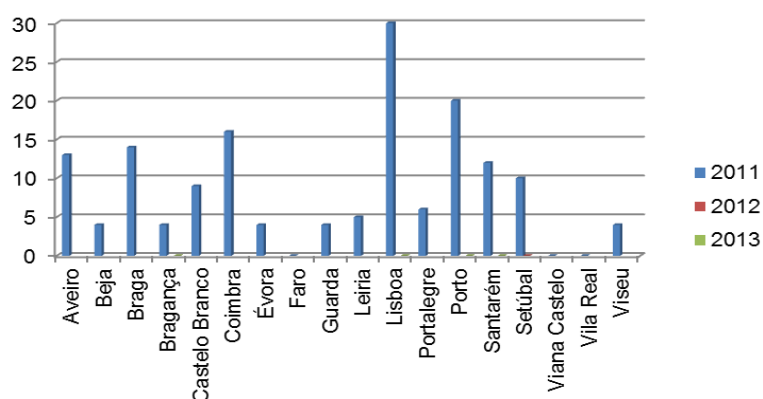


Gráfico 8 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 8 do protocolo

Questão 9 – N.º de IPSS com volume de negócios superior a €500.000,00 e apresentaram a DFC por Tipo de Instituição?

Centro Distrital	Ano		
	2011	2012	2013
IPSSs e Equiparadas	118	122	126
Misericórdias	102	109	116
Outras Instituições	7	8	6
Total Geral	227	239	248

Quadro 9 - Resultado da resposta à questão 9 do protocolo

Em termos de representação gráfica,

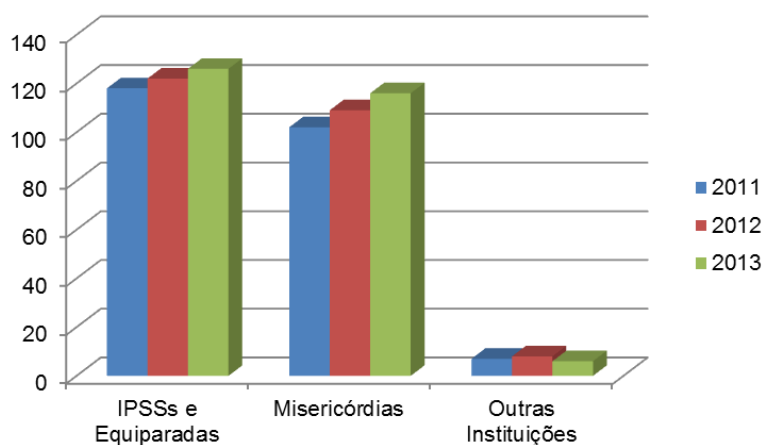


Gráfico 9 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 9 do protocolo

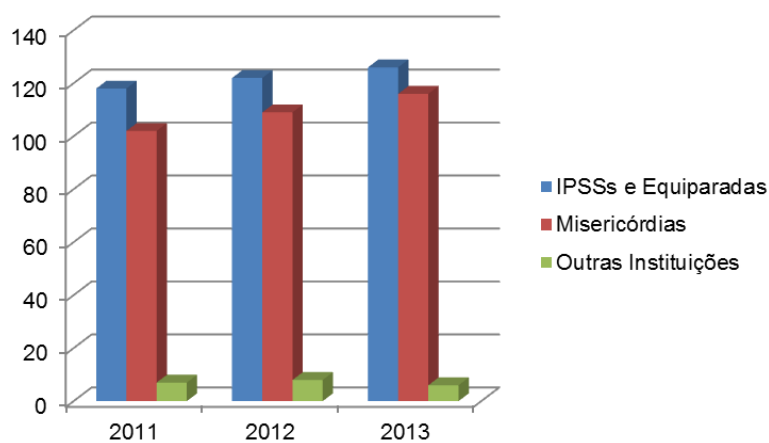


Gráfico 10 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 9 do protocolo

3.1.2. Resultados das Entrevistas

Com a realização da entrevista e das respostas obtidas pelo correio eletrónico pretendeu-se conseguir respostas às questões de investigação atrás mencionadas, assim sendo, passa-se à apresentação dos resultados obtidos. Antes é importante referir que se obteve a colaboração de 16 entidades, sendo que, uma entidade respondeu a partir da questão 10, inclusive, e outra entidade apenas respondeu até à questão 9 (inclusive), mas não respondeu à questão 6.

As primeiras quatro questões são relativamente ao entrevistado, as restantes são relativamente à organização.

n/r – não respondeu

Questão 1 – Qual (is) o(s) cargo(s) que desempenha na organização?

Cargo	Número de respostas	Percentagem (%)
Presidente /Direção	4	25,00%
Técnico Superior /Chefe de Serviços	3	18,75%
Técnico Oficial de Contas	5	31,25%
Gestor	1	6,25%
Escriturário	2	12,50%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 10 - Resultado da resposta à questão 1 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

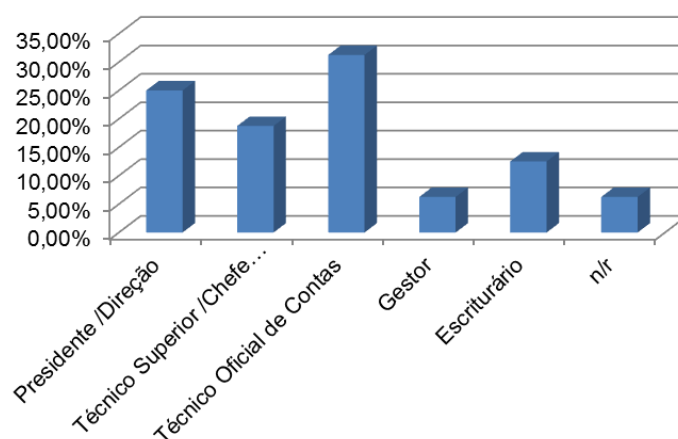


Gráfico 11 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 1 da entrevista

Questão 2 – Há quanto tempo desempenha a função/ cargo atual?

Tempo	Número de respostas	Percentagem (%)
Entre 0 e 3 anos	2	12,50%
Entre 3 e 6 anos	5	31,25%
Entre 6 e 9 anos	2	12,50%
Entre 9 e 12 anos	4	25,00%
Mais de 12 anos	2	12,50%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 11 - Resultado da resposta à questão 2 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

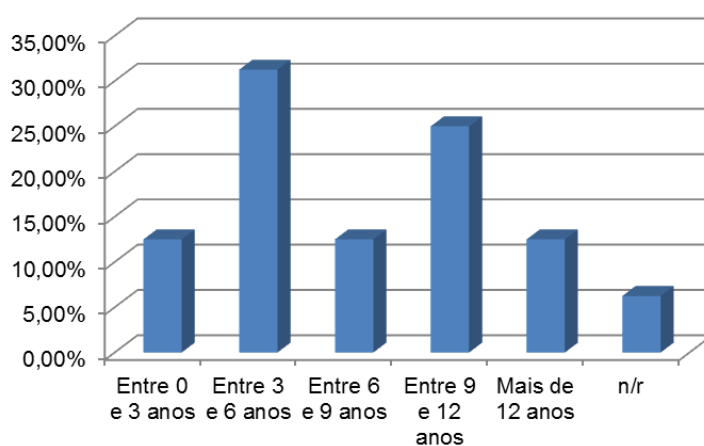


Gráfico 12 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 2 da entrevista

Questão 3 – Quais são as suas habilitações literárias?

Habilitações Literárias	Número de respostas	Percentagem (%)
Mestrado	2	12,50%
Licenciatura	11	68,75%
Bacharelato	1	6,25%
12º ano	1	6,25%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 12 - Resultado da resposta à questão 3 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

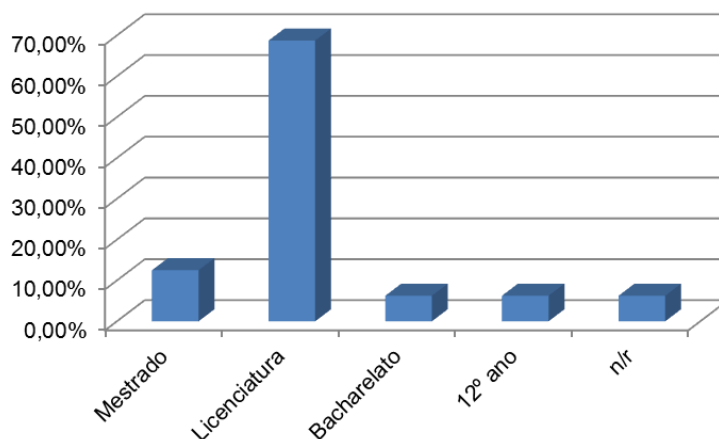


Gráfico 13 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 3 da entrevista

Questão 4 – Qual a sua área de formação?

Área	Número de respostas	Percentagem (%)
Gestão	5	31,25%
Contabilidade	5	31,25%
Educação	2	12,50%
Economia	2	12,50%
Assessoria	1	6,25%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 13 - Resultado da resposta à questão 4 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

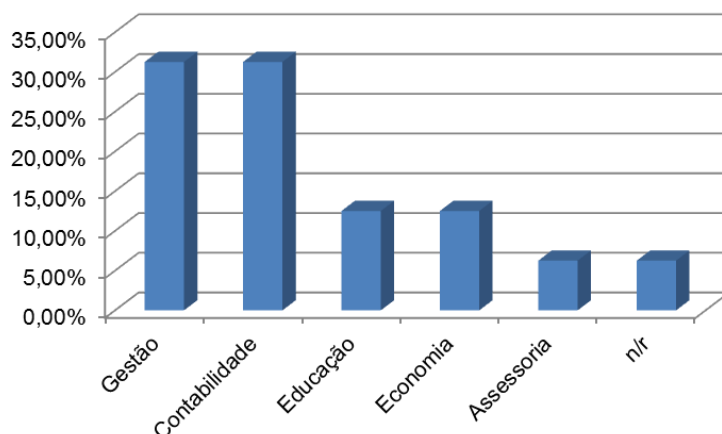


Gráfico 14 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 4 da entrevista

Questão 5 – Em que ano foi constituída?

Ano de constituição	Número de respostas	Percentagem (%)
Entre os anos de 1400 e 1600	2	12,50%
Entre os anos de 1600 e 1800	1	6,25%
Entre os anos de 1800 e 2000	10	62,50%
Depois do ano de 2000	2	12,50%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 14 - Resultado da resposta à questão 5 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

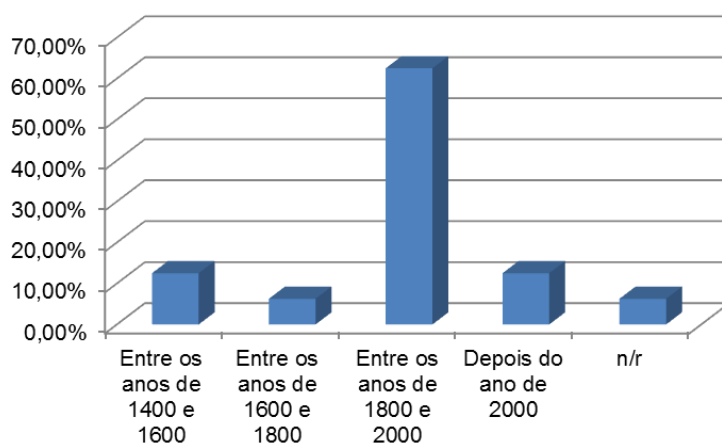


Gráfico 15 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 5 da entrevista

Questão 6 – Qual o seu volume de negócios?

Volume de Negócios	Número de respostas	Percentagem (%)
Entre €150.000 e €500.000	3	18,75%
Entre €500.000 e €1.000.000	4	25,00%
Entre €1.000.000 e €5.000.000	3	18,75%
Entre €5.000.000 e €10.000.000	2	12,50%
Mais que €10.000.000	2	12,50%
n/r	2	12,50%
Total Geral	16	100%

Quadro 15 - Resultado da resposta à questão 6 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

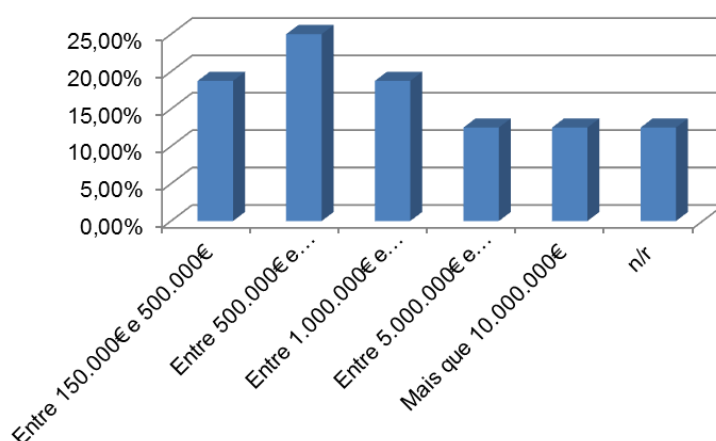


Gráfico 16 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 6 da entrevista

Questão 7 – Quantos trabalhadores têm ao serviço?

N.º de Trabalhadores	Número de respostas	Percentagem (%)
Entre 0 e 50	7	43,75%
Entre 50 e 100	2	12,50%
Entre 100 e 150	2	12,50%
Entre 150 e 200	1	6,25%
Mais que 200	3	18,75%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 16 - Resultado da resposta à questão 7 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

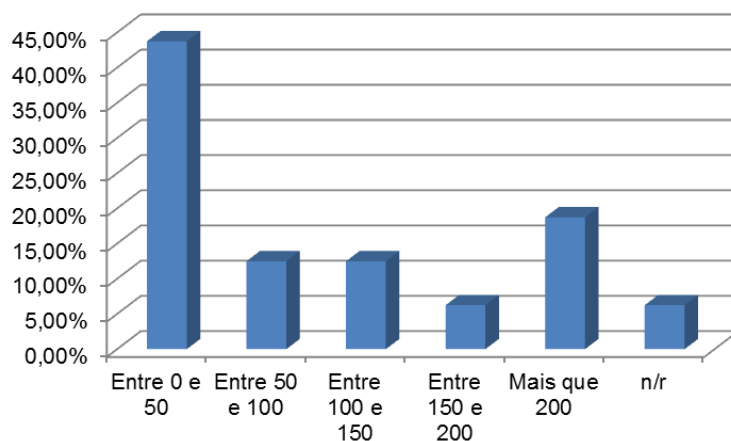


Gráfico 17 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 7 da entrevista

Questão 8 – Qual o número de voluntários que a organização integra atualmente?

N.º de Voluntários	Número de respostas	Percentagem (%)
Entre 0 e 10	8	50,00%
Entre 10 e 20	3	18,75%
Entre 20 e 50	1	6,25%
Entre 50 e 100	1	6,25%
Mais que 100	2	12,50%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 17 - Resultado da resposta à questão 8 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

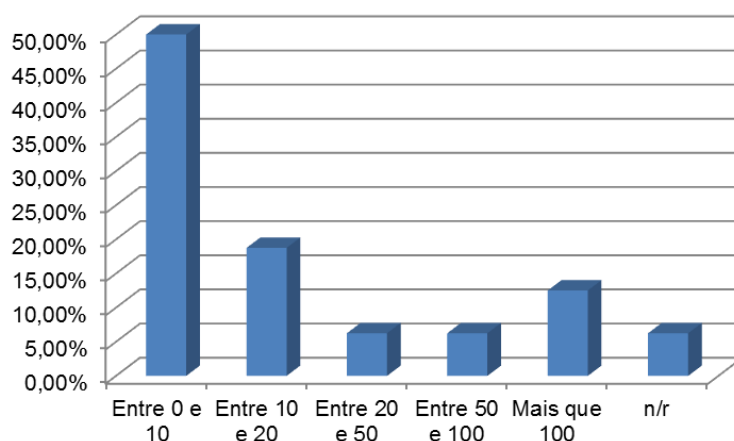


Gráfico 18 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 8 da entrevista

Questão 9 – Qual o Estatuto Jurídico (associação, fundação, misericórdia)?

Estatuto Jurídico	Número de respostas	Percentagem (%)
Associação	9	56,25%
Fundação	1	6,25%
Misericórdia	5	31,25%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 18 - Resultado da resposta à questão 9 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

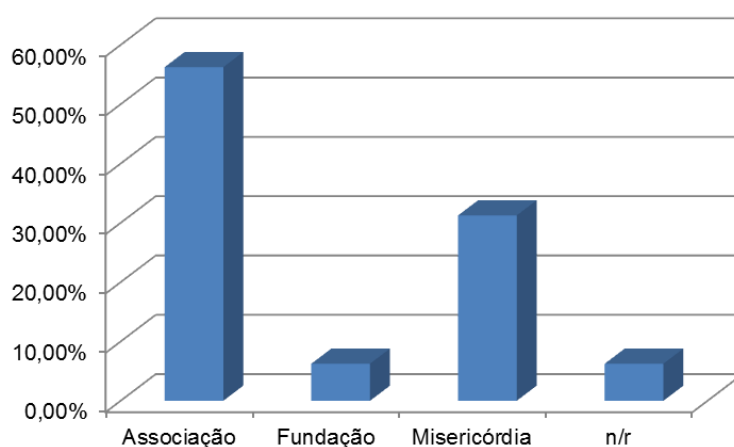


Gráfico 19 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 9 da entrevista

Questão 10 – *Procedem à elaboração dos documentos de Relato Financeiro? Se sim, quais?*

A esta questão, obteve-se 15 respostas, todos afirmaram proceder à elaboração dos documentos de Relato Financeiro. Os documentos elaborados são: o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo. Há entidades que para além destes documentos elaboram a Demonstração de Alteração de Fundos Patrimoniais, Mapa de Controlo de Subsídios para o Investimento, o Relatório de Gestão /Relatório de Atividades, o Parecer do Conselho Fiscal, i.e., procedem à elaboração de todos os mapas e relatórios necessários à sua condição.

Questão 11 – *Qual é o normativo contabilístico aplicado?*

A esta questão, obteve-se 15 respostas e todos foram unânimes, é aplicado o normativo para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Questão 12 – *Na sua opinião considera que o atual normativo contabilístico aplicado à organização é adequado? Justifique.*

A esta questão, obteve-se 15 respostas e exceto uma, afirmaram que o atual normativo contabilístico aplicado à organização é adequado. A justificação foi diversa, assim sendo, passamos a citá-las:

- “*Sim. Está adaptado para Entidades desta natureza e segue um pouco as normas do antigo POCIPSS (Plano Oficial de Contabilidade as IPSS)*”;
- “*É o único normativo contabilístico existente atualmente para este tipo de organização*”;
- “*Sim, já que permite apresentar de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Instituição*”;
- “*O normativo aplicado é o adequado uma vez que dá resposta às especificidades do setor das IPSS e entidades equiparadas*”;
- “*Sim, todos os elementos exigidos permitem uma avaliação da empresa*”;
- “*Sim. O Plano de contas é mais simples que o das empresas com fins lucrativos*”;
- “*Sim. É adequado ao tipo de Instituição, sendo que a sua análise requer alguns conhecimentos contabilísticos*”;
- “*Sim, já que considero que esteja adaptado às especificidades inerentes a este tipo de Instituição no setor não lucrativo. Contudo, considero que há escassez de literatura*”;
- “*Sim, está ajustado às necessidades das entidades sem fins lucrativos*”;
- “*É adequado. No anterior normativo POC eram necessárias fazer várias adaptações ao Plano de Contas. Este normativo está mais adequado às IPSS*”;

- *“Sim. Permite a avaliação financeira da Instituição de uma forma geral e no seu todo, assim como corresponde sobretudo a informações históricas (sobre o que foi realizado)”;*
- *“Sim. Atende às principais necessidades de relato da Entidades sem Natureza Lucrativa”; e, por último,*
- *“Não, pois o SNC encontra-se vocacionado para entidades com fins lucrativos”.*

Questão 13 – Existe alguma(s) norma(s) que considere menos adequada? Se sim, qual(is)?

A esta questão, todos foram unânimes, responderam que não. Numa resposta referiram ainda que: *“Supletivamente aplicam-se outras normas”.*

Questão 14 – Qual a sua opinião sobre o relato das Demonstrações Financeiras?

A esta questão, obteve-se 15 respostas que passamos a citar:

- *“Mostram a informação fidedigna sobre a gestão dos recursos, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento da nossa atividade”;*
- *“São importantes e obrigatórias para disponibilizar informação sobre a organização para os diversos utentes”;*
- *“O relato das DF's reforça as exigências de transparência relativamente às atividades realizadas pela Instituição e aos recursos que utiliza nomeadamente através da obrigação de prestar informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhe são confiados, bem como todos os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades”;*
- *“O relatos das DF's é importante pois permite dar a visão da realidade da instituição aos destinatários da informação, sejam utentes, instituições financeiras ou demais interessados”;*
- *“Permitem aos “irmãos” uma análise detalhada dos acontecimentos ocorridos e da situação económica e financeira da Instituição”;*
- *“Serve os objetivos da gestão no global. Na análise por valências os custos são distribuídos por itens criados internamente”;*
- *“É importante, está adequado. A informação é utilizada nas Assembleias sendo importante para a tomada de decisão”;*
- *“São importantes na tomada de decisão pela gestão da Instituição”;*
- *“Muito importante, pois proporciona informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas”;*

- “São extremamente necessárias para a boa gestão e divulgação das contas da instituição”;
- “As Demonstrações Financeiras estão adequadas às IPSS”;
- “As demonstrações financeiras evidenciam os elementos reais que se consideram necessários para apreciação da situação económica e financeira da Instituição”;
- “Consiste num documento generalista que integra todas as demonstrações financeiras que as entidades são obrigadas a apresentar e que deve ser adaptado à realidade específica de cada entidade”;
- “É uma das formas de fazer chegar a informação financeira aos utilizadores dessa informação, sejam eles, utentes, fornecedores Estado, entre outros”; e,
- “As Demonstrações Financeiras são o principal resultado do trabalho contabilístico, de um exercício constituído para a maioria dos seus utilizadores, uma das principais formas de avaliar a qualidade de todo o trabalho realizado ao longo do ano. Uma má prestação de contas influencia de forma negativa aos seus utilizadores e coloca em causa a avaliação da empresa”.

Questão 15 – Procedem à entrega da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) junto de que entidades?

A esta questão, obteve-se 15 respostas, das quais apenas 12 foram positivas e responderam que entregam a DFC junto da Segurança Social. No entanto, uma instituição disse que entrega também junto da Câmara municipal, outra instituição referiu que “Os bancos pedem as contas em geral”, e, outra instituição referiu que também entrega no Paço Episcopal.

Questão 16 – A DFC está disponível a todos os utentes? Se sim, onde?

Das respostas afirmativas, ver quadro abaixo, 7 mencionaram que a DFC está disponível no site da instituição, e, apenas 4 na sede, apesar de como uma referiu “até por imperativo legal”.

Procedeu à entrega	Número de respostas	Percentagem (%)
Sim	11	68,75%
Não	4	25,00%
n/r	1	6,25%
Total Geral	16	100%

Quadro 19 - Resultado da resposta à questão 16 da entrevista

Em termos de representação gráfica,

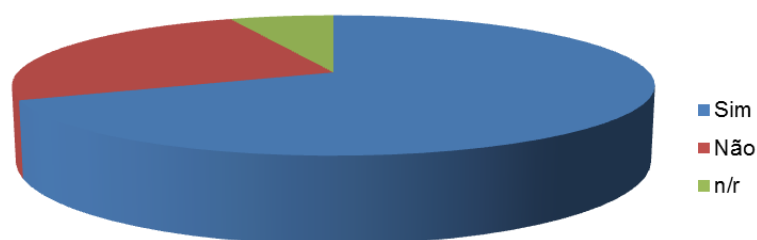


Gráfico 20 – Representação gráfica do resultado da resposta à questão 16 da entrevista

Questão 17 – Na sua opinião acha importante o relato da DFC? Porquê?

A esta questão, obtivemos apenas 14 respostas que passamos a citar:

- “*Sim. Divulga os fluxos monetários que ocorrem na Instituição no ano a que respeita a demonstração*”;
- “*É de carácter obrigatório*”;
- “*Sim. A DFC é um documento de informação financeira importante não só no âmbito da gestão da tesouraria mas também é utilizado como um instrumento de deteção de sinais de alerta contra possíveis riscos de fragilidade momentânea e para ajuda na determinação e/ou correção de caminhos a seguir no negócio*”;
- “*A DFC é importante uma vez que permite analisar os fluxos gerados na rubrica de disponibilidades e dar uma visão das atividades desenvolvidas. É importante analisar qual a origem/destino dos fluxos ou exfluxos gerados*”;
- “*Sim, pois como de alguma maneira veio substituir o MOAF, permitindo assim ver as origens e aplicações de fundos*”;
- “*Para se perceber melhor a proveniência dos fundos e sua aplicação*”;
- “*Sim, porque nos permite saber qual o tipo de atividade que gera mais ou menos fluxos de caixa e nos permite verificar qual a solvabilidade da Instituição. Sabemos se as “coisas” estão ou não dentro do orçamento*”;
- “*É importante para exibir informação acerca de alterações históricas de caixa e seus equivalentes subdividas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento*”;
- “*Sim. A análise da informação apresentada na DFC em conjunto com a análise do balanço e da DR permite perceber a capacidade da instituição para gerar excedentes de dinheiro no decurso da sua atividade*”;

- *“Sim, assim temos uma ideia exata sobre as rubricas que registaram entradas e saídas de meios monetários”;*
- *“Sim, porque permite perceber a capacidade de cada tipo de atividade em gerar rendimentos capazes de solver os pagamentos respeitantes às mesmas”;*
- *“Sim. A demonstração de fluxos de caixa constitui um instrumento essencial para que a instituição possa ter agilidade e segurança nas suas atividades financeira. Logo, o fluxo de caixa deverá refletir com precisão a situação económica da instituição, em termos financeiros de futuro. O fluxo de caixa é o instrumento que permite à direção planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros da sua instituição para determinado período”;*
- *“Sim. Porque dá uma informação de gestão associada aos fluxos financeiros identificando as origens e aplicações de fundos”;* e,
- *“O relato da DFC é importante uma vez que evidencia a posição financeira da empresa”.*

Questão 18 – Na sua opinião qual a importância da DFC para os diversos utentes? Porquê?

A esta questão, obteve-se apenas 13 respostas que passamos a citar:

- *“Seria importante no entanto os nossos utentes não têm por hábito consultar as demonstrações financeiras da Instituição. A DFC é um documento que não lhes mostra interesse”;*
- *“Pouco importante porque a maioria dos diversos utentes não sabe interpretar corretamente este mapa”;*
- *“A DFC reveste-se da maior importância para os utilizadores da informação contabilística já que permite aferir em tempo útil o modo como a organização gera e utiliza o dinheiro. Esta informação é essencial na análise da viabilidade e da flexibilidade financeira e na definição estratégica dos negócios da Instituição, nomeadamente ao nível do Investimento e Financiamento”;*
- *“É importante pois permite ter uma visão das atividades desenvolvidas”;*
- *“Para a maioria dos utentes não tem qualquer aplicação, pois é um mapa técnico que não é acessível aos utentes”;*
- *“Diminuta, pois não me parece haver interesse em interpretar os dados”;*
- *“Sim. Porque os utentes conseguem saber como está a ser efetuada a gestão das receitas e das despesas, em termos monetários”;*
- *“Não a considero importante para os nossos utentes, penso que não retiram daí qualquer informação relevante. Para o Instituto da Segurança Social (na qualidade de utente) poderá ter interesse na análise de alteração de caixa e seus equivalentes”;*
- *“Fundamental, pois proporciona aos diversos utentes informação sobre os recursos disponíveis e a exigibilidade desses recursos”;*

- *“Que eu me tenha apercebido, os utentes nunca mostraram interesse na DFC”;*
- *“Permite conhecer o desempenho da Instituição de que fazem parte”;*
- *“Trata-se de uma importância relativa, mas a principal interessada, será a entidade que tutela as IPSS (Estado), e que desta forma consegue perceber a alocação de recursos aos diversos tipos de actividades”;* e,
- *“A DFC evidencia onde os recursos financeiros da empresa foram aplicados e qual a origem desses recursos, facilitando uma melhor gestão das entradas e saídas de dinheiro evitando desvios de custos. Torna-se numa ferramenta importante para analisar e avaliar a capacidade da empresa, elaborar um plano financeiro adequado à realidade do momento e decidir as aplicações mais vantajosas para investir os recursos financeiros da empresa”.*

Questão 19 – Tem alguma informação a acrescentar que ache relevante para a minha investigação?

A esta questão, obteve-se apenas 3 respostas afirmativas que passamos a citar:

- *“Para além da informação financeira atrás relatada, habilitamos mensalmente a Administração com as seguintes peças: - Balanço, Free Cash Flow, DFC, Notas explicativas ao Balanço; - Demonstração de Resultados: SCMP, Áreas de Exploração, Saúde, Mapa resumo SCMP, Analítica Saúde, Notas explicativas DR's; - FSE's e Rendimentos/SCMP; - Capacidade Instalada vs Ocupação; - Comparativos (EBITDA+GP+FSE's); - Execução Plano de Investimentos; - Monitorização de Acordos; - Projetos Inclusão”;*
- *“Os mapas de DFC servem para cumprir uma obrigação contabilística. O seu formato não me parece eficaz para a análise dos utentes e associados”;* e,
- *“Como foi referido anteriormente, a DFC é um ótimo instrumento de gestão, no entanto ainda é visto como uma obrigação a cumprir, em detrimento da sua utilização como ferramenta de apoio à decisão”.*

Antes de passar à análise de resultados, é importante referir que um dos critérios utilizados para a realização das entrevistas é que o volume de negócios fosse superior a €500.000,00. Dado que a colaboração das instituições foi reduzida e que 3 instituições contactadas responderam mas tinham um volume de negócios inferior, sendo que uma tem o volume de negócios perto dos €500.000,00, considerou-se na mesma as suas resposta para poder fazer a análise e posteriormente retirar as respetivas conclusões.

3.2. Análise de resultados

Após a apresentação dos resultados obtidos, procede-se à análise dos mesmos. Em primeiro lugar analisa-se os resultados obtidos através do protocolo, e, de seguida, os resultados obtidos através da entrevista.

Dos resultados obtidos através do protocolo observa-se o seguinte:

- O centro distrital em que houve um maior n.º de IPSS a apresentar a DFC, foi o de Lisboa, ver quadro 1 e gráfico 1;
- O n.º de IPSS a apresentar a DFC, no geral, diminui de ano para ano, ver quadro 2 e gráfico 2;
- Em 2011, mais de metade das IPSS apresentaram a DFC com valores zero, no entanto, em 2012 e 2013, poucas IPSS apresentaram a DFC com valores zero, sendo que em 2013, em relação a 2012, houve um aumento que não deveria existir dada a obrigatoriedade da entrega da DFC, ver quadro 2 e gráfico 2;
- O n.º de IPSS com volume de negócios superior a €150.000,00 aumentou de ano para ano, sendo o aumento superior de 2012 para 2013, e, tendo ocorrido um aumento exponencial no centro distrital de Vila Real e principalmente no de Viseu, ver quadro 3 e gráfico 3;
- Nem todas as IPSS com volume de negócios superior a €150.000,00 apresentaram a DFC, sendo que, nos anos de 2012 e 2013, foram poucas as que apresentaram a DFC com valores zero, contrariamente ao que aconteceu em 2011, ver quadros 4 e 5, e, gráficos 4 e 5;
- O n.º de IPSS com volume de negócios superior a €500.000,00, apesar de oscilações em geral, aumentou de ano para ano, sendo o aumento superior de 2011 para 2012, ver quadro 6 e gráfico 6;
- Nem todas as IPSS com volume de negócios superior a €500.000,00 apresentaram a DFC, sendo que, no ano de 2012 não temos informação, mas no ano de 2013, foram poucas as que apresentaram a DFC com valores zero, contrariamente ao que aconteceu em 2011, ver quadros 7 e 8, e, gráficos 7 e 8;
- O n.º de IPSS com volume de negócios superior a €500.000,00, no geral, aumentou de ano para ano, verificando-se que quase metade destas instituições são misericórdias, sendo que as IPSSs e Equiparadas apresentam um maior número, estas englobam as associações e fundações, ver quadro 9 e gráficos 9 e 10; e, por último,
- No ano de 2011, primeiro ano da adoção do SNC-ESNL, dado que a entrega da DFC era facultativa, ou seja, era permitida a sua entrega com valores zero, verificou-se que mais de metade das IPSS preencheu a DF com valores zero, independentemente do volume de negócios.

Dos resultados obtidos através da entrevista observa-se o seguinte:

- Relativamente ao entrevistado:

- Ocupavam um lugar na direção, cargos superiores ou Técnicos Oficiais de Contas; desempenhavam o atual cargo entre 3 e 6 anos, e, entre 9 e 12 anos; eram licenciados; e, a área de formação era gestão e contabilidade, ver quadros 10, 11, 12 e 13, e, gráficos 11, 12, 13 e 14;
- Relativamente à organização:
 - A maioria das organizações foi constituída entre os anos de 1800 e 2000 (62,5%), ver quadro 14 e gráfico 15;
 - O volume de negócios varia entre €150.000,00 e mais que €10.000.000,00, sendo que entre €500.000,00 e €1.000.000,00 é o que apresenta maior percentagem (25%), no entanto, das duas organizações que apresentam um volume de negócios superior a €10.000.000,00, importa referir que uma dessas organizações tem um volume de negócios acima dos €48.000.000,00, ver quadro 15 e gráfico 16;
 - No que diz respeito ao número de trabalhadores, em 43,75% das organizações varia entre 0 e 50, no entanto, das três organizações que têm mais de 200 existe uma que tem 1.352, verifica-se que o número de trabalhadores depende da dimensão da organização, ver quadro 16 e gráfico 17;
 - Em relação ao número de voluntários, em 50% das organizações varia entre 0 e 10, sendo que, a organização com maior número tem 102, verifica-se que, como referido atrás, o número de voluntários também depende da dimensão da organização, ver quadro 17 e gráfico 18;
 - O estatuto jurídico das organizações, na maioria, é o de Associação com 56,25%, seguido da Misericórdia com 31,25%, e, por último, a Fundação com 6,25%, assim sendo, conclui-se que a maior parte das respostas obtidas foram de Associações, ver quadro 18 e gráfico 19;
 - Todas as organizações procedem à elaboração dos documentos de Relato Financeiro, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas ou por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, no entanto, existem organizações que procedem à elaboração de outros mapas, i.e., procedem à elaboração de todos os documentos de relato obrigatórios;
 - Em todas as organizações o normativo contabilístico aplicado é o normativo para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
 - As organizações, maioritariamente, afirmaram que o atual normativo contabilístico aplicado à organização é adequado, pois está ajustado às especificidades do SNL, nomeadamente das IPSS;
 - O atual normativo contabilístico permite apresentar de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da instituição, bem como, fazer a sua avaliação financeira de uma forma geral e no seu todo;
 - Não existe nenhuma norma que considere menos adequada, no entanto, supletivamente aplicam-se outras normas;

- As opiniões sobre o relato das Demonstrações Financeiras são de que este é muito importante para a instituição por diversos motivos, nomeadamente para mostrar a informação fidedigna sobre a gestão dos recursos, mostrar os resultados alcançados no desenvolvimento da atividade, reforçar as exigências de transparência relativamente às atividades realizadas pela instituição, dar a visão da realidade da instituição aos destinatários da informação (utentes, instituições financeiras ou demais interessados), bem como, uma análise detalhada dos acontecimentos ocorridos e da situação económica e financeira da instituição, servir os objetivos da gestão no global, sendo importantes na tomada de decisão, i.e., proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas;
- Uma má prestação de contas influencia de forma negativa os seus utilizadores e coloca em causa a avaliação da empresa;
- A maioria das IPSS procedem à entrega da DFC junto da Segurança Social, através da aplicação OCIPSS, no entanto, existe instituições que ainda têm que entregar junto de outras entidades;
- A DFC não está disponível a todos os utentes, apenas 68,75% respondeu positivamente e informaram que a DF está disponível no site ou na sede da instituição, ver quadro 19 e gráfico 20;
- O relato da DFC é importante, havendo diversas justificações. Por exemplo, divulga os fluxos monetários que ocorrem na instituição em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, permitindo saber qual o tipo de atividade que gera mais ou menos fluxos de caixa, i.e., permite ver as origens e aplicações de fundos;
- A DFC permite verificar qual a solvabilidade da instituição, i.e., permite à direção planear, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros da sua instituição para determinado período;
- Em conjunto com as outras DF's, nomeadamente, Balanço e DR, permite perceber a capacidade da instituição para gerar excedentes de dinheiro no decurso da sua atividade;
- A DFC é um documento de informação financeira importante não só no âmbito da gestão da tesouraria mas também é utilizado como um instrumento de deteção de sinais de alerta contra possíveis riscos de fragilidade momentânea e para ajuda na determinação e/ou correção de caminhos a seguir no negócio;
- No que diz respeito à importância da DFC para os diversos utentes, as respostas obtidas foram divergentes;
- Nas respostas obtidas, em que afirmaram que a DFC é importante para os diversos utentes, justificam que a DF permite aferir em tempo útil o modo como a organização gera e utiliza o dinheiro, permitindo aos diversos utentes saber quais

os recursos disponíveis, em termos monetários, sendo essencial na análise da viabilidade e da flexibilidade financeira e na definição estratégica dos negócios da instituição, nomeadamente ao nível do Investimento e Financiamento, ou seja, evidencia onde os recursos financeiros da empresa foram aplicados e qual a origem desses recursos, facilitando uma melhor gestão das entradas e saídas de dinheiro evitando desvios de custos, e, é uma ferramenta importante para analisar e avaliar a capacidade da empresa, bem como, elaborar um plano financeiro adequado à realidade do momento e decidir as aplicações mais vantajosas para investir os recursos financeiros da empresa;

- Nas respostas obtidas, em que afirmaram que a DFC não é importante para os diversos utentes, justificam que os utentes não consultam a DF, não mostram interesse e não sabem interpretar; e, para terminar
- A DFC é importante, é um ótimo instrumento de gestão, no entanto, para alguns utentes há dificuldade em atribuir-lhe utilidade, referindo que esta serve para cumprir uma obrigação contabilística, em detrimento da sua utilização como ferramenta de apoio à decisão.

3.3. Conclusão dos resultados

Feita a análise de resultados, passa-se à conclusão dos mesmos. Nesta dissertação, colocaram-se algumas questões de investigação, pelo que vamos apresentar as conclusões através das respostas às mesmas.

O objetivo da primeira questão de investigação é saber se as IPSS que adotam a NCRF-ESNL ou as NIC's apresentavam a DFC, dos resultados obtidos do protocolo, verificou-se que a maioria apresenta, apesar de haver instituições que apresentam com valores zero, sendo que foi no ano de 2011 que mais se verificou esta situação, justificado pelo facto de naquele ano a entrega da DFC não ser obrigatória, i.e., ser permitido a sua entrega com valores zero. Dos resultados obtidos da entrevista, todas as IPSS adotam a NCRF-ESNL e apresentam a DFC.

Na segunda questão pretendeu-se saber junto de que entidades as IPSS têm que entregar a DFC, de acordo com os resultados obtidos da entrevista, a maioria referiu junto da Segurança Social, o que se justifica, dado que as IPSS e Equiparadas têm que submeter à tutela Orçamentos e Contas Anuais, i.e., um conjunto de obrigações contabilísticas que as IPSS e Equiparadas têm que cumprir, a partir do momento em que se registam como IPSS na Segurança Social.

Com a terceira questão pretende-se saber se os diversos utentes têm acesso à DFC e onde é que esta se encontra disponível. Segundo os resultados obtidos na entrevista nem todos os utentes têm acesso à DFC; no entanto, os que têm acesso consultam-na no site da instituição ou nas instalações da sua sede.

Relativamente à quarta questão de investigação - qual a importância do relato da DFC para as ESNL, caso concreto das IPSS - as respostas à entrevista afirmaram ser importante devido ao tipo de informação que esta transmite, nomeadamente, à sustentabilidade financeira, i.e., permite saber como os recursos financeiros estão a ser geridos pela instituição. Assim, o relato da DFC evidencia a posição financeira da instituição permitindo, por exemplo, detetar possíveis riscos de fragilidade momentânea e ajudar na determinação e/ou correção de caminhos a seguir para cumprir os seus objetivos.

A última questão de investigação, que era a de saber qual a importância do relato da DFC para os utentes das DF's das ESNL, não obteve resposta consensual; as respostas obtidas na entrevista dividiram-se, i.e., há opiniões que defendem que o relato da DFC é importante para os seus utentes, e, há opiniões que defendem que não. O que se verifica é que a informação embora importante, a maioria dos utentes, não lhe dão a devida utilidade, ou, não a sabendo interpretar, não mostram interesse.

Para além de a entrevista ser realizada às IPSS do distrito do Porto, outro critério era que estas instituições tinham que ter um volume de negócios superior a €500.000,00; no entanto, incluiu-se a resposta de três instituições que não satisfaziam esse critério. Esta inclusão permitiu verificar, de acordo com as respostas obtidas, que as opiniões são similares.

Por último, é importante referir que o objetivo principal da investigação era avaliar a importância da DFC, mais especificamente, a importância do relato dos fluxos nas IPSS, tendo-se concluído que a DFC proporciona informação financeira importante no processo de tomada de decisão e na avaliação do desempenho financeiro das instituições, embora alguns utentes não valorizem esta informação.

3.4. Síntese

Independentemente do volume de negócios a maioria das IPSS, no ano de 2011, apresentaram a DFC com valores zero, o que já não aconteceu nos anos de 2012 e 2013, em que esta apresentação se reduziu substancialmente.

O normativo contabilístico aplicado a todas as instituições é a NCRF-ESNL, que consideram adequado. Estas instituições procedem à elaboração de todos os documentos de relato financeiro obrigatórios proporcionando aos diversos utentes informação financeira útil, transmitindo uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação económica e financeira. Um dos documentos de relato financeiro elaborado é a DFC, tendo-se verificado que o relato desta DF é importante para instituição, no entanto, alguns utentes têm dificuldade em atribuir-lhe utilidade.

No próximo capítulo, apresentam-se as conclusões e as limitações encontradas, no entanto, importa ainda referir que há consistência nos resultados obtidos do protocolo e da entrevista.

Capítulo IV – Conclusões

O Setor Não Lucrativo é um setor cada vez mais importante para a sociedade. Das várias definições existentes para as ESNL, consideramos que a que melhor caracteriza estas entidades, em Portugal, é a de que não distribuem lucros.

As IPSS têm vindo a aumentar a sua importância, tendo um papel social primordial e de extrema utilidade para a sociedade. As IPSS ao necessitarem de fundos alheios necessitam de produzir informação sobre o seu desempenho e situação financeira. Assim, a informação financeira constitui um elemento fundamental no processo de tomada de decisão, constituindo em si um fator determinante para o eficaz funcionamento destas entidades.

Nesta dissertação, analisou-se o normativo contabilístico aplicável às ESNL em Portugal, sendo pertinente o seu estudo, pois as ESNL desempenham um papel muito relevante na sociedade, não só pelo seu trabalho social, mas também pelo importante contributo que dão à criação de emprego. Em muitas ocasiões, representam os interesses dos cidadãos junto dos poderes públicos, promovem e salvaguardam os direitos humanos, bem como as políticas de desenvolvimento.

Da análise da evolução do normativo contabilístico para estas entidades conclui-se que a contabilidade foi reconhecendo, ao longo dos tempos, a importância das ESNL, tendo sido, em 2011, estabelecido um normativo contabilístico próprio para todas as entidades deste setor económico, o que constituiu um passo importante na homogeneização e adaptação das normas de contabilidade para as ESNL, contribuindo para a melhoria da qualidade e da transparência da informação financeira.

As ESNL foram obrigadas, desde o início do ano 2012, a adotar a NCRF-ESNL ou o regime de caixa, de acordo com a disposição legal. Apesar de ter sido um período de muitas alterações contabilísticas e fiscais, melhorou-se as formas de relato financeiro e procedimentos administrativos. Assim sendo, acredita-se estarem criadas as condições normativas que permitem assegurar a produção de informação transparente e adequada às necessidades das ESNL.

Verifica-se também a importância da Estrutura Conceptual para a apresentação e preparação das DF's, pois estas têm o propósito de proporcionar informação útil na tomada de decisão e responder às necessidades dos utentes, sendo que, em caso de conflito entre a Estrutura Conceptual e uma NCRF, os requisitos da NCRF é que prevalecem.

Do conjunto das DF's, a DFC divulga unicamente os fluxos monetários numa perspetiva histórica, o que proporciona a comparabilidade entre entidades (Antão, Tavares, & Marques, 2011). É uma demonstração dinâmica e indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo. Um estudo realizado *“demonstra que a análise da DFC, e não apenas do Balanço e da DR, e o cálculo de simples indicadores de*

fluxos de caixa se torna bastante útil para os auditores na análise da posição financeira de uma qualquer entidade” (Azevedo S. , 2012, p. 58).

A NCRF 2 obriga a que se utilize o método direto na elaboração dos fluxos de caixa, e a IAS 7, encoraja a relatar fluxos de caixa de atividades operacionais também pelo método direto, mas permite, além deste método, a utilização do método indireto. Por este método, os lucros ou prejuízos são ajustados pelos efeitos de transações de natureza não pecuniária, de quaisquer diferimentos ou acréscimos de recebimentos e pagamentos de caixa operacionais e itens de crédito ou gasto associados com fluxos de caixa de investimento ou de financiamento (Silva & Martins, 2011).

A DFC permite conhecer como foi gerado e utilizado o dinheiro no período em análise. Na generalidade das empresas, nem sempre existe uma correlação entre os resultados apurados (Rendimentos - Gastos) e os fluxos de caixa (Recebimentos - Pagamentos). Os fluxos de caixa fornecem informação que se reveste de grande utilidade para estabelecer essa ligação, na medida em que permitem melhorar o conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira (incluindo a liquidez e a solvabilidade) e da capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos no futuro.

Do estudo elaborado, verificou-se que a maioria das IPSS elaboram a DFC, no entanto, existem instituições que apresentam esta demonstração com valores zero, sendo que foi no ano de 2011 que mais se verificou esta situação, justificado pelo facto de neste ano a entrega da DFC não ser obrigatória, i.e., ser permitido a sua entrega com valores zero.

A maioria das IPSS apresenta a DFC junto da Segurança Social, uma vez que são obrigadas por imposição legal. Verificou-se que nem todos os utentes têm acesso à DFC, no entanto, os que têm acesso têm que consultar no site da instituição ou na sede.

No que diz respeito ao relato da DFC para as ESNL, caso concreto das IPSS, é muito importante pois permite saber como os recursos estão a ser geridos, qual a atividade que gera os fluxos de caixa, permitindo à gestão gerir eficaz e eficientemente os recursos disponíveis no futuro, por exemplo, se a instituição, no futuro, poderá ou não fazer investimentos e/ou se necessitará de financiamentos.

O relato da DFC das IPSS é importante para a própria instituição e para os diversos utentes, no entanto, existem utentes que não lhe dão a devida utilidade. A informação financeira proporcionada por esta demonstração é muito importante, conforme já foi referido, esta informação é importante no processo de tomada de decisão e na avaliação do desempenho financeiro das instituições.

Com a adoção da NCRF-ESNL, as DF's elaboradas pelas IPSS beneficiaram dum impacto significativo, quer quanto à quantidade, quer quanto à qualidade da informação financeira apresentada por estas instituições. A DFC é um elemento informativo essencial, i.e., a análise

dos fluxos de caixa passados (em função do mapa criado) ou futuros (em função da previsibilidade da aplicação de capitais) é importante nas decisões económicas, bem como, na convivência entre o financiamento e o investimento.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que tem por finalidade a transposição da diretiva da União Europeia n.º 2013/34/UE, de 26 de junho, a normalização contabilística para as ESNL deixa de possuir uma estrutura autónoma, passando a estar integrada no SNC. AS ESNL viram assim o seu normativo contabilístico sofrer algumas alterações (a partir de 1 de janeiro de 2016), nomeadamente, alterações significativas em alguns capítulos da NCRF-ESNL (capítulos 6 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, 8 - Ativos intangíveis, 17 – Instrumentos financeiros 20 - Agricultura), código de contas (idêntico ao regime geral, com algumas especificidades, ver quadro síntese de contas no anexo 10) e algumas rubricas (Balanço e DR) e notas (Anexo) das DF's, o que implicou a revisão dos modelos de DF's.

A diretiva da União Europeia n.º 2013/34/UE, de 26 de junho, *“tem como principais objetivos a redução de encargos administrativos das pequenas e médias empresas e a simplificação de procedimentos de relato financeiro, a redução da informação nas notas anexas às demonstrações financeiras e a dispensa da preparação de demonstrações financeiras consolidadas para grupos de pequenas empresas”* (Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, § 6).

Contudo, esta dissertação apresenta limitações, desde logo como já se referiu devido à falta de colaboração das instituições contactadas para a realização da entrevista. Foram contactadas 54 IPSS, tendo sido realizados vários contactos às instituições, quer via telefónica, quer via correio eletrónico, solicitando a sua colaboração na realização da entrevista ou se não fosse possível que respondessem às questões previamente elaboradas para a entrevista, tendo-se apenas conseguido 1 entrevista e 15 respostas via correio eletrónico. Por outro lado, a dificuldade na obtenção da informação, particularmente influenciada pelos prazos restritos e pelo escasso tempo disponível para pesquisa.

Para finalizar, no próximo capítulo, são apresentadas futuras linhas de investigação.

Capítulo V – Futuras Linhas de Investigação

Apesar de estar a crescer, a ainda reduzida investigação sobre as Entidades da Economia Social, possibilita futuras linhas de investigação. Assim, o presente estudo termina deixando algumas linhas para projetos a desenvolver em trabalho futuro, como as seguintes:

- Aplicar o estudo do relato dos fluxos a outras instituições da Economia Social;
- Estudar a importância do relato financeiro das outras DF's nas IPSS e/ou outras instituições da Economia Social; e,
- Analisar a qualidade do relato financeiro das DF's das ESNL na perspetiva dos vários utentes, em especial, por parte dos Contabilistas Certificados, que as preparam, e dos Revisores Oficiais de Contas, que as certificam.

Investigações futuras poderão ainda incidir sobre a importância que cada Demonstração Financeira (Balanço, Demonstração dos Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo) tem para este tipo de entidades, bem como verificar a importância da informação que cada Demonstração Financeira transmite para os seus diversos utilizadores.

Conforme refere Ferreira (2011), há um longo trabalho a efetuar, nomeadamente, conhecer o passado deste tipo de entidades em Portugal, as suas práticas contabilísticas, o contexto político económico e social em que opera, e a forma como relatam a informação financeira.

Ferreira (2011) refere ainda que, dado o crescimento das ESNL, bem como a necessidade de um maior conhecimento das práticas de gestão, em termos académicos, deveria ser criada uma disciplina que preparasse gestores especializados. *“Considera-se ser importante integrar nos estudos académicos a nível da matéria contabilística, financeira e de gestão do terceiro setor nas escolas, como disciplinas autónomas”* (Muehombo, 2013, p. 49).

Referências Bibliográficas

- Accountants, I. F. (s.d.). *International Federation of Accountants (IFAC)*. Obtido em vários dias, de <http://www.ifac.org/>.
- AECA. (2008). *Marco Conceptual de la Información Financiera para Entidades Sin Fines Lucrativos*. Madrid: AECA.
- Alfaro, M. (2003). *O Regime Fiscal das IPSS*. Revista de Doutrina Tributária, 1º e 2º trimestre de 2003.
- Almeida, M. (2013). *I Congresso Internacional de IVA: As isenções no terceiro setor*. Obtido em 16 de 12 de 2014, de <http://pastatoc.otoc.pt/pastatoc/faces/home>.
- Almeida, V. (2009). *Ação de Formação - "Mecenato" - 15 de Julho de 2009*. Obtido em 6 de 7 de 2015, de http://www.advocaciaecidadania.org/index_files/Page1270.htm.
- Andrade, A., & Campos, R. (2009). *Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos*. Porto: Princípia Editora.
- Andrade, A., & Franco, R. (2007). *Organizações Sem Fins Lucrativos*. Obtido em 18 de 8 de 2015, de http://web.spi.pt/colecao_economiadoconhecimento/documentos/manuais_PDF/Manual_VIII.pdf.
- Antão, A., Tavares, A., & Marques, J. (2011). *Sistema de Normalização Contabilística*. Obtido em 29 de 12 de 2014, de http://novo.cnis.pt/images_ok/Manual%20SNC%20-%20CNIS.pdf.
- Anthony, R., & Young, D. (1999). *Management control in nonprofit organizations, Irwin 11th edition*. Boston: McGraw-Hill.
- Arroyo, G. (1990). *La contabilidad en las entidades sin finalidad lucrativa*. Madrid: Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas - Ministerio de Economía y Hacienda.
- Azevedo, C., Franco, R., & Meneses, J. (2010). *Gestão de organizações sem fins lucrativos. O desafio da inovação social*. . Porto: Jornal Vida Económica, 371.
- Azevedo, S. (2012). *A Importância dos Fluxos de Caixa na Análise da Solvência, Liquidez e Viabilidade das Empresas*. Porto: ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Banco de Portugal. (2013). *Listagem de todas as Empresas por Naturezas*. Obtido em 04 de 01 de 2015, de [http://www.bportugal.pt/PAS/sem/src/\(S\(1b0k4e55njxsw45xrsq2g45\)\)/Analise.aspx?book=%7b499765FD-02E7-434F-BFEA-7D480D527836%7d&Page=%7bCABBFE5B-9B2A-445C-8DE1-12640ECDF58B%7d](http://www.bportugal.pt/PAS/sem/src/(S(1b0k4e55njxsw45xrsq2g45))/Analise.aspx?book=%7b499765FD-02E7-434F-BFEA-7D480D527836%7d&Page=%7bCABBFE5B-9B2A-445C-8DE1-12640ECDF58B%7d).

- Bandeira, A. (2013). O Regime de Normalização Contabilística Português para as Empresas do Sector Não Lucrativo - SNC-ESNL - e as suas especificidades relativamente ao relato financeiro. *Revista sobre Cooperativismo e Economia social*, n.º 35 (2012-2013), 223-230.
- Barata, A. (1999). Análise dos Fluxos Monetários. *Revista de Contabilidade e Comércio*, vol. LV1 (nº 221).
- Barbosa, J. (2011). *NCRF 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas Implicações Fiscais e de Auditoria*. Porto: ISCAP.
- Barros, C., & Santos, J. (1998). *O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social*. Lisboa: Editora Vulgata.
- Bellostas, P.-G. (1997). *La Herramienta de Normalizacion Contable del siglo XXI: El Marco Conceptual en España*. Madrid: ICAC.
- Booth, P. (1995). *Management control in a voluntary organization. Accounting and accountants in organizational context*. New York: Garland Publishing.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2003). *Elementos de Contabilidade Geral - 23ª Edição*. Lisboa: Áreas Editora.
- Boto, M. (2009). *O Guia do SNC – Getting on the right track*. Deloitte & Associados, SROC, S.A.
- C.R.P. (2005). *Constituição da República Portuguesa - VII REVISÃO CONSTITUCIONAL*. Obtido em 27 de julho de 2015, de <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.
- Caiado, A., & Daniel, P. (1996). *Fluxos de Caixa - 2ª Edição*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Caiado, A., & Daniel, P. (2000). *A Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Lisboa: Vísis Editores.
- Caiado, A., & Gil, P. (1996). *Fluxo de Caixa – Conceção de uma Base de dados para a Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Lisboa: 2ª Edição, Rei dos Livros.
- Carneiro, M. (2006). A Economia Social em Portugal” in Mª Pérez de Uralde y Mario Radrigán Rubio (Eds). In *La Economía Social en Iberoamérica – un Acercamiento a su Realidad* (pp. 233-255). Valência: Fundación Iberoamericana de la Economía Social.
- Carrapiço, J. (2013). *Demonstração de fluxos de caixa*. Obtido em 25 de 1 de 2015, de http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/demonstracao_de_fluxos_de_caixa.html.
- Carvalho, A. (2006). *Enquadramento Contabilístico das Entidades Sem Fins Lucrativos - um ensaio*. Braga: Universidade do Minho.

Carvalho, J. (2004). *Orientação de Mercado e Desempenho - Estudo das Organizações Sem Fins Lucrativos de Acção Social em Portugal, através de um Modelo de Equações Estruturais*. Porto: FEP.

Carvalho, J. (2005). *Organizações não Lucrativas*. Lisboa: Edições Sílabo.

Carvalho, J. (2008). *O Desempenho nas Organizações Sem Fins Lucrativos*. Obtido em 1 de Agosto de 2015, de <http://www.superior.maiadigital.pt/NR/rdonlyres/CC263BA1-CF6F-4B91-85AA-C4AB2EA716C3/0/0DesempenhonasOrganiza%C3%A7%C3%B5essemfinslucrativos.pdf>.

CASES. (2010). *Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)*. Obtido em 8 de 12 de 2014, de <http://www.cases.pt/ipss>.

Cipriano, J. (2008). *O Novo Normativo Contabilístico Nacional (Enquadramento e 1ª aplicação das NCRF)*. Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Ciriec, (. i. (2000). *The enterprises and organizations of the third system: A strategic challenge for employment*. Obtido em 12 de Abril de 2015, de Relatório elaborado no âmbito da acção piloto “troisième système et emploi” da Comissão Europeia.: <http://www.uv.es/uidescoop/TSE-DGV-CIRIEC-Full%20text-English.pdf>.

Coelho, S. (2002). *Terceiro sector: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos (2.ª Edição)*. São Paulo: Senac.

Comissão de Normalização Contabilística. (s.d.). *Comissão de Normalização Contabilística (CNC)*. Obtido de <http://www.cnc.min-financas.pt/>.

Comité Económico e Social Europeu. (2007). *A Economia Social na União Europeia*. Bruxelas: Unidade de Publicações.

Costa, A. (2011). *A Accountability nas organizações sem fins lucrativos. O caso particular de algumas Fundações em Portugal*. Obtido de <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/4110>.

Costa, J. (2010). *Óptica do Acréscimo versus Óptica do Caixa*. Maia: Centro de Formação da Associação de Escolas Maiatrofa. Fórum da Maia.

Cravo, D. (2000). *Da teoria da contabilidade às estruturas conceptuais*. Aveiro: ISCAA.

Cravo, D. (2009). *Estrutura Conceptual: O Sistema de Normalização Contabilística para Pequenas Entidades*. Lisboa: Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Druker, P. (1992). *Administrando o futuro*. São Paulo: Pionerira.

Enes, C. (2013). *Análise de Custos e Estudo de Economias de Escala na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos*. Braga: Universidade do Minho.

Falconer, A. (1999). *A promessa do terceiro sector – Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Fernandes, J. (2011). *A Gestão de Recursos Humanos nas Organizações Sem Fins Lucrativos: O Caso da APPACDM do Porto*. Porto: Faculdade de Economia (FEP).

Ferreira, A. (2012). *Entidades do Setor Não Lucrativo: comparação entre Portugal e Espanha*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Ferreira, A., Cruz, S., & Azevedo, G. (2012). Estrutura Concetual para as Entidades do Setor Não Lucrativo de Portugal e de Espanha. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, 5-10.

Ferreira, A., Cruz, S., & Azevedo, G. (2012). *Evolução do Normativo Contabilístico para Entidades do Setor Não Lucrativo na Península Ibérica*. Aveiro, Aveiro: Estudos do ISCA - Série IV - Nº 4. Universidade de Aveiro.

Ferreira, J. (2013). *Para Que Serve O Fluxo De Caixa?* Obtido em 25 de Janeiro de 2015, de http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=4am5m780u.

Ferreira, M. (2011). *Enquadramento das Instituições Particulares de Solidariedade Social no actual sistema normativo*. Porto: ISCAP.

Ferreira, R. (2005). As Instituições do Terceiro Setor. *Revista OTOC* nº 71, 30-35.

Financial Accounting Standards Board. (s.d.). *Financial Accounting Standards Board (FASB)*. Obtido em vários dias, de <http://www.fasb.org/>.

Fonseca, A. (2014). *A Utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa na Ótica dos Técnicos Oficiais de Contas*. Porto: ISCAP.

Fonseca, M. (2007). *Terceiro Setor, Governabilidade e Balanced Scorecard*. Lisboa: ISCTE .

Francisco, L. (2005). *Sistemas de Informação de Contabilidade em Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos: o caso do Corpo Nacional de Escutas*. Lisboa: Universidade Aberta.

Franco, P., & Carrapiço, J. (2010). *Aspectos contabilísticos e fiscais de entidades sem fins lucrativos*. Formação - Curso DIS2410, III bloco – IPSS. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Franco, R., & Gonçalves, R. (2006). *Setor Não Lucrativo - Compilação de Legislação sobre as Organizações da Sociedade Civil*. Lisboa: Universidade Católica.

Franco, R., Sokolowsky, S., Hairel, E., & Salamon, L. (2005). *O Sector Não Lucrativo Português numa perspectiva comparada*. Obtido em 28 de 4 de 2015, de

<http://www.impulsopositivo.com/content/o-sector-nao-lucrativo-portugues-numa-perspectiva-comparada>.

Freitas, G., & Braz, A. (2008). *Entidades sem fins lucrativos: O enquadramento contabilístico e fiscal destas entidades*. . Formação segmentada – 0508, realizada de 06 de Outubro a 10 de Outubro de 2008. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Geraldes, A., Ricon, E., Martins, R., & Matos, S. (2012). *Novo Normativo Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo*. Porto: Editor PositivAgenda – Edições periódicas e Multimédias, Lda.

Gil, A. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gross, M., McCarthy, J., & Shelmon, N. (2005). *Financial and Accounting Guide for Not-for-Profit Organizations*, 7ª Ed. New Jersey: John Wiley & Sons.

Guimarães, J. (2009). Fluxos de Caixa e Dinâmica Patrimonial (o caso português). X *PROLATINO - Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino*. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

Hay, L., & Wilson, E. (1992). *Accounting for governmental and nonprofit entities*, Irwin 9th edition. Boston: McGraw- Hill.

Henke, E. O. (1992). *Introduction to Nonprofit Organization Accounting* - 4ª ed. Cincinnati, Ohio: Western Publishing Co.

INE, I. N. (2013). *Conta Satélite da Economia Social 2010*. Obtido em 1 de Agosto de 2015, de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157543613&PUBLICACOESmodo=2.

International Financial Reporting Standards. (s.d.). *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Obtido em vários dias, de <http://www.ifrs.org/>.

Lopes, L. (2009). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Coimbra: Almedina.

Ludke, M., & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária.

Marcelo, D. (2012). *Aplicação do SNC às Entidades do Setor Não Lucrativo*. Lisboa: ISEG.

Mariz, D. (2014). *Consultoria de Gestão numa Entidade do Setor Não Lucrativo*. Porto: ISCAP.

Marques, T., & Armando, A. (2011). *Sistema de Normalização Contabilística*. Porto: CNIS-Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

Meira, D. (2013). A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa: do projeto ao texto final. *CIRIEC-España, Revista Jurídica de Economía Social y Cooperativa*, n.º243, 21-52.

Monzón, J., & Chaves, R. (2012). *A Economia Social na União Europeia*. Bruxelas: Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC).

Muehombo, P. (2013). *A Contabilidade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal*. Porto: ISCAP.

Nunes, F., Reto, L., & Carneiro, N. (2001). *O terceiro sector em Portugal. Delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa: Programa Pessoa – linha de acção: estudos e investigação. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

Oliveira, M. (2013). *Serviços Partilhados em Organizações do Setor Social*. Porto: Universidade do Porto - FEP.

Padanyi, P., & Brenda, G. (2004). Market Orientation in the Nonprofit sector: Taking multiple constituencies into consideration. *Journal of Marketing theory and practice*. 12. (2), 43-58.

Paiva, F. (2001). Teses e dissertações académicas sobre o terceiro sector. *Revista de Estudo Cooperativos, Pensamento Cooperativo*, 2.

Pardal, L., & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.

Pena, J. (2010). *NCRF 2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Comentário e explicações*. Obtido em 28 de 12 de 2014, de <http://www.portal-gestao.com/item/6177-ncrf-2-demonstra%C3%A7%C3%A3o-dos-fluxos-de-caixa-coment%C3%A1rio-e-explica%C3%A7%C3%B5es.html>.

Perdomo, J. (2014). *Contabilidade das Organizações da Economia Social*. Porto: Ciclo de Seminários de Contabilidade e Finanças, ISCAP.

Pereda, J. (1996). *El Soporte Teórico de la Norma Contable*. Palma de Mallorca: VII Encuentro AECA.

Pereira, M. (s.d.). *A importância das Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)*. Obtido em 25 de Janeiro de 2015, de <http://pt.scribd.com/doc/15236143/A-importancia-das-Demonstracoes-do-Fluxo-de-Caixa-DFC#scribd>.

Pereira, S. (2013). *Práticas de Gestão de Recursos Humanos nas IPSS*. Porto: ISCAP.

Pérez, C., & J., P. (2006). Aspectos económicos y contables del voluntariado en las ONGs. *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*, 182-206.

Pérez, E., & Perdomo, J. (2010). Las cooperativas y la normalización contable internacional. *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*, 68-86.

Pires, J., & Gomes, J. (2011). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística - Teoria e Prática*. Porto: Vida Económica.

Pousado, C. (2012). *Contabilidade do 3.º Sector: Proposta de uma Demonstração de Impacto Socioeconómico*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Quintão, C. (2004). *Terceiro Setor - elementos para referência teórica e conceptual*. Obtido em 1 de Agosto de 2015, de http://isociologia.pt/app_files/documents/working5_101019094100.pdf.

Quintão, C. (2011). O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal: uma abordagem preliminar. *IS Workin Papers.2.ª Série, N.º 2*.

Resende, S. (2007). *Sistemas de Controlo de Gestão em Instituições Sem Fins Lucrativos - Os casos Assistência Médica Internacional e Banco Alimentar Contra a Fome do Porto*. Porto: FEP.

Rodrigues, J. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora.

Romão, F. (2002). *Metodologia de Desenvolvimento de um sistema de Informação para uma Instituição Particular de Solidariedade Social*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Santos, A. (2008). *Gestão Estratégica: Conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa: Escolar Editora.

Santos, J., Lima, R., & Raimundo, J. (2011). *Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)*. Obtido em 16 de 12 de 2014, de <http://pastatoc.otoc.pt/pastatoc/faces/home>.

Santos, J., Raimundo, J., & Lima, R. (2012). *Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade)*. Lisboa: DCI - Departamento de Comunicação e Imagem da OTOC.

Santos, L. (1999). *Fluxos de Caixa*. Porto: Vida Económica.

Santos, L. (2004). *Fluxos de Caixa. 3ª Edição*. Porto: Vida Económica.

Segurança Social. (2014). *Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social registadas*. Obtido em 18 de 12 de 2014, de http://www4.seg-social.pt/documents/10152/864429/Listagem_ipss.PDF.

Silva, E., & Martins, C. (2011). *Classe 1 – Meios Financeiros Líquidos*. Porto: Porto Editora.

Silva, E., & Martins, C. (2012). *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Porto: Vida Económica.

Silva, J., & Lima, R. (2008). *A Importância do Fluxo de Caixa nas Empresas*. Obtido em 25 de Janeiro de 2015, de <http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-fluxo-de-caixa-nas-empresas/10246/>.

Silva, R., & Silva, P. (2013). *O contributo dos métodos qualitativos na investigação em contabilidade de gestão*. Aveiro: CIDTF - Indagatio Didactica - Universidade de Aveiro, vol. 5(2), outubro 2013.

Smith, L., & Euwema, K. (1 de Julho de 2015). *Not-for-profit financial reporting headed for a change*. Obtido em 13 de Julho de 2015, de <http://www.journalofaccountancy.com/issues/2015/jul/not-for-profit-financial-reporting.html>.

Teixeira, F. (2014). *IPSS - constituição e apresentação de orçamentos e contas*. Porto: Vida Económica.

Teixeira, Z. (2014). *O Relato Financeiro nas IPSS: Estudo de caso de uma IPSS do concelho de Vila Nova de Gaia*. Porto: ISCAP.

Tomé, M. (2014). *O Relato Integrado e a Responsabilidade Social da Empresa no Contexto da Economia Social*. Porto: ISCAP.

Valga, C. (2010). *Avaliação do Retorno para a Sociedade dos Benefícios Concedidos a IPSS na Área da Saúde*. Porto: FEP.

Viçoso, D. (2008). A normalização contabilística das organizações sem fins lucrativos. *Revista de Contabilidade e Finanças* n.º 94, 29-36.

Vieira, R., Major, M., & Robalo, R. (2009). *Investigação Qualitativa em Contabilidade*. In: Major, M. & Vieira, R. *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.

Waddell, S. (2002). *Core Competences. A Key Force in Business–Government–Civil Society Collaborations*. Obtido em 21 de 1 de 2015, de <http://www.greenleaf-publishing.com/content/pdfs/jcc07wadl.pdf>.

Weetman, P. (1996). *Financial & Management Accounting – An Introduction*. London: Pitman Publishing.

Zorita, A. (2003). AECA, Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas. Principios contables. Contabilidad de las entidades sin fines lucrativos. *Documento AECA*, 23 (1).

Legislação:

Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro. Diário da República n.º 173 - 2.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Homologou a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística, 36227-36234. Lisboa.

Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro. Diário da República n.º 173 - 2.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Homologou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, 36263-36265. Lisboa.

Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março. Diário da República n.º 51 - 2.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Homologou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, 12226-(8)-12226-(20). Lisboa.

Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho. Diário da República n.º 146 - 2.ª série. Ministérios das Finanças. Homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística, 20735-20742. Lisboa.

Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho. Diário da República n.º 146 - 2.ª série. Ministérios das Finanças. Homologação - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, 20749-20845. Lisboa.

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho. Diário da República n.º 146 - 2.ª série. Ministérios das Finanças. Homologação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística, 20862-20875. Lisboa.

Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro. Diário da República n.º 184 - 1.ª série. Presidência do Conselho de Ministros. Retifica a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, do Ministério das Finanças que aprova o Código de Contas, 8406-(2). Lisboa.

Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro. Diário da República n.º 184 - 1.ª série. Presidência do Conselho de Ministros. Retifica a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, do Ministério das Finanças que aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC, 8406-(2). Lisboa.

Declaração de Retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro. Diário da República n.º 204 - 2.ª série. Ministério das Finanças. Retifica o Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, publicado no DR, 2.ª série, n.º 146, referente à Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística, 30089. Lisboa.

Declaração de Retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro. Diário da República n.º 204/2015 – 2.ª série. Ministério das Finanças. Retifica o Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, publicado no DR, 2.ª série, n.º 146, referente às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, 30089-30092. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. Diário da República n.º 46 - 1.ª série. Ministério dos Assuntos Sociais. Aprovação do estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade social (IPSS), 643. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Diário da República n.º 133 - 1.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Aprovação do Sistema de Normalização Contabilística, 4375-4384. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 171/98, de 25 de Junho. Diário da República n.º 144 - 1.ª série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Equipara a instituições particulares de solidariedade social às casas do povo que prossigam os objetivos previstos no artigo 1º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, 2821. Lisboa.

Decreto-lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. Diário da República n.º 221 - 1.ª série. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, 5882-(2)-5882-(26). Lisboa.

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. Diário da República n.º 48 - 1.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Aprovação do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), 1344-(2)-1344(11). Lisboa.

Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro. Diário da República n.º 240 - 1.ª série. Presidência do Conselho de Ministros. Constitui a legislação base para a atribuição do Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública quer a associações ou fundações, pessoas coletivas privadas que prossigam fins de interesse geral, quer a pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, 8891-8895. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro. Diário da República n.º 257 – 1ª série. Presidência do Conselho de Ministros. Aprova o Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública, 2656-2657. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio. Diário da República n.º 91 - 1.ª série. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Procede à alteração (segunda alteração) do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, 2863-2864. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março. Diário da República n.º 52 – 1ª série. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Aprovação do Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS), 948-967. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Diário da República n.º 106 – 1ª Série. Ministério das Finanças. Transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, 3470- 3493. Lisboa.

Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Respeitante às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do

Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia de 29.6.2013, L182/19- L182/76.

Lei n.º 101/97, de 13 de setembro. Diário da República n.º 212 - 1.ª série. Assembleia da República. Equipara as cooperativas de solidariedade social que prossigam os objetivos fixados no artigo 1.º do Decreto-Lei nº119/83, de 25 de Fevereiro (Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social) e que sejam como tais reconhecidas às instituições particulares de solidariedade social, no que diz respeito a direitos, deveres e benefícios, designadamente fiscais, 4917. Lisboa.

Lei n.º 30/2013, de 8 de maio. Diário da República n.º 88 - 1.ª série. Lei de Bases da Economia Social, 2727-2728. Lisboa.

Lei n.º 35/98, de 18 de julho. Diário da República n.º 164 – 1ª série-A. Assembleia da República. Define o Estatuto das Organizações Não Governamentais de Ambiente – ONGA. Lisboa.

Lei n.º 66/98, de 14 de outubro. Diário da República n.º 237 - 1.ª série. Assembleia da República. Aprova o Estatuto das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o desenvolvimento prossequindo objetivos de cooperação para o desenvolvimento de assistência humanitária, de ajuda de emergência e de proteção e promoção dos direitos humanos, 5308. Lisboa.

Lei n.º 76/2015, de 28 de julho. Diário da República n.º 145 - 1.ª série. Assembleia da República. Primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 172 -A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, por apreciação parlamentar, 5051-5052. Lisboa.

Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro. Diário da República n.º 175 - 1.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Aprovação do Código de Contas, 6148-6157. Lisboa.

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março. Diário da República n.º 51 - 1.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Aprovação dos modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às ESNL, 1425-1430. Lisboa.

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março. Diário da República n.º 51 - 1.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Aprovação do Código de Contas Específico para as ESNL, 1431-1435. Lisboa.

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho. Diário da República n.º 142 - 1.ª série. Ministério das Finanças. Aprova o Código de Contas, 4958-4979. Lisboa.

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho. Diário da República n.º 143 - 1.ª série. Ministério das Finanças. Aprova os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC, 4984-5018. Lisboa.

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro. Diário da República n.º 173 - 1.ª série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Aprovação dos modelos de Demonstrações Financeiras, 6012. Lisboa.

Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro de 2008. Adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia de 29.11.2008, L320/1- L320/481.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002. Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 11/9/2002, L243/1-L243/4.

Anexos**Anexo 1 – Listagem de todas as empresas por Naturezas**

		2013	2013	2013	2013
		% Num Emp	Num Emp	% VN	VN - Valores Médios
Todas as Naturezas	Todas as Naturezas	100,00%	362.692	100,00%	
Todas as Naturezas	[Desconhecido / Em atribuição]	5,71%		1,27%	178.761,87
Todas as Naturezas	Agrup. Complem. Empresas e Agrup. Europeu de Interesse Económico	0,14%		0,61%	3.502.530,96
Todas as Naturezas	Associação ou Fundação	0,01%		0,00%	65.971,04
Todas as Naturezas	Cooperativa	0,45%		1,01%	1.833.199,50
Todas as Naturezas	Entidade Pública Empresarial	0,00%		0,07%	13.748.112,29
Todas as Naturezas	Entidade Pública Municipal, Intermunicipal e Regional	0,03%		0,14%	4.314.983,46
Todas as Naturezas	Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada				
Todas as Naturezas	Outras Sociedades	0,83%		2,09%	2.037.605,35
Todas as Naturezas	Sociedade Anónima	5,62%		54,03%	7.750.663,46
Todas as Naturezas	Sociedade Irregular	0,24%		0,02%	76.903,83
Todas as Naturezas	Sociedade por Quotas	86,98%		40,75%	377.642,10
Todas as Naturezas	Sociedade Unipessoal por Quotas				
Outras	Outras	1,69%		3,95%	

Fonte: Banco de Portugal (2013)

Anexo 2 – Balanço – NCRF-ESNL

De acordo com Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Entidade:

BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		XX YY N	XX YY N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos			
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários			
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período			
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes			
Total do passivo			
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 3 – DR por Naturezas – NCRF-ESNL

De acordo com Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios, doações e legados à exploração		+	+
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Provisões específicas (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Outras imparidades (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos		+	+
Outros gastos		-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
Resultado líquido do período		=	=

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 4 – DR por Funções – NCRF-ESNL

De acordo com Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	Atividade A	Atividade B	PERÍODOS	
					N	N-1
Vendas e serviços prestados		x	x	x	+	+
Custo das vendas e dos serviços prestados		x	x	x	-	-
Resultado bruto		x	x	x	=	=
Outros rendimentos		x	x	x	+	+
Gastos de distribuição		x	x	x	-	-
Gastos administrativos		x	x	x	-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		x	x	x	-	-
Outros gastos		x	x	x	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		x	x	x	=	=
Gastos de financiamento (líquidos)		x	x	x	-	-
Resultados antes de impostos		x	x	x	=	=
Imposto sobre o rendimento do período		x	x	x	- / +	- / +
Resultado líquido do período		x	x	x	=	=

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 5 - DFC – NCRF-ESNL

De acordo com Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		+	+
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		+	+
Ativos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros ativos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		+	+
Realização de fundos		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Redução de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 6 - Anexo – NCRF-ESNL

De acordo com Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

ANEXO

(modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

O presente documento não constitui uma compilação das divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos na NCRF -ESNL, ou da aplicação de outros procedimentos nos termos do parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL.

Assim, cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deva efetuar, sendo que as notas de 1 a 3 serão sempre explicitadas e ficam reservadas para os assuntos identificados no presente documento. Para melhor enquadramento dos textos constantes dessas divulgações, deve -se recorrer à leitura da NCRF -ESNL.

1 — Identificação da entidade

1.1 — Denominação da entidade (indicando o número de identificação de pessoa coletiva e, se for o caso, o facto de a entidade se encontrar em liquidação).

1.2 — Lugar da sede social.

1.3 — Natureza da atividade.

1.4 — Denominação e sede social da entidade –mãe imediata.

1.5 — Denominação e sede social da entidade –mãe final.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL).

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

b) Outras políticas contabilísticas;

c) Principais pressupostos relativos ao futuro; e

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

3.5 — Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória):

- a) Explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF -ESNL afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados;
- b) Explicação acerca da natureza das diferenças de transição que foram reconhecidas nos fundos patrimoniais; e
- c) Identificação dos erros cometidos segundo os PCGA anteriores, distinguindo, nas divulgações exigidas, entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

4 — Ativos fixos tangíveis

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- b) Métodos de depreciação usados;
- c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;
- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e
- e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e
- b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

4.3 — Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- a) A data de eficácia da revalorização;
- b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
- c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e
- d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

5 — Ativos intangíveis

5.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
- b) Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e
- c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e

b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

6 — Custos de empréstimos obtidos

6.1 — Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

7 — Inventários

7.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

7.2 — Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

7.3 — Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

8 — Rendimentos e gastos

8.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

8.2 — Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

9 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

9.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

9.3 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

9.4 — Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.

10 — Subsídios e outros apoios das entidade públicas

10.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

10.2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

10.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

11 — Instrumentos financeiros

11.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

11.2 — Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);

b) Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;

c) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e

d) Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

11.3 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

11.4 — Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

11.5 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

11.6 — Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

11.7 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;

b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;

c) Outros créditos;

d) Fundos subscritos e não realizados;

e) Diferimentos.

11.8 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) Empréstimos por obrigações;

b) Dívidas a instituições de crédito;

c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;

d) Dívidas por compras e prestações de serviço;

e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;

f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;

g) Outras dívidas;

h) Diferimentos.

12 — Benefícios dos empregados

12.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

12.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

12.3 — Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e

c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

13 — Acontecimentos após a data do balanço

13.1 — Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

14 — Agricultura

14.1 — Identificação das categorias de ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor e ao custo, respetiva quantia total escriturada e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

14.2 — Justo valor e alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados, para cada categoria de ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor.

15 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais

15.1 — Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

15.2 — _____

16 — Outras divulgações

16.1 — Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

a) Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e

b) Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).

16.2 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Anexo 7 – Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais – NCRF-ESNL

De acordo com Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N-1

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /ou tras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
	2										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5										

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /ou tras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
	7										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10										

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 8 – Pagamentos e Recebimentos, Património Fixo e Direitos e Compromissos Futuros – Regime de Caixa

De acordo com Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Entidade:

UNIDADE MONETÁRIA: euro

Pagamentos e recebimentos		
Mapa de recebimentos e pagamentos - Ano N		
Recebimentos	Pagamentos	
1. Recebimentos atividade	1. Funcionamento	
Jóias e quotas	Pessoal	
Atividades	Seguros	
Doações	Rendas	
Subsídios	Manutenção	
Outros	Água, eletricidade e gás	
2. Recebimentos comerciais	Representação e deslocações	
3. Recebimentos capitais	Comunicações	
4. Recebimentos prediais	Material de escritório	
	Higiene, segurança e conforto	
	Despesas específicas das atividades	
	Outras	
	2. Investimento	
	Aquisição de equipamentos	
	Aquisição ou construção de instalações	
	Outras	
Total - €	Total	- €
Saldo do ano anterior		
Receitas		
Despesas		
Saldo para o ano seguinte		

Património fixo	
Mapa de património fixo - Ano N	
Património	
Descrição	Valor
Anos anteriores	
Sub Total	
Ano corrente	
Sub Total	
Total	

Direitos e compromissos futuros		
Mapa de direitos e compromissos futuros - Ano N		
Direitos		
Descrição	Valor	Ano previsto Recebimento
Quotas		
Subsídios		
Rendas		
Outros		
Total		
Compromissos		
Descrição	Valor	Ano previsto Pagamento
Empréstimos		
Associados		
Fornecedores		
Locadoras		
Outros		
Total		

Anexo 9 - DFC – NCRF 2

De acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Entidade:

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		+	+
Ativos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros ativos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		+/-	+/-
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		+	+
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 10 - Quadro Síntese de Contas

De acordo com a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho que revoga a Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – com eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

<p>1 MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</p> <p>11 Caixa</p> <p>12 Depósitos à ordem</p> <p>13 Outros depósitos bancários</p> <p>14 Outros instrumentos financeiros</p> <p>14 Outros <i>(para as ME)</i></p> <p>2 CONTAS A RECEBER E A PAGAR</p> <p>21 Clientes</p> <p>21 Clientes e utentes <i>(para as ESNL)</i></p> <p>22 Fornecedores</p> <p>23 Pessoal</p> <p>24 Estado e outros entes públicos</p> <p>25 Financiamentos obtidos</p> <p>26 Acionistas/sócios</p> <p>26 Fundadores/ patrocinadores/doadores/ associados/ membros <i>(para as ESNL)</i></p> <p>27 Outras contas a receber e a pagar</p> <p>28 Diferimentos</p> <p>29 Provisões</p> <p>3 INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS * ou INVENTÁRIOS (para as ME)</p> <p>31 Compras</p> <p>32 Mercadorias</p> <p>33 Matérias -primas, subsidiárias e de consumo</p> <p>34 Produtos acabados e intermédios</p> <p>35 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos</p> <p>36 Produtos e trabalhos em curso</p> <p>37 Ativos biológicos <i>(conta inexistente para as ME)</i></p> <p>38 Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos</p> <p>38 Reclassificação e regularização de inventários <i>(para as ME)</i></p> <p>39 Adiantamentos por conta de Compras</p> <p>4 INVESTIMENTOS</p> <p>41 Investimentos financeiros</p> <p>42 Propriedades de investimento</p> <p>42 ... <i>(para as ME)</i></p> <p>43 Ativos fixos tangíveis</p> <p>44 Ativos intangíveis</p> <p>45 Investimentos em curso</p> <p>46 Ativos não correntes detidos para venda <i>(conta inexistente para as ME)</i></p>	<p>5 CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS ou FUNDOS PATRIMONIAIS (para as ESNL)</p> <p>51 Capital subscrito</p> <p>51 Fundos <i>(para as ESNL)</i></p> <p>52 Ações (quotas) próprias</p> <p>52 Excedentes técnicos <i>(para as ESNL)</i></p> <p>53 Outros instrumentos de capital próprio</p> <p>54 Prémios de emissão</p> <p>55 Reservas</p> <p>56 Resultados transitados</p> <p>57 Ajustamentos em ativos financeiros <i>(conta inexistente para as ME)</i></p> <p>58 Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis</p> <p>59 Outras variações no capital próprio</p> <p>59 Outras variações nos fundos patrimoniais <i>(para as ESNL)</i></p> <p>6 GASTOS</p> <p>61 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</p> <p>62 Fornecimentos e serviços externos</p> <p>63 Gastos com o pessoal</p> <p>64 Gastos de depreciação e de amortização</p> <p>65 Perdas por imparidade</p> <p>66 Perdas por reduções de justo valor <i>(conta inexistente para as ME)</i></p> <p>67 Provisões do período</p> <p>68 Outros gastos</p> <p>69 Gastos de financiamento</p> <p>7 RENDIMENTOS</p> <p>71 Vendas</p> <p>72 Prestações de serviços</p> <p>73 Variações nos inventários da produção</p> <p>74 Trabalhos para a própria entidade</p> <p>75 Subsídios à exploração</p> <p>75 Subsídios, doações e legados à exploração <i>(para as ESNL)</i></p> <p>76 Reversões</p> <p>77 Ganhos por aumentos de justo valor <i>(conta inexistente para as ME)</i></p> <p>78 Outros rendimentos</p> <p>79 Juros e outros rendimentos similares</p> <p>8 RESULTADOS</p> <p>81 Resultado líquido do período</p> <p>.....</p> <p>89 Dividendos antecipados</p>
---	---

Apêndices**Apêndice 1 – Trabalho assalariado em cooperativas, mutualidades, associações na União Europeia (2009-2010)**

País	Cooperativas	Mutualidades	Associações	TOTAL
Alemanha	830 258	86 497	1 541 829	2 458 584
Áustria	61 999	1 416	170 113	233 528
Bélgica	13 547	11 974	437 020	462 541
Bulgária	41 300	n.a.	80 000	121 300
Chipre	5 067	n.a.	n.a.	5 067
Dinamarca	70 757	4 072	120 657	195 486
Eslováquia	26 090	2 158	16 658	44 906
Eslovénia	3 428	476	3 190	7 094
Espanha	646 397	8 700	588 056	1 243 153
Estónia	9 850	n.a.	28 000	37 850
Finlândia	94 100	8 500	84 600	187 200
França	320 822	128 710	1 869 012	2 318 544
Grécia	14 983	1 140	101 000	117 123
Hungria	85 682	6 676	85 852	178 210
Irlanda	43 328	650	54 757	98 735
Itália	1 128 381	n.a.	1 099 629	2 229 010
Letónia	440	n.a.	n.a.	440
Lituânia	8 971	n.a.	n.a.	8 971
Luxemburgo	1 933	n.a.	14 181	16 114
Malta	250	n.a.	1 427	1 677
Países Baixos	184 053	2 860	669 121	856 054
Polónia	400 000	2 800	190 000	592 800
Portugal	51 391	5 500	194 207	251 098
Reino Unido	236 000	50 000	1 347 000	1 633 000
República Checa	58 178	5 679	96 229	160 086
Roménia	34 373	18 999	109 982	163 354
Suécia	176 816	15 825	314 568	507 209
TOTAL	4 548 394	362 632	9 217 088	14 128 134

Fonte: Monzón e Chaves (2012, pp.45-46)

No caso da Itália, os dados relativos às mutualidades estão agregados aos dados relativos às cooperativas.

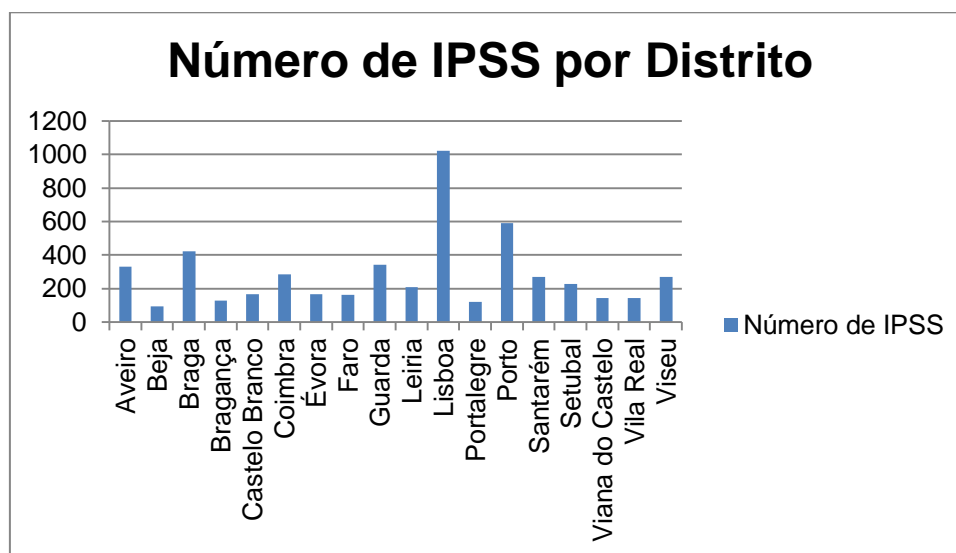
Apêndice 2 – Classificação Internacional das ESNL

Código	Área	Tipos de organizações em Portugal
1	Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações culturais, recreativas e desportivas ▪ Casas do Povo ▪ Clubes sociais e recreativos ▪ Museus ▪ Jardins zoológicos e aquários ▪ Sociedades históricas e literárias ▪ Associações de artes performativas e companhias (teatro, dança, etc) ▪ Associações de Estudantes e Associações Juvenis
2	Educação e Investigação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escolas (por exemplo ligadas a congregações religiosas) ▪ Universidade Católica ▪ Centros de Investigação
3	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Hospitais e casa de saúde
4	Serviços Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ▪ Outras associações de solidariedade social (dedicadas às crianças, jovens, idosos, deficientes, famílias, sem-abrigo, entre outros) ▪ Santas Casa da Misericórdia ▪ Cooperativas de solidariedade social ▪ Associações mutualistas ▪ Associações de Bombeiros Voluntários
5	Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações Não Governamentais de Ambiente ▪ Associações de Proteção dos Animais
6	Desenvolvimento e Habitação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizações de desenvolvimento local ▪ Cooperativas de habitação e construção ▪ Associações de moradores
7	Leis, defesa de causas e política	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações de defesas dos direitos humanos (imigrantes, anti-racismo, apoio à vítima, defesa do consumidor, doentes crónicos, infetados com HIV/Sida, família, mulheres, entre outros) ▪ Partidos políticos ▪ Associações de moradores
8	Intermediários, Filantrópicos e Promotores do Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundações ▪ Associações promotoras de voluntariado ▪ Bancos alimentares
9	Internacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizações não governamentais para o desenvolvimento ▪ subsidiárias de organizações internacionais a operar em Portugal (por exemplo, Cruz Vermelha Portuguesa, Médicos do Mundo)
10	Religião	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Institutos religiosos ▪ Associações religiosas
11	Associações Empresariais, Profissionais e Sindicais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações empresariais ▪ Associações profissionais (por exemplo, Ordem dos Contabilistas Certificados) ▪ Sindicatos
12	Outros	<ul style="list-style-type: none"> ▪

Fonte: Franco et al (2005), alargado por Andrade e Franco (2007, p. 24-25)

Apêndice 3 – Instituições Particulares de Solidariedade Social registadas na Segurança Social

Distritos	Número de IPSS
Aveiro	330
Beja	94
Braga	423
Bragança	128
Castelo Branco	168
Coimbra	285
Évora	168
Faro	164
Guarda	342
Leiria	207
Lisboa	1022
Portalegre	119
Porto	592
Santarém	270
Setúbal	227
Viana do Castelo	144
Vila Real	142
Viseu	270
TOTAL de IPSS	5095



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P. – Lista elaborado em 01/07/2015 (elaboração Própria)

Apêndice 4 – Diplomas específicos das ESNL

Diploma	Matéria
Decreto-Lei n.º 98/2015, revoga o Decreto-Lei n.º 36-A/2011	Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).
Portaria n.º 220/2015 revoga a Portaria n.º 105/2011	Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Balanço; ▪ Demonstração dos Resultados por Naturezas; ▪ Demonstração dos Resultados por Funções; ▪ Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais; opção * ▪ Demonstração dos Fluxos de Caixa; e, obrigatório* ▪ Anexo – Ver ainda Portaria n.º 986/2009.
Portaria n.º 218/2015 revoga a Portaria n.º 106/2011	Código de Contas: – ver ainda Portaria n.º 1011/2009 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadro Síntese de Contas; ▪ Código de Contas; e, ▪ Notas de Enquadramento.
Portaria n.º 220/2015 revoga a Portaria n.º 105/2011	Mapas para Entidades Sujeitas ao Regime de Caixa: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapa de Recebimentos e Pagamentos; ▪ Mapa de Património Fixo; e, ▪ Mapa de Direitos e Compromissos Futuros.
Aviso n.º 8259/2015, revoga o Aviso n.º 6726-B/2011	Norma Contabilística de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL); e Normas Interpretativas.

Fonte: Adaptado de Santo, Lima e Raimundo (2011)

* Não existe nas pequenas entidades.

Nota: A legislação atual tem eficácia a partir dos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016. As Declarações de Retificação n.º 41-A/2015 e n.º 41-B/2015, de 21 de setembro, procedem a retificações às Portarias n.º 218/2015, de 23 de julho e n.º 220/2015, de 24 de julho. A Declaração de Retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro, procede a retificações ao Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho.

Apêndice 5 – Tratamento da Informação Contabilística nas ESFL organizadas

<i>Antes da NCRF-ESNL</i>	<i>Com a aplicação da NRCF-ESNL</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A informação era normalmente transmitida aos interessados (sócios, associados e outros) de forma avulsa ou sem especial cuidado na sua elaboração; ▪ O controlo de contas bancárias ou de caixa era bastante reduzido ou se o controlo era efetuado não havia grande evidência disso; ▪ Não havia relatórios detalhados de despesas/custos, por rubricas ou classificação; ▪ Não havia relatórios detalhados de proveitos/subsídios/donativos; e, ▪ Não havia análises simples ou comparativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As entidades tiveram que se (re)organizar, com o consequente aumento de trabalho e de necessidade de recursos administrativos, técnicos e humanos; ▪ As entidades tiveram que optar por ter a sua contabilidade organizada, com necessidade de nomeação de um TOC, ou a utilização do regime de caixa; ▪ Estão obrigadas a apresentar mapas de demonstração de resultados, quer tenham contabilidade organizada, ou adotem o regime de caixa. ▪ Necessidade de adaptação interna de forma a cumprir com as novas obrigações fiscais. ▪ Todas estas alterações têm como consequência uma maior organização das entidades, mas também um grande aumento dos custos.

Fonte: Adaptado de Marcelo (2012, p.28)

Apêndice 6 – Entrevista

A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Esta entrevista realiza-se no âmbito de uma dissertação do Mestrado em Contabilidade e Finanças, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, e tem como principal objetivo avaliar a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), mais especificamente, a importância do relato dos fluxos nas IPSS. Sendo a sua opinião bastante relevante para uma análise mais aprofundada deste tema, agradecemos desde já a sua colaboração pela atenção e tempo disponibilizado. Salientámos, ainda que a entrevista será gravada, se autorizado, e que garantimos a confidencialidade das suas respostas, cujos dados serão utilizados apenas para fins estatísticos.

Cláudia Soares

Entrevista n.º:

Data: _____

Nome: _____

Idade: _____

Localidade: _____

Contacto: _____

Relativamente ao entrevistado:

Q1. Qual (is) o(s) cargo(s) que desempenha na organização?

Q2. Há quanto tempo desempenha a função/ cargo atual?

Q3. Quais são as suas habilitações literárias?

Q4. Qual a sua área de formação?

Relativamente à organização:

Q5. Em que ano foi constituída?

Q6. Qual o seu volume de negócios?

Q7. Quantos trabalhadores têm ao serviço?

Q8. Qual o número de voluntários que a organização integra atualmente?

Q9. Qual o Estatuto Jurídico (associação, fundação, misericórdia)?

Q10. Procedem à elaboração dos documentos de Relato Financeiro? Se sim, quais?

Q11. Qual é o normativo contabilístico aplicado?

Q12. Na sua opinião considera que o atual normativo contabilístico aplicado à organização é adequado? Justifique.

Q13. Existe alguma(s) norma(s) que considere menos adequada? Se sim, qual(is)?

Q14. Qual a sua opinião sobre o relato das Demonstrações Financeiras?

Q15. Procedem à entrega da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) junto de que entidades?

Q16. A DFC está disponível a todos os utentes? Se sim, onde?

Q17. Na sua opinião acha importante o relato da DFC? Porquê?

Q18. Na sua opinião qual a importância da DFC para os diversos utentes? Porquê?
